

PESQUISA DE PREÇOS																									
PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS																									
PROJETOS ARQUITETÔNICOS E AFINS				CONTRATO/EMPRESA - (R\$)																(R\$)	(R\$)	%	(R\$)	(R\$)	(R\$)
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantitativo	CT 26/2024 IFRS	ARP 85/2025 PM Senador Canedo PE	ARP 33/2025 PM Porto Barreiro PR	CT 250/2025 TJ/PI	CT 837101 Sec. Turismo ES	CT 54968/2025 Sec. Saúde DF	ARP 37/2025 PM Urbano Santos MA	ARP 431/2025 PM São Luís MA	ARP 13/2025 PM Magarati ba RJ	ARP 42/2025 PM Urussanga SC	ARP 30/2025 PM Porto Belo SC	CT 73/2023-04 TRT 4ª REGIÃO	ARP 90005/2025 TJ-MA	CRED 03-2025 TJ-PA	ARP 164 e 165/2025 EBSERH-MG	CT 281/2025 PM Matozinhos	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFIENTE DE VARIAÇÃO	MEDIANA	CUSTO ESTIMADO DE REFERÊNCIA	PREÇO ESTIMADO DE REFERÊNCIA
1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS	km	6.000,00												1,15	5,25	3,55		4,00	3,49	1,72	49,18%	3,78	3,78	22.680,00
2	LEVANTAMENTO CADASTRAL	m²	6.000,00						5,02					3,85			5,16	10,00		6,01	2,73	45,35%	5,09	5,09	30.540,00
3	LAUDO PERICIAL DE ESTRUTURAS	m²	4.000,00	2,03								6,88							10,00	6,30	4,02	63,75%	6,88	6,88	27.520,00
4	PROJETO BÁSICO DE ARQUITETURA	m²	4.000,00							15,74	14,63			15,00						15,12	0,57	3,74%	15,00	15,12	60.480,00
5	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA	m²	4.000,00	9,12				75,45		17,95				8,87			22,21	45,00		29,77	26,00	87,32%	20,08	20,08	80.320,00
6	PROJETO EXECUTIVO DE FUNDAÇÕES	m²	2.000,00	3,70	3,33		12,50		9,12								3,02	11,50		7,20	4,36	60,53%	6,41	6,41	12.820,00
7	PROJETO EXECUTIVO DE SUPERESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO	m²	2.000,00	3,84					11,81	15,60	14,02			4,90			10,42	11,50		10,30	4,41	42,79%	11,50	11,50	23.000,00
8	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE COBERTURA	m²	2.500,00	4,25						12,48				5,25			8,22			7,55	3,69	48,93%	6,74	6,74	16.850,00
9	PROJETO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO E REFORÇO DE ESTRUTURAS	m²	4.000,00				12,50						7,00					27,49		15,66	10,60	67,72%	12,50	12,50	50.000,00
10	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	m²	4.000,00	3,75			7,00	17,06	7,46	13,27		16,38			6,92		8,34	14,22		10,49	4,79	45,68%	8,34	8,34	33.360,00
11	PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS - SPDA	m²	2.000,00	2,18			2,03				1,21	8,17			4,86		1,96	1,58		3,14	2,52	80,11%	2,03	2,03	4.060,00
12	PROJETO EXECUTIVO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO (TELEFONIA E LÓGICA)	m²	4.000,00	2,39			3,00	2,56	3,66			4,49			4,42		3,61	4,74		3,61	0,90	24,94%	3,64	3,61	14.440,00
13	PROJETO EXECUTIVO DE CFTV E CERCA ELETRIFICADA	m²	2.000,00				2,30	14,57		7,10		5,46			2,07		4,26			5,96	4,63	77,65%	4,86	4,86	9.720,00
14	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES DE AR-CONDICIONADO	m²	4.000,00	3,54			5,00	7,00	4,26		3,41	6,27		1,98			4,35	14,00		5,53	3,51	63,55%	4,35	4,35	17.400,00
15	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS (ÁGUA FRIA, ESGOTO SANITÁRIO E ÁGUAS PLUVIAIS)	m²	2.000,00	2,99			7,00	13,84	8,10	5,56	4,26	12,68					8,14	12,82		8,38	3,94	46,99%	8,10	8,10	16.200,00
16	PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI)	m²	4.000,00	3,42				3,61	9,58	9,36	3,35	8,17		2,45			3,54	4,00		5,28	2,88	54,46%	3,61	3,61	14.440,00
17	ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	m²	5.000,00	2,57			5,11	4,57						1,75			4,61	6,00		4,10	1,61	39,29%	4,59	4,59	22.950,00
TOTAL GERAL																								456.780,00	

**Pregão Eletrônico SRP 013/2025**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 019/2025**

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

**PROCESSO Nº 4570/2025, PESRP: 013/2025.**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, para atender as demandas da Secretaria de Obras e Infraestrutura, por um período de 12 (doze) meses  
**Base Legal:** Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023.

O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, Srº Luís Eduardo Lopes da Costa, Brasileiro, Administrador de Empresas, Casado, portador da Cédula de identidade sob o número 070.183.38-9 emitido pelo IFP/RJ, CPF/MF 909.427.527-91, doravante designada simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR** por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 013/2025**, processo administrativo nº 4570/2025, **RESOLVE** registrar os preços da empresa: **AL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 48.110.591/0001-86**, localizada a Av. Geremário Dantas, nº 832- Sala 205- Pechincha- Jacarepaguá-RJ, Telefone: 21-3173-9329, e-mail: [administracao@engenhariaal.com.br](mailto:administracao@engenhariaal.com.br), representada neste ato pelo Sr. Adriano Gonçalves de Carvalho, Brasileiro, Engenheiro Civil, Casado, portador da Cédula de identidade sob o número 2015123571 emitido pelo CREA/RJ, CPF/MF 110.173.457-40, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**, para atender as demandas da Secretaria de Obras e Infraestrutura, por um período de 12 (doze) meses.

**Pregão Eletrônico SRP 013/2025**

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	DESCONTO	
					UNITÁRIO COM DESCONTO	TOTAL COM DESCONTO
<b>01.00</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					R\$ 51.820,66
01.01	AD 39.05.0122 (f)	Engenheiro, arquiteto ou geólogo jr (inclusive encargos sociais).(desonerado)	h	240,00	R\$ 110,05	R\$ 26.411,84
01.02	90772	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	240,00	R\$ 22,74	R\$ 5.456,88
01.03	MP 14.05.0250 (f)	Engenheiro mecânico ou electricista de instalação e manutenção de equipamentos (Ar Condicionado central Split / Exp. direta, caldeira, Gerador, Subestação e Elevador), inclusive encargos sociais e insalubridade.(desonerado)	h	120,00	R\$ 141,00	R\$ 16.919,94
01.04	05.100.0900-A	UNIDADE REF.P/COMPL.ADM LOCAL,CONSID:CONSUMO AGUA,TEL.ENERGIA ELET, MAT.LIMPEZA ESCRITORIO,COMPUTADORES LICENCA OBRA,MOVEIS UTENSILIOS,AR COND,BEBEDOURO,ART,RTT,FOTOGRAFIAS, UNIFORMES,DARIAS,EXAMES ADMISSIONAIS,PERIODICOS E DEMISSIONAIS,CURSOS CAPACITACAO/TREINAMENTO ITENS COMPLEMENTEM DESP.NECESS.EXCL.DESP.G/CAFE MANHA, REFEICAO,CESTA BASICA E VALE TRANSPORTE	UR	92,82	R\$ 32,67	R\$ 3.031,99
<b>02.00</b>	<b>SONDAGEM</b>					R\$ 72.589,33
02.01	01.003.0001-A	SONDAGEM A PERCUSSAO EM TERRENO COMUM.COM ENSAIO DE PENETRACAO,DIAMETRO 3",INCLUSIVE DESLOCAMENTO DENTRO DO CANTEIRO E INSTALACAO DA Sonda EM CADA FURO	M	300,00	R\$ 121,80	R\$ 36.569,44
02.02	01.005.0050-A	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPAMENTO E EQUIPE DE SONDAGEM E PERFURACAO A PERCUSSAO,COM TRANSPORTE ATE 50KM	UN	5,00	R\$ 7.203,80	R\$ 36.019,88
<b>03.00</b>	<b>TOPOGRAFIA</b>					R\$ 71.772,94
03.01	01.016.0011-A	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO,PLANIALTIMETRICO E CADASTRAL,DE TERRENO DE OROGRAFIA NAO ACIDENTADA,VEGETACAO RALA E EDIFICACAO MEDIA	HA	3,00	R\$ 8.002,32	R\$ 18.006,95
03.02	01.016.0070-A	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPE E EQUIPAMENTO DE TOPOGRAFIA COM DESLOCAMENTO SUPERIOR A 20KM,MEDIDO POR KM EXCEDENTE A PARTIR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (KM 0 DA AV.BRASIL)	KM	100,00	R\$ 7,35	R\$ 734,60
03.03	05.105.0145-A	MAO-DE-OBRA PARA TOPOGRAFO "A",INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	R\$ 5.698,22	R\$ 34.189,35





**Pregão Eletrônico SRP 013/2025**

03.04	05.105.0146-A	MAO-DE-OBRA PARA AUXILIAR DE TOPOGRAFIA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MES	6,00	R\$ 3.140,34	R\$ 18.842,04
<b>04.00</b>	<b>PROJETO PARA PREDIOS PUBLICOS</b>					<b>R\$ 604.204,91</b>
04.01	01.050.0031-A	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATÉ 500M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES, COORDENACAO E COMPATIBILIZACAO COM OS PROJETOS COMPLEMENTARES	M2	1.400,00	R\$ 112,34	R\$ 157.279,91
04.02	01.050.0032-A	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501 ATÉ 3.000M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES, COORDENACAO E COMPATIBILIZACAO COM OS PROJETOS COMPLEMENTARES	M2	1.400,00	R\$ 81,57	R\$ 114.197,93
04.03	01.050.0034-A	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA PREDIOS ESCOLARES E ADMINISTRATIVOS ATÉ 500M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, CONSTANDO DE PLANTAS DE FORMA, ARMAÇAO E DETALHES	M2	1.400,00	R\$ 75,40	R\$ 105.558,04
04.04	01.050.0035-A	PROJETO EXECUTIVO ESTRUTURAL PARA PREDIOS ESCOLARES E ADMINISTRATIVOS DE 501 ATÉ 3.000M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, CONSTANDO DE PLANTAS DE FORMA, ARMAÇAO E DETALHES	M2	1.400,00	R\$ 66,71	R\$ 93.394,33
04.05	01.050.0113-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO ELETRICA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATÉ 500M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 16,38	R\$ 22.930,94
04.06	01.050.0114-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO ELETRICA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501 ATÉ 3.000M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 13,59	R\$ 19.159,15
04.07	01.050.0090-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO HIDRAULICA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATÉ 500M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 13,89	R\$ 19.159,15
04.08	01.050.0099-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO HIDRAULICA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501 A 3.000M2, INCLUSIVE PROJETO BASICO, APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 8,17	R\$ 11.432,84



**Pregão Eletrônico SRP 013/2025**

04.09	01.050.0087-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE ESGOTO SANITARIO E AGUASPLUVIAIS PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 8,17	R\$ 11.432,84
04.10	01.050.0088-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE ESGOTO SANITARIO E AGUASPLUVIAIS PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501ATE 3.000M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROESDA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 7,57	R\$ 10.597,57
04.11	01.050.0089-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE GAS PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 4,48	R\$ 6.277,62
04.12	01.050.0091-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE GAS PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ACIMA DE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 2,25	R\$ 3.145,34
04.13	01.050.0049-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE INCENDIO E SPDA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 8,17	R\$ 11.432,84
04.14	01.050.0050-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE INCENDIO E SPDA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS DE 501 ATE 3.000M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 4,48	R\$ 6.277,62
04.15	01.050.0078-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE TELEMATICA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ATE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 4,48	R\$ 6.277,62
04.16	01.050.0079-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE TELEMATICA PARA PREDIOS ESCOLARES E/OU ADMINISTRATIVOS ACIMA DE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	1.400,00	R\$ 4,04	R\$ 5.651,17
05.00	PROJETOS DE AR CONDICIONADO					R\$ 28.712,63
05.01	01.050.0530-A	PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO,CONSIDERANDO O PROJETO BASICO EXISTENTE,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,PARA PREDIOS COM AREA ATE 500M2	M2	2.500,00	R\$ 6,27	R\$ 15.684,74
05.02	01.050.0531-A	PROJETO EXECUTIVO DE SISTEMA DE AR CONDICIONADO,CONSIDERANDO O PROJETO BASICO EXISTENTE,APRESENTADO NOS	M2	2.500,00	R\$ 5,21	R\$ 13.027,89



**Pregão Eletrônico SRP 013/2025**

		PADROES DA CONTRATANTE, PARA PREDIOS COM AREA DE 501 ATE 3000M2				
<b>06.00</b>	<b>PROJETOS DE SEGURANÇA (CFTV E SONORIZAÇÃO)</b>					<b>R\$ 23.048,34</b>
06.01	01.050.0150-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE SEGURANCA (CFTV E SONORIZACAO),ATE 500M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	2.500,00	R\$ 5,46	R\$ 13.657,14
06.02	01.050.0151-A	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALACAO DE SEGURANCA (CFTV E SONORIZACAO),DE 501 ATE 3000M2,INCLUSIVE PROJETO BASICO,APRESENTADONOS PADROES DA CONTRATANTE,INCLUSIVE AS LEGALIZACOES PERTINENTES	M2	2.500,00	R\$ 3,76	R\$ 9.392,20
<b>07.00</b>	<b>PROJETOS DE EXAUSTÃO MECÂNICA</b>					<b>R\$ 14.049,84</b>
07.01	01.050.0566-A	PROJETO EXECUTIVO PARA SISTEMA DE EXAUSTAO MECANICA DE COZINHA, CONSIDERANDO O PROJETO BASICO EXISTENTE,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, COM AREA ATE 50M2	UN	5,00	R\$ 1.204,27	R\$ 6.021,35
07.02	01.050.0567-A	PROJETO EXECUTIVO PARA SISTEMA DE EXAUSTAO MECANICA DE COZINHA, CONSIDERANDO O PROJETO BASICO EXISTENTE,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE, COM AREA DE 51 ATE 100M2	UN	5,00	R\$ 1.605,70	R\$ 8.028,49
<b>08.00</b>	<b>LAUDOS TÉCNICOS</b>					<b>R\$ 41.131,20</b>
08.01	01.050.0300-A	RELATORIO FINAL DE OBRAS OU SERVICOS DE ENGENHARIA,REGISTROFOTOGRAFICO DOS SERVICOS,ACOMPANHADO DE LEGENDAS E INDICACAO DA LOCALIZACAO,INFORMACOES CONTRATUAIS,PLANILHA ORCAMENTARIA E DESCRICAO DO ESCOPO DOS SERVICOS REALIZADOS,CONF.RECOMENDACOES E ESPECIFICACOES DO ORGAO CONTRATANTE.O ITEM DEVERA SER MEDIDO PELO NUMERO PRANCHAS ORIGINAIS COMPDE RELATORIO	UN	20,00	R\$ 1.747,99	R\$ 34.959,85
08.02	01.050.0326-A	SERVICOS DE ELABORACAO DE VISTORIAS,LAUDOS TECNICOS,ANTEPROJETOS DE INTERVENCOES LOCALIZADAS,QUANTITATIVOS E RELATORIO FOTOGRAFICO PARA EXECUCAO DE RECUPERACAO ESTRUTURAL DE PREDIOS PUBLICOS,COM AREAS DE PROJECAO HORIZONTAL ENTRE 1000M2 E 2000M2.PARA OS PRIMEIROS 1000M2 CONSIDERAR O ITEM PERTINENTE,APRESENTADO NOS PADROES DA CONTRATANTE	M2	500,00	R\$ 6,88	R\$ 3.439,92





**Pregão Eletrônico SRP 013/2025**

08.03	01.050.0327-A	SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE VISTÓRIAS, LAUDOS TÉCNICOS, ANTEPROJETOS DE INTERVENÇÕES LOCALIZADAS, QUANTITATIVOS E RELATÓRIO FOTOGRÁFICO PARA EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DE PRÉDIOS PÚBLICOS, COM ÁREAS DE PROJEÇÃO HORIZONTAL ENTRE 2000M² E 5000M². PARA OS PRIMEIROS 2000M² CONSIDERAR OS ITENS PERTINENTES, APRESENTADO NOS PADRÕES DA CONTRATANTE.	M2	500,00	R\$ 5,46	R\$ 2.731,43
09.00	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS					R\$ 57.599,61
09.01	19.004.0250-A	VEÍCULO DE PASSEIO, 5 PASSAGEIROS, MOTOR BICOMBUSTÍVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,0 LITRO, EXCLUSIVO MOTORISTA	MES	12,00	R\$ 4.799,97	R\$ 57.599,61
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 964.930,46</b>

Perfazendo o valor total de novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e trinta reais e quarenta e seis centavos.

### 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

#### 3.1. APRESENTAÇÃO

As especificações aqui apresentadas têm como objetivo definir condições básicas para o desenvolvimento dos serviços objeto desta licitação.

Para efeito de interpretação em caso de possível divergência entre os diversos elementos integrantes do contrato, deverão ser observados os seguintes procedimentos seletivos de prioridade:

- 1o.) Contrato;
- 2o.) Normas da ABNT;
- 3o.) Especificações;
- 4o.) Termo de Referência;
- 5o.) Normas e legislações pertinentes.

#### 4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será iniciada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da emissão da Ordem de Serviço a ser emitida pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Objetivando o perfeito cumprimento das disposições contidas na presente especificação, a "Contratada" obriga-se a prestar o "serviço" à melhor assistência técnica e administrativa, ensejando o emprego de métodos modernos pertinentes à execução dos serviços dentro dos prazos previstos no cronograma físico. A "Contratada" deverá manter uma equipe técnico-administrativa dimensionada de acordo com o serviço;

Na falta de definições precisas do projeto ou demais elementos técnicos, no que diz respeito ao serviço, a Contratada deverá consultar por escrito a fiscalização da contratante em tempo hábil. A inobservância desta norma tornará a Contratada totalmente responsável por qualquer atraso no andamento do serviço e pelas atitudes e definições arbitrárias a que vier adotar.

É obrigatório ao Contratado atender a todos os itens descritos na especificação técnica e às solicitações efetuadas pela Fiscalização do contrato inicial e a partir da análise do material apresentado nas etapas





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URBANO SANTOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E**  
**DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**CNPJ: 05.505.839/0001-03**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 037/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2025**  
**PROCESSO N.º 020525/2025**

A Prefeitura Municipal de Urbano Santos/MA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, por intermédio da Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Públicos E Desenvolvimento Urbano, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o N.º 05.505.839/0001-03, Com Sede Na Av. Zeca Costa, S/N – Bairro: Centro – CEP: 65.530-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal Infraestrutura, Serviços Públicos E Desenvolvimento Urbano, Sr. **JOSÉ DOS MILAGRES NASCIMENTO DA SILVA**, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob n.º 215.755.683-49, residente neste Município de Urbano Santos/MA, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS n.º 019/2025**, publicada no dia 17 de set de 2025, processo administrativo n.º 020525/2025, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS, EXECUTIVOS E COMPLEMENTARES PARA MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS-MA**, especificado(s) no(s) itens abaixo, anexo edital de Licitação n.º 019/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**DADOS DAS EMPRESAS BENEFICIARIAS**

<b>Empresa:</b> GAYA ARQUITETURA ENGENHARIA E ASSESSORIA	
<b>CNPJ</b> N.º 35.632.953/0001-57	<b>Insc. Estadual:</b> Isento
<b>Endereço:</b> Av Coronel Colares Moreira, N.º 10 – Bairro: renascença -CEP: 65075-441 – Cidade: São luis/MA	
<b>Telefone:</b> (98) 8563-1923	<b>E-mail:</b> contato@gayaarquitetura.com
<b>Representante legal:</b> YAGO LUIS CARDOSO NETO	<b>CPF:</b> 054.885.663-09

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URBANO SANTOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E**  
**DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**CNPJ: 05.505.839/0001-03**

**SERVIÇOS REGISTRADOS**

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1.1	085610	SBC	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA	m²	2500	15,47	17,95	44.875,00	12,94 %
1.2	000031	SBC	PROJETO ACESSIBILIDADE/SINALIZACAO ACIMA 400M2	m²	1200	10,76	12,48	14.976,00	4,32 %
1.3	CO-27472	SETOP	PROJETO EXECUTIVO LUMINOTÉCNICO	PR A1	30	744,66	863,81	25.914,30	7,47 %
1.4	12819	ORSE	Projeto executivo de paisagismo - 0m² a 2.000m²	m²	5000	2,24	2,60	13.000,00	3,75 %
1.5	12812	ORSE	Projeto executivo de urbanização de praças, quadras, parques aquáticos, calçadas, cemitérios, áreas livres para recreação, feiras e exposições - 0m² a 2.000m²	m²	5500	1,47	1,71	9.405,00	2,71 %
2.1	000301	SBC	PROJETO ESTRUTURAL PARA EDIFICACOES	m²	3500	13,45	15,60	54.600,00	15,74 %
2.2	077733	SBC	PROJETO DE EDIFICACAO EM ESTRUTURA METALICA	m²	1000	10,76	12,48	12.480,00	3,60 %
2.3	004264	SBC	PROJETO DE INSTALACAO ELETRICA	m²	1500	11,44	13,27	19.905,00	5,74 %
2.4	008808	SBC	PROJETO INSTALACAO HIDRAULICA EM EDIFICACAO	m²	2200	8,74	10,14	22.308,00	6,43 %
2.5	004135	SBC	PROJETO DE ESGOTO SANITARIO	m²	3000	4,88	5,66	16.980,00	4,90 %
2.6	075142	SBC	PROJETO INSTALACOES PREV. E COMBATE A INCENDIO ACIMA 700m2	m²	1500	8,07	9,36	14.040,00	4,05 %
2.7	075130	SBC	PROJETO DE INSTALACAO DE CFTV/CATV ACIMA DE 400m2	m²	400	6,12	7,10	2.840,00	0,82 %
3.1	000109	SBC	OPERACAO ORCAMENTO DE OBRAS SBC - COM LEVANTAMENTO FORNECIDO	m²	3500	16,35	18,97	66.395,00	19,15 %
4.1	CO-27467	SETOP	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COM MEMORIAL DESCRITIVO DE CADA AMBIENTE E EQUIPAMENTOS PARA PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO ÁREA ATÉ 6.000 M2	m²	3000	0,27	0,31	930,00	0,27 %
4.2	01.050.0232-0	EMOP	PROJETO ESTRUTURAL FINAL DE ENGENHARIA DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS (PONTES,VIADUTOS E	m²	15	160,40	186,06	2.790,90	0,80 %



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE URBANO SANTOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS E**  
**DESENVOLVIMENTO URBANO**  
**CNPJ: 05.505.839/0001-03**

			PASSARELAS) EM CONCRETO ARMADO E/OU PROTENDIDO OU ESTRUTURA DE AÇO, COM ÁREA DE PROJEÇÃO HORIZONTAL DE 501 ATÉ 5.000M2, APRESENTADO NOS PADRÕES DA CONTRATANTE E 9% - DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE MATERIAIS						
5.1	CO-27387	SETOP	COMO CONSTRUÍDO ("AS BUILT") DE PROJETOS COM ÁREA DE 10.001 M2 ATÉ 20.000 M2	m²	3000	0,74	0,86	2.580,00	0,74 %
5.2	014025	SBC	COPIAS DE PROJETOS POR PLOTAGEM ELETRÔNICA	UN	80	14,66	17,01	1.360,80	0,39 %
6.1	00033953	SINAPI	ARQUITETO SENIOR (HORISTA)	H	50	121,48	140,92	7.046,00	2,03 %
6.2	00002708	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR (HORISTA)	H	50	150,80	174,93	8.746,50	2,52 %
6.3	00034783	SINAPI	ENGENHEIRO ELETRICISTA	H	50	97,03	112,55	5.627,50	1,62 %
					<b>Total sem BDI</b>		<b>298.927,10</b>		
					<b>Total do BDI</b>		<b>47.872,90</b>		
					<b>Total Geral</b>		<b>346.800,00</b>		

**VALOR GLOBAL: R\$ 346.800,00 (trezentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais)**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal Infraestrutura, Serviços Públicos E Desenvolvimento Urbano

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de fornecimento público;





**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 431/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90.094/2025/CPL/PMSL**

**Processo Administrativo SEI nº 12101.003219/2025**

**Órgão Gerenciador:** Central Permanente de Licitação do Município de São Luís - MA.

**Órgão(s) Participante(s):** Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.307.102/0001-30, por intermédio da **CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, instituição criada e constituída nos termos da Lei n.º 4.537, de 16 de novembro de 2005, com sede na Rua Ouriços, lote 11, quadra 09 - Calhau - São Luís/MA, neste ato representada pela Presidente, a **Sr.ª Silvana Carla Costa dos Santos**, inscrita no CPF Nº 488.045.843-00, considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N.º 90.094/2025/CPL/PMSL** e a respectiva homologação, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa beneficiária indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e dos Decretos Municipais n.º 60.155/2024 e 60.157/2024, ambos de 09 de fevereiro de 2024, alterações posteriores e demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem como objeto a **Registro de Preços, de empresa de consultoria especializada na elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos / SEMOSP**, especificado no **item 1 do Anexo I - Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico - SRP n.º 90.094/2025/CPL/PMSL** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**2. DO BENEFICIÁRIO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O beneficiário, os preços registrados, os quantitativos e as especificações do objeto da licitação referente a proposta de preços da beneficiária desta Ata, estão registrados conforme segue:

---

Rua dos Ouriços, lote 11, quadra 09 - Bairro Calhau, CEP 65071-820 – São Luís/MA,  
Celular/Whatsapp: (98) 99159-0768 e-mail adesão: [comissaosrp@gmail.com](mailto:comissaosrp@gmail.com), <http://www.saoluis.ma.gov.br>

SILVANA CARLA COSTA DOS SANTOS: 48804584300  
2025.09.11 16:19:39 -03'00'



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

<b>EMPRESA BENEFICIÁRIA: T2 COMERCIO E SERVIÇOS - LTDA</b>	
<b>CNPJ Nº 21.199.261/0001-52</b>	<b>TELEFONE: (98) 9.9200-6079</b>
<b>ENDEREÇO:</b> Avenida dos Holandeses, Nº 05, Loja 04, Edifício Calhau Center, Bairro Calhau, CEP: 65.071-380, São Luís - MA	<b>E-MAIL:</b> contatot2slz@gmail.com
<b>VALOR TOTAL: R\$ 9.033.232,91 (nove milhões, trinta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos)</b>	
<b>REPRESENTANTE LEGAL: Luiz Eduardo Soares Teixeira</b>	
<b>RG Nº: 049905612013-4 SSP/MA</b>	<b>CPF: 022.678.853-95</b>

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
<b>1 - SERVIÇOS INICIAIS</b>					<b>150.704,50</b>
1.1	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO CADASTRAL	M2	120.000,00	0,18	21.600,00
1.2	TAXA DO CREA	UND	20,00	271,47	5.429,40
1.3	TAXA DO CAU	UND	20,00	125,40	2.508,00
1.4	SONDAGEM A PERCUSSÃO	M	2.400,00	42,43	101.832,00
1.5	GEORADAR - EXECUÇÃO DE LINHA DE PROSPECÇÃO POR RADAR DE PENETRAÇÃO NO SOLO (GPR).	M	3.945,00	1,92	7.574,40
1.6	CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO - ENSAIO DE ESCLEROMETRIA EM 10 PONTOS COM 16 TIROS POR PONTO	ens	10,00	1.176,07	11.760,70
<b>2 - ANÁLISE E ENSAIOS DE LABORATÓRIO</b>					<b>749.393,70</b>
2.1	DETERMINAÇÃO DA DEFORMAÇÃO DO PAVIMENTO COM AUXÍLIO DA VIGA BENKELMANN, PONTO. (FWD)	UND	3.945,00	141,26	557.270,70
2.2	DETERMINAÇÃO DO TEOR DE UMIDADE DE SOLOS EM LABORATÓRIO (NBR 6457:2016 ANEXO A)	UND	300,00	18,29	5.487,00
2.3	MASSA ESPECÍFICA, MASSA ESPECÍFICA APARENTE E ABSORÇÃO DE ÁGUA (NBR 6458:2016)	UND	300,00	73,19	21.957,00

Rua dos Ouriços, lote 11, quadra 09 - Bairro Calhau, CEP 65071-820 – São Luís/MA,  
Celular/Whatsapp: (98) 99159-0768 e-mail adesão: [comissaosrp@gmail.com](mailto:comissaosrp@gmail.com), <http://www.saoluis.ma.gov.br>

SILVANA CARLA 2025.09.11  
COSTA DOS 16:19:39  
SANTOS:488045  
84300 -03'00'



**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

2.4	ANÁLISE GRANULOMETRICA DE SOLOS POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO (NBR 7181:2016)	UND	300,00	152,49	45.747,00
2.5	DETERMINAÇÃO DO LIMITE DE LIQUIDEZ DE SOLOS (NBR 6459:2017)	UND	300,00	45,74	13.722,00
2.6	DETERMINAÇÃO DO LIMITE DE PLASTICIDADE DE SOLOS (NBR7180:2016)	UND	300,00	45,74	13.722,00
2.7	COMPACTAÇÃO DO SOLO ENERGIA PROCTOR INTERMEDIÁRIO (NBR 7182:2020) COM 05 CORPOS DE PROVA	UND	300,00	67,09	20.127,00
2.8	COMPACTAÇÃO DO SOLO ENERGIA PROCTOR MODIFICADO (NBR 7182:2020) COM 05 CORPOS DE PROVA	UND	300,00	73,19	21.957,00
2.9	ÍNDICE DE SUPORTE CALIFÓRNIA DE SOLOS (ISC/CBR) C/5 CP (DNIT 172/016-ME / NBR 9895:2017)	UND	300,00	91,49	27.447,00
2.10	DETERMINAÇÃO DO EQUIVALENTE DE AREIA EM SOLO (DNER-ME 054/97 / NBR 12052:92)	UND	300,00	73,19	21.957,00
<b>3 – PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVOS</b>					<b>8.027.581,91</b>
3.1	PROJETO ARQUITETÔNICO	M2	200.962,08	14,63	2.940.075,23
3.2	PROJETO ESTRUTURAL	M2	54.870,00	14,02	769.277,40
3.3	PROJETO ELÉTRICO DE BAIXA TENSÃO	M2	182.040,08	4,87	886.535,18
3.4	PROJETO HIDROSSANITÁRIO	M2	182.040,08	4,26	775.490,74
3.5	PROJETO DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	M2	94.264,98	1,82	171.562,26
3.6	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO	M2	175.640,08	3,41	598.932,67
3.7	PROJETO DE COMBATE A INCÊNDIO	M2	53.666,60	3,35	179.783,11
3.8	PROJETO DE GASES MEDICINAIS	M2	52.442,44	1,12	58.671,19
3.9	PROJETO DE TRATAMENTO ACÚSTICO	M2	250,00	43,91	10.977,50
3.10	PROJETO DE ÁGUAS PLUVIAIS	M2	58.842,44	1,15	67.668,80

Rua dos Ouriços, lote 11, quadra 09 - Bairro Calhau, CEP 65071-820 – São Luís/MA,  
Celular/Whatsapp: (98) 99159-0768 e-mail adesão: [comissaosrp@gmail.com](mailto:comissaosrp@gmail.com), <http://www.saoluis.ma.gov.br>

SILVANA CARLA COSTA DOS SANTOS: 4880451-03'00'

Página 3 de 14





**PREFEITURA DE SÃO LUÍS**  
**CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

3.11	PROJETO DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA	M2	627.659,00	0,39	244.787,01
3.12	PROJETO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS	M2	53.666,60	1,21	64.936,58
3.13	PROJETO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	KM	76,00	1.829,99	139.079,24
3.14	PROJETO DE ILUMINAÇÃO DE ÁREAS EXTERNAS	M2	37.800,00	0,60	22.680,00
3.15	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	M2	600.000,00	0,94	564.000,00
3.16	PROJETO DE REDE ELETRICA	M2	48.000,00	0,45	21.600,00
3.17	PROJETO DE PAISAGISMO	M2	38.400,00	2,13	81.792,00
3.18	PROJETO GEOMETRICO EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	KM	50,00	4.774,11	238.705,50
3.19	PROJETO ESTRUTURAL DE CONTENCAO / CANAL EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	100,00	935,81	93.581,00
3.20	PROJETO OBRAS ARTES ESPECIAIS-PONTES,VIADUTOS,ETC EXCLUSIVE PAPEL VEGETAL	A1	50,00	1.948,93	97.446,50
<b>4 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>					<b>105.552,80</b>
4.1	IMPRESSÃO COLORIDA À LASER	UND	400,00	39,10	15.640,00
4.2	COPIAS DE PROJETOS POR PLOTAGEM ELETRONICA	UND	100,00	13,66	1.366,00
4.3	ORÇAMENTO COMPLETO	H	200,00	185,66	37.132,00
4.4	PCA (PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL) E PGRS (PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS)	H	320,00	75,61	24.195,20
4.5	RCA (RELATORIO DE CONTROLE AMBIENTAL)	H	200,00	75,61	15.122,00
4.6	RAS (RELATORIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO)	H	160,00	75,61	12.097,60

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Central Permanente de Licitações do Município de São Luís – MA.

*Rua dos Ouriços, lote 11, quadra 09 - Bairro Calhau, CEP 65071-820 – São Luís/MA,  
Celular/Whatsapp: (98) 99159-0768 e-mail adesão: [comissaosrp@gmail.com](mailto:comissaosrp@gmail.com), <http://www.saoluis.ma.gov.br>*

SILVANA CARLA 2025.09.11  
COSTA DOS 16:19:39  
SANTOS:488045  
84300 -03'00'

Página 4 de 14



# MUNICIPIO DE PORTO BELO

Pág 2 / 7

## Compras e Contratos

### Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - 2.0

Item Minuta(202) - Minuta Ano: 2024 Item Minuta(202) - Minuta Numero: 191 Item Minuta(202) -  
Código Cliente: 2126 Ano Minuta: 2024 Número Minuta: 191 Entidade: 2126 Ano: 2025 Seq. Ata  
Registro de Preço: 30 Código Cliente: 2126 Sequência Ata: 30 Código Único: 24779 Ata Única: 0  
Somente Vencedores: 1

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/2025

Fornecedor: SVAIZER & GUTIERREZ ENGENHARIA LTDA. - EPP(04.123.086/0001-09)							
Sem lote							
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor		
					Unitário	Total	
1	LEVANTAMENTO FÍSICO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES, INCLUINDO EQUIPAMENTO, DESLOCAMENTO E CUSTOS OPERACIONAIS		MT²	15.000	R\$ 3,85	R\$ 57.750,00	
2	LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, INCLUINDO EQUIPAMENTO, DESLOCAMENTO E CUSTOS OPERACIONAIS		MT²	15.000	R\$ 1,09	R\$ 16.350,00	
3	SERVIÇO DE SONDAGEM, INCLUINDO EQUIPAMENTO, DESLOCAMENTO E CUSTOS OPERACIONAIS		MT	600	R\$ 133,00	R\$ 79.800,00	
4	TESTE DE PERCOLAÇÃO PARA DIMENSIONAMENTO DE SUMIDOURO, VALA DE INFILTRAÇÃO E SIMILARES, INCLUINDO EQUIPAMENTO, DESLOCAMENTO E CUSTOS OPERACIONAIS		UN	1.500	R\$ 39,20	R\$ 58.800,00	
5	EIV - ESTUDO DE IMPACTO VIZINHANÇA		UN	10	R\$ 3.500,00	R\$ 35.000,00	
6	EIA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL		UN	10	R\$ 3.500,00	R\$ 35.000,00	
7	GERÊNCIA E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS		MT²	20.000	R\$ 1,57	R\$ 31.400,00	
8	LAUDOS DE VISTÓRIAS, INCLUINDO DESLOCAMENTO E CUSTOS OPERACIONAIS		UN	500	R\$ 367,50	R\$ 183.750,00	
9	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 8,87	R\$ 133.050,00	
10	PROJETO ARQUITETÔNICO PARA EDIFICAÇÃO NOVA, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 9,45	R\$ 141.750,00	
11	PROJETO DE URBANIZAÇÃO (PÁTIOS/ESTACIONAMENTOS/VIAS DE ACESSO), INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 3,43	R\$ 51.450,00	
12	PROJETO DE PAISAGISMO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 2,45	R\$ 36.750,00	
13	PROJETO DE FUNDAÇÕES, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	20.000	R\$ 2,28	R\$ 45.600,00	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 10/04/2025 16:05:21-03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://ipm.com.br/portal/ata





# MUNICIPIO DE PORTO BELO

Pág 3 / 7

## Compras e Contratos

### Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - 2.0

Item Minuta(202) - Minuta Ano: 2024 Item Minuta(202) - Minuta Numero: 191 Item Minuta(202) -  
Código Cliente: 2126 Ano Minuta: 2024 Número Minuta: 191 Entidade: 2126 Ano: 2025 Seq. Ata  
Registro de Preço: 30 Código Cliente: 2126 Sequência Ata: 30 Código Único: 24779 Ata Única: 0  
Somente Vencedores: 1

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/2025

Fornecedor: SVAIZER & GUTIERREZ ENGENHARIA LTDA. - EPP(04.123.086/0001-09)

#### Sem lote

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
14	PROJETO DE ESTRUTURAS EM CONCRETO ARMADO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	30.000	R\$ 4,90	R\$ 147.000,00
15	PROJETO DE ESTRUTURAS METÁLICAS, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 5,25	R\$ 78.750,00
16	PROJETO DE ESTRUTURAS EM MADEIRA, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 5,25	R\$ 78.750,00
17	PROJETO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 2,40	R\$ 36.000,00
18	PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 1,93	R\$ 28.950,00
19	PROJETO DE SUBESTAÇÕES DE ENERGIA, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	5	R\$ 3.675,00	R\$ 18.375,00
20	PROJETO DE REDE LÓGICA (CABEAMENTO ESTRUTURADO) TELEFONIA, LÓGICA, MONITORAMENTO VISUAL, SOM, ALARME, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 2,01	R\$ 30.150,00
21	PROJETO SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) E ATERRAMENTO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 1,70	R\$ 25.500,00
22	PROJETO INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS ÁGUA POTÁVEL, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 2,63	R\$ 39.450,00
23	PROJETO INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DE APROVEITAMENTO DE ÁGUAS DE CHUVAS, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 2,28	R\$ 34.200,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 10/04/2025 16:05:21-03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://ipm.com.br/ass/0412308600010904







# MUNICIPIO DE PORTO BELO

Pág 4 / 7

## Compras e Contratos

### Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - 2.0

Item Minuta(202) - Minuta Ano: 2024 Item Minuta(202) - Minuta Numero: 191 Item Minuta(202) -  
Código Cliente: 2126 Ano Minuta: 2024 Número Minuta: 191 Entidade: 2126 Ano: 2025 Seq. Ata  
Registro de Preço: 30 Código Cliente: 2126 Sequência Ata: 30 Código Único: 24779 Ata Única: 0  
Somente Vencedores: 1

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/2025

Fornecedor: SVAIZER & GUTIERREZ ENGENHARIA LTDA. - EPP(04.123.086/0001-09)

#### Sem lote

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
24	PROJETO INSTALAÇÕES DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 1,40	R\$ 21.000,00
25	PROJETO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ESTAÇÃO COMPACTA) INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	1.000	R\$ 1,40	R\$ 1.400,00
26	PROJETO INSTALAÇÕES DE GÁS GLP, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 1,40	R\$ 21.000,00
27	PROJETO INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	2.500	R\$ 2,98	R\$ 7.450,00
28	PROJETO DE RADIOPROTEÇÃO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	2.500	R\$ 4,20	R\$ 10.500,00
29	PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO SIMPLES. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 1,98	R\$ 29.700,00
30	PROJETO DE EXAUSTÃO, VENTILAÇÃO E RADIOPROTEÇÃO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	12.000	R\$ 3,50	R\$ 42.000,00
31	PROJETO DE TERRAPLANAGEM, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	30.000	R\$ 1,75	R\$ 52.500,00
32	PROJETO DE DRENAGEM PLUVIAL, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 1,42	R\$ 21.300,00
33	PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO, INCLUINDO MEMORIAL DESCRITIVO. ENTREGA EM 3 ETAPAS (ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO)		MT²	15.000	R\$ 2,45	R\$ 36.750,00
34	ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO		MT²	15.000	R\$ 1,75	R\$ 26.250,00
35	ACOMPANHAMENTO DA APROVAÇÃO DE PROJETOS NAS CONCESSIONÁRIAS, BOMBEIROS E ANVISA		HT	200	R\$ 140,00	R\$ 28.000,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 10/04/2025 16:05:21-03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://ipm.com.br/pag661/ed7187054





# MUNICIPIO DE PORTO BELO

Pág 5 / 7

## Compras e Contratos

### Impressão Ata de Registro de Preços - Nova Lei - 2.0

Item Minuta(202) - Minuta Ano: 2024 Item Minuta(202) - Minuta Numero: 191 Item Minuta(202) -  
Código Cliente: 2126 Ano Minuta: 2024 Número Minuta: 191 Entidade: 2126 Ano: 2025 Seq. Ata  
Registro de Preço: 30 Código Cliente: 2126 Sequência Ata: 30 Código Único: 24779 Ata Única: 0  
Somente Vencedores: 1

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/2025

Fornecedor: SVAIZER & GUTIERREZ ENGENHARIA LTDA. - EPP(04.123.086/0001-09)						
Sem lote						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
36	AS BUILT DOS PROJETOS APÓS APROVAÇÃO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES		MT²	15.000	R\$ 3,85	R\$ 57.750,00
37	PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONSTRUÇÃO CIVIL - REMOÇÕES/ DEMOLIÇÕES		UN	5	R\$ 2.100,00	R\$ 10.500,00
38	RENDERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA EM 3D REALISTA, COM BOA RESOLUÇÃO, DE AMBIENTE EXTERNO, CONTENDO HUMANIZAÇÃO, LUZES, MATERIAIS, VEGETAÇÃO, ELEMENTOS DE AMBIENTAÇÃO, BEM COMO OUTRAS REPRESENTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO PROJETADO		UN	150	R\$ 645,26	R\$ 96.789,00
					Total do Fornecedor:	R\$ 1.886.464,00
					Total Geral dos Itens:	R\$ 1.886.464,00

#### CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 ano, contados a partir da sua assinatura.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo(a) MUNICIPIO DE PORTO BELO, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no(a) **Concorrência Eletrônica Nº. 17/2024**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Concorrência Eletrônica Nº. 17/2024** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA IV - DO PAGAMENTO

4.

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgao	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

#### CLÁUSULA V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente da quantidade solicitada**.

5.1. Local de entrega:

#### CLÁUSULA VI - DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações.

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.1.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.





MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CNPJ 82.930.181/0001-10  
Praça da Bandeira, nº 12 – Centro – Fone (48) 3465-1188  
CEP: 88840-000 – Urussanga – Estado de Santa Catarina

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2025**  
(Processo Administrativo Nº 28/2025/PMU)  
(Processo Licitatório Nº 28/2025/PMU)

No dia 02 de junho de 2025, firmaram o presente compromisso, de um lado o **MUNICÍPIO DE URUSSANGA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.930.181/0001-10, neste ato representado pelo Senhor **Vanio Comin**, Secretário Municipal de Administração, brasileiro, CPF nº 344.302.889-68 e Cédula de Identidade nº 539.555 SSP/SC, através do decreto GP/Nº 12/2025, doravante denominado **ORGÃO GERENCIADOR**, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, que firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº **12/2025/PMU**, processo licitatório nº **28/2025/PMU**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo administrativo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) para elaboração de projetos básicos e executivos, orçamentos e atualizações, memoriais descritivos dentre outros serviços na área de engenharia e arquitetura, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

**1.2.** O licitante que vier a ser contratado obriga-se a efetuar as adequações que se fizerem necessárias ao seu projeto, sem ônus adicional à contratante.

**1.3.** O licitante que vier a ser contratado obriga-se a fazer as devidas atualizações orçamentárias do(s) projeto(s) entregue, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo contratante, sem que disso caiba a cobrança de custos adicionais.

FORNECEDOR: HJ Arquitetura e Engenharia LTDA  
CNPJ: 44.363.011/0001-01  
ENDEREÇO: Rua Teodoro Rodrigues de Oliveira, nº 215, Sala 01, Bairro Centro, Sombrio/SC.  
CEP: 88960-000  
TELEFONE: (48) 99642-8747  
E-MAIL: tiscoski.projetos@hotmail.com  
RESPONSÁVEL LEGAL: Helen Coelho Tiscoski Da Rosa Gomes  
CPF: 005.090.859-62 C.I.: 3.388.034 SSP/SC

**LOTE 3**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN. MED.	QTDE. COTADA	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
4	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, TAIS COMO: ESCOLAS,	SERVIÇO	M2	10.000	5,70	57.000,00

	CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ESTRADAS, PASSEIOS PÚBLICOS, CICLOVIAS, ETC, COMPREENDENDO TODOS OS PROJETOS COMPLEMENTARES, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.					
5	ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES, TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ETC, INCLUINDO CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.	SERVIÇO	M2	10.000	10,95	109.500,00
6	ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO (INCLUSO SPDA QUANDO FOR O CASO) DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES, TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ETC, INCLUINDO: CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.	SERVIÇO	M2	10.000	3,40	34.000,00
7	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE LÓGICA DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES, TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ETC, INCLUINDO: CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.	SERVIÇO	M2	10.000	2,10	21.000,00
8	ELABORAÇÃO DE PROJETO HIDROSSANITÁRIO (REDE DE ÁGUA, ESGOTO, ÁGUAS PLUVIAIS, REAPROVEITAMENTO) DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES, TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ETC, INCLUINDO: CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.	SERVIÇO	M2	10.000	3,40	34.000,00
9	ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES, TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ETC, INCLUINDO: LAUDO DE SONDAGEM DO SOLO, CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.	SERVIÇO	M2	10.000	7,00	70.000,00
10	ELABORAÇÃO DE PROJETO PREVENTIVO (PPCI) DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES, TAIS COMO: ESCOLAS, CRECHES, UNIDADES DE SAÚDE, PRAÇAS PÚBLICAS, ETC, INCLUINDO: CRONOGRAMAS FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAIS DESCRITIVOS E PREENCHIMENTO DE TABELAS EXIGIDAS POR ÓRGÃOS FINANCIADORES.	SERVIÇO	M2	10.000	3,40	34.000,00

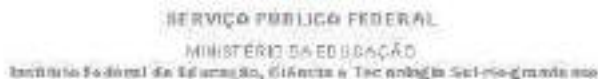
## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE SOLICITAÇÃO, DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA**

**2.1.** A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo fiscal do Município, deverá atender às seguintes exigências:

**2.1.1.** As solicitações dos serviços serão emitidas pelos fiscais, sendo destes a responsabilidade pela fiscalização do acompanhamento dos prazos e dos serviços entregues.

**2.1.2.** Recebendo a CONTRATADA a solicitação dos produtos, a mesma deverá providenciar a entrega conforme previsto abaixo, onde ainda será indicado na Autorização de Fornecimento.

**2.1.2.1.** As solicitações serão feitas para o endereço de 01 (um) e-mail a ser informado pela CONTRATADA no momento da celebração da Ata de Registro de Preços.



**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO  
BÁSICO E EXECUTIVO N.º26/2024, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO  
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE, E  
A EMPRESA LEITE E SCHNEIDER  
ENGENHARIA LTDA**

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia, por meio da contratação de pessoa jurídica do ramo de engenharia ou arquitetura para, sob demanda, prestar serviço de elaboração de projetos básicos e executivos de construção de edificações e serviço de apoio à fiscalização/supervisão de obras e/ou reformas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2. Objeto da contratação:**

GRUPO ÚNICO						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



<b>1</b>	Sondagem de solo SPT. Inclusive relatório. Incluso a mobilização, instalação e desmobilização dos equipamentos para a execução da sondagem à percussão (NBR 6484/2020)	20060	m	1.800	R\$ 61,39	R\$ 110.502,00
<b>2</b>	Laudo de conforto térmico de prédios	20060	m²	15.000	R\$ 1,67	R\$ 25.050,00
<b>3</b>	Laudo pericial de estruturas	20060	m²	6.000	R\$ 2,03	R\$ 12.180,00
<b>4</b>	Projeto básico de arquitetura	20060	m²	19.000	R\$ 7,42	R\$ 140.980,00
<b>5</b>	Projeto executivo de arquitetura	20060	m²	19.000	R\$ 9,12	R\$ 173.280,00
<b>6</b>	Projeto executivo de acessibilidade	20060	m²	15.000	R\$ 2,37	R\$ 35.550,00
<b>7</b>	Projeto executivo de fundações	20060	m²	15.000	R\$ 3,70	R\$ 55.500,00
<b>8</b>	Projeto executivo de superestrutura em concreto armado	20060	m²	15.000	R\$ 3,84	R\$ 57.600,00
<b>9</b>	Projeto executivo de estrutura metálica	20060	m²	15.000	R\$ 4,25	R\$ 63.750,00
<b>10</b>	Projeto executivo de estrutura de madeira	20060	m²	15.000	R\$ 4,25	R\$ 63.750,00
<b>11</b>	Projeto executivo de instalações elétricas	20060	m²	15.000	R\$ 3,75	R\$ 56.250,00
<b>12</b>	Projeto executivo de instalação elétricas (entrada de energia/ramal de ligação)	20060	KVA	3.000	R\$ 3,78	R\$ 11.340,00
<b>13</b>	Projeto executivo de instalações (energias fotovoltaicas)	20060	KWp	3.000	R\$ 3,70	R\$ 11.100,00
<b>14</b>	Projeto executivo de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)	20060	m²	15.000	R\$ 2,18	R\$ 32.700,00
<b>15</b>	Projeto executivo hidrossanitário (água fria, quente, pluvial, esgoto sanitário, reservatório elevado)	20060	m²	19.000	R\$ 2,99	R\$ 56.810,00

<b>16</b>	Projeto executivo de ar condicionado, ventilação e exaustão	20060	m²	15.000	R\$ 3,54	R\$ 53.100,00
<b>17</b>	Projeto executivo de cabeamento estruturado, telefonia e lógica	20060	m²	15.000	R\$ 2,39	R\$ 35.850,00
<b>18</b>	Projeto executivo/legal de PPCI (complementares e gerais, sistemas elétricos e eletrônicos, instalações hidráulicas)	20060	m²	15.000	R\$ 3,42	R\$ 51.300,00
<b>19</b>	Projeto executivo de terraplenagem e drenagem	20060	m²	15.000	R\$ 1,61	R\$ 24.150,00
<b>20</b>	Orçamento de referência, relação geral de materiais, curva ABC de serviços e insumos	20060	m²	15.000	R\$ 3,40	R\$ 51.000,00
<b>21</b>	Cronograma físico-financeiro, planejamento de obra, caderno de encargos, histogramas de mão de obra, especificações técnicas, memoriais descritivos	20060	m²	15.000	R\$ 2,57	R\$ 38.550,00
<b>22</b>	Visita técnica na localidade em que será realizada a obra (a)	25470	Unidade	30	R\$ 772,25	R\$ 23.167,50
<b>23</b>	Visita técnica na localidade em que será realizada a obra (b)	25470	Unidade	30	R\$ 662,26	R\$ 19.867,80
<b>24</b>	Visita técnica na localidade em que será realizada a obra (c)	25470	Unidade	30	R\$ 339,61	R\$ 10.188,30
<b>25</b>	Apoio à fiscalização/supervisão de obras e/ou reformas com vista "in loco", inclusive com emissão de relatório (a)	23060	Visita quinzenal	60	R\$ 876,29	R\$ 52.577,40

<b>26</b>	Apoio à fiscalização/supervisão de obras e/ou reformas com vista “in loco”, inclusive com emissão de relatório (b)	23060	Visita quinzenal	60	R\$ 760,25	R\$ 45.615,00
<b>27</b>	Apoio à fiscalização/supervisão de obras e/ou reformas com vista “in loco”, inclusive com emissão de relatório (c)	23060	Visita quinzenal	60	R\$ 780,03	R\$ 46.801,80

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** Termo de Referência;

**1.3.2.** O Edital da Licitação;

**1.3.3.** A Proposta do contratado;

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.4.** O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **2 (dois) anos**, com data de início em **25/11/2024** e encerramento em **25/11/2026**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

**b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

**e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

**2.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao

longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.6.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

**4.1.1.** Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto, mas não exclusivamente:

**4.1.1.1.** Os serviços de sondagem do solo pelo método SPT (Standard Penetration Test);

**4.1.1.2.** Laudos de conforto térmico de prédios e laudos periciais das estruturas.

**4.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**4.3.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**4.4.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e a coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**4.5.** As empresas ou profissionais subcontratados deverão estar devidamente registrados no CREA ou no CAU, com responsável técnico capacitado a executar os serviços especificados.

**4.6.** A Contratada deverá submeter à prévia aprovação da Fiscalização Técnica da Contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do início do serviço a subcontratar, os documentos da empresa ou do profissional que pretenda subcontratar, obrigatoriamente acompanhada da Inscrição ou Certidão de Registro no CREA ou no CAU, em plena validade, e do comprovante da capacidade técnica operacional da empresa ou do acervo técnico do profissional.

**4.7.** A substituição pela Contratada do eventual subcontratado, já anteriormente aprovado e autorizado, dependerá da prévia anuência escrita da Contratante, devendo o substituto apresentar as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas.

**4.8.** Durante o período da subcontratação, o subcontratado, deverá manter vigentes as condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica.

**4.9.** Os serviços especializados a cargo de diferentes empresas ou profissionais subcontratados deverão ser gerenciados pela CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob sua inteira responsabilidade o cumprimento das obrigações contratuais, inclusive os decorrentes de prazos de apresentação de documentação e execução dos serviços.



**4.10.** Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnados pela Contratante, cabendo à Contratada todo o ônus decorrente de seu refazimento.

**4.11.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de **R\$ 1.358.509,80 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e nove reais e oitenta centavos)**.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**7.1.1.** O orçamento estimado pela Administração foi realizado em **03 de junho de 2024** e baseou-se na consulta às seguintes fontes:

**a)** Painel de preços do site gov.br (compras governamentais) com os seguintes filtros:

**a.1)** Compra Mídia Especializada – tabela de preço SINAPI: Não obtivemos êxito, pois na fonte não há o detalhamento do serviço como descrito no Termo de Referência;

**a.2)** Contratações realizadas por outros entes públicos.

**b)** Regulamentação de honorários mínimos para projetos do Sindicato de Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE-RS);

**c)** Pesquisa direta com fornecedores;

**d)** Honorários para a elaboração de projetos da planilha eletrônica de orçamento (PLEO-FRANARIN), programa contratado e utilizado nos projetos elaborados para as obras/reformas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul e que estão compatíveis com os custos de insumos ou serviços praticados pelo SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.

**7.1.2.** Ao realizarmos a pesquisa aplicamos a METODOLOGIA da média dos preços ofertados.

**7.1.3.** Não há no SINAPI referências do custo para a contratação de projetos de engenharia e arquitetura.

**7.2.** Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados,

mediante a aplicação, pelo contratante, do índice nacional da construção civil - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

**7.4.1.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**7.5.** Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

**7.6.** Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do Contratante:

**8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.4.** Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.5.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.6.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.7.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.8.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.9.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.10.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**8.11.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à

execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**8.11.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

**8.12.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

**8.13.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**8.14.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.15.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**8.16.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**8.17.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

**8.18.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**8.19.** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

**9.2.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

**9.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.4.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o

Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.7.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

**9.8.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.9.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**a)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

**d)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.10.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**9.11.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**9.12.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**9.13.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.14.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

**9.15.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

**9.16.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**9.17.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**9.18.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.19.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

**9.20.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

**9.21.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.22.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.23.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**9.24.** Realizar a transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigido, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante;

**9.25.** Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado;

**9.25.1.** Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

**9.26.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante;

**9.27.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

**9.28.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

**9.29.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

**9.30.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

**9.31.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

**9.32.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**9.33.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

**9.34.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

**9.35.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

**9.36.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**9.37.** Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

**9.37.1.** A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

**9.38.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

**10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

**10.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

**10.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;

**10.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;

**10.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional;

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

**11.2.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

**11.3.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

**11.4.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

### **E**

**11.5.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**11.5.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**11.5.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**11.11.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**11.6.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá

ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

**11.7.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;

**11.8.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

**11.8.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**11.8.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022;

**11.9.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**11.10.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**11.11.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

**11.12.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato;

**11.13.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

**a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** Der causa à inexecução total do contrato;

**d)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**e)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**f)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**g)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**h)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



- i)* Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)* Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)* Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l)* Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

**12.2.1.** Advertência por escrito, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato e/ou não cumprir quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.2.2.** Multa:

*a)* 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, com valor mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento), conforme § 3º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no máximo 3% (três por cento);

*b)* 3,0% (três por cento) até 5,0% (cinco por cento), 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima até o limite de 25 (vinte e cinco) dias, caracterizando a inexecução parcial da obrigação assumida. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

*c)* 5,0% (cinco por cento) até 15% (quinze por cento), 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

*d)* 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

*e)* Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

*f)* O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**12.2.3.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

**12.2.4.** A sanção prevista no inciso III do caput do Art. 156 da Lei 14.133/2021, III - impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

**12.2.5.** A sanção prevista no inciso IV do caput do Art. 156 da Lei 14.133/2021, IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

**12.2.6.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, será mantida enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**12.2.7.** As sanções previstas nos subitens 2.1, 2.4 e 2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

**12.2.8.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
<b>1</b>	0,2% ao dia sobre o valor correspondente ao serviço atrasado.
<b>2</b>	0,4% ao dia sobre o valor correspondente ao serviço atrasado.
<b>3</b>	0,8% ao dia sobre o valor correspondente ao serviço atrasado.
<b>4</b>	1,6% ao dia sobre o valor correspondente ao serviço atrasado.
<b>5</b>	3,2% ao dia sobre o valor correspondente ao serviço atrasado.

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
<b>01</b>	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
<b>02</b>	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados por unidade de atendimento;	04
<b>03</b>	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por ocorrência;	03
<b>04</b>	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço.	02
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>		
<b>05</b>	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
<b>06</b>	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
<b>07</b>	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

**12.2.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999;

**12.2.10.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

**12.2.10.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de

15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**12.2.11.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

**12.2.12.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

**12.2.13.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

**12.2.14.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

**12.2.15.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

**12.2.16.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**12.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

**a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**b)** as peculiaridades do caso concreto;

**c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**d)** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**e )** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

**12.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

**12.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

**12.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022;

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes;

**13.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

**13.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

**13.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação;

**13.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem

como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

**13.5.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

**13.5.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

**13.5.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

**13.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.6.3.** Indenizações e multas.

**13.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**13.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**14.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**I.** Gestão/Unidade: 158126

**II.** Fonte de Recursos: 100

**III.** Programa de Trabalho: 231512

**IV.** Elemento de Despesa: 339039

**V.** Plano Interno: L20RLP0101N

**VI.** Nota de Empenho: 2024NE436

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;



**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Pelotas, Seção Judiciária de Pelotas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Pelotas, 21 de novembro de 2024.

(Assinado eletronicamente)

(Assinado eletronicamente)

**Flávio Luis Barbosa Nunes**  
**IF Sul-Rio-Grandense**  
**CONTRATANTE**

**Pedro Leite de Oliveira Santos**  
**LEITE E SCHNEIDER ENGENHARIA LTDA**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

(Assinado eletronicamente)

(Assinado eletronicamente)

**Claus de Rosso Bolzan**  
SIAPE: 1144068

**Camila Asso de Carvalho Gruppelli**  
SIAPE: 2044910

Documento assinado eletronicamente por:

- **Claus de Rosso Bolzan, COORDENADOR(A) - FG1 - IF-COGES**, em 21/11/2024 16:20:49.
- **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A) - CD1 - IFSRIOGRAN**, em 21/11/2024 15:57:00.
- **Camila Asso de Carvalho Gruppelli, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 21/11/2024 15:31:06.
- **Pedro Leite de Oliveira Santos, Pedro Leite de Oliveira Santos - Representante legal da empresa - Leite e Schneider Engenharia Ltda (35992406000182)**, em 21/11/2024 15:26:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 13/11/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 314627  
**Código de Autenticação:** ab0e1b95e5





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
Av. dos Portugueses, 1966, - Bairro Vila Bacanga, São Luís/MA, CEP 65080-805  
Telefone: (98) 3272-8000 - <https://www.ufma.br>

Contrato nº 49/2025/FUMA/OEG/PPGT/UFMA/CAEC/PPGT

Processo nº 23115.020507/2023-92

Unidade Gestora: SINFRA/UFMA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2025-SICON, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA E CBR ENGENHARIA S/S LTDA.**

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA, com sede na **Avenida dos Portugueses, nº 1966, Cidade Universitária Dom Delgado, Bairro Bacanga, Edifício Castelo Branco, CEP: 65080-805**, inscrito no CNPJ sob o nº **06.279.103/0001-19**, neste ato representado pelo Magnífico Reitor **Fernando Carvalho Silva**, nomeado pelo Decreto S/N de **09/11/2023**, publicada em **10/11/2023**, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto nº **1.171**, de **22/06/1994**, publicada em **04/10/2011**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e o(a) **CBR ENGENHARIA S/S LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **03.581.297/0001-14**, sediado(a) na Rua Washington Luiz, 1118, Sala 901, Centro Histórico, em Porto Alegre/RS, E-mail: [cbr@cbrengharia.com.br](mailto:cbr@cbrengharia.com.br), Tel: (51) 3092-3800, doravante designado CONTRATADA, neste ato representados (as) por **MARCELO MICHELON CORNETET e PAULO LOECK**, Sócios, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº **23115.020507/2023-92** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 90013/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresas especializadas em engenharia e/ou arquitetura para prestação, sob demanda, de serviços técnico profissionais especializados para elaboração e/ou atualização de projetos básicos e executivos em plataforma BIM, incluindo todas as peças técnicas pertinentes, com nível de precisão adequado, necessários para suprir as necessidades deste Órgão, na Cidade Dom Delgado e demais campi do continente.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Projetos de Arquitetura e Engenharia em formato BIM, Levantamento Cadastral, Serviços e Estudos Técnicos Especializados.	20060	Mês	60	R\$ 222.889,17	<b>R\$ 13.373.350,60</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o empreitada por preço unitário.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VILE XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor unitário da contratação é de **R\$ 222.889,17** (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos), perfazendo o

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ****SEÇÃO DE APOIO DA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SLC-APOIO**

Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830

Teresina - PI - [www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)

Contrato Nº 250/2025 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SLC/SLC-APOIO

**CONTRATO Nº 250/2025 - PJPI****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2023****PROCESSO SEI Nº 25.0.000136046-1**

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, POR INTERMÉDIO DO **FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO** E A EMPRESA **AB PROJETOS E CONSULTORIA - ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA**, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLEMENTARES EXECUTIVOS PARA A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM E JECC DA COMARCA DE SIMPLÍCIO MENDES.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, por intermédio do **FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FERMOJUPI - 040105**, CNPJ nº **10.540.909/0001-96**, com sede na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509, São Raimundo, CEP: 64.075-066 - Teresina-PI, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Desembargador **ADERSON ANTONIO BRITO NOGUEIRA**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria (Presidência) Nº 1732/2024 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 10 de setembro de 2024, e de outro, a empresa **AB PROJETOS E CONSULTORIA - ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.466.507/0001-87, Inscrição Estadual nº 19.485.280-6, estabelecida na Rua Dr Moises Pimentel Neto, nº 01, Sala 02, Bairro Campestre, Teresina-PI, CEP 64.053-510, Telefone para contato: (86) 99946-1663; e-mail: [abprojetoconsultoria@gmail.com](mailto:abprojetoconsultoria@gmail.com), neste ato representada pelo Sra Verônica Scheren Castelo Branco, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam este Contrato vinculado ao Pregão Eletrônico Nº 49/2023 (Processo SEI nº 23.0.000056176-2), que será regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observadas as normas de direito privado, especialmente aquelas constantes na LINDB e, ainda mediante as cláusulas e condições estabelecidas em Edital e no que segue abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços de elaboração de projetos complementares executivos para obras de engenharia para obra de Construção do Novo Fórum e JECC da Comarca de Simplício Mendes, conforme especificações e exigências técnicas constantes no Termo de Referência e seus anexos, e descrito abaixo:

ARP Nº 91/2023/PRORROGADA						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	GRAU DE JURISDIÇÃO	VALOR TOTAL
1	Instalações hidrossanitários (hidráulicas/sanitárias inclusive teste de absorção do solo, tratamento de esgoto e drenagem).	m²	R\$ 7,00	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 10.278,24
2	Projeto Elétrico (baixa tensão, alta tensão, grupo gerador e sistema fotovoltaico) e iluminação interna/externa.	m²	R\$ 7,00	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 10.278,24
3	SPDA ? Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas	m²	R\$ 2,03	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 2.980,69
5	Instalações de Climatização.	m²	R\$ 5,00	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 7.341,60
6	Cabeamento estruturado e instalações telefônicas.	m²	R\$ 3,00	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 4.404,96
7	Instalações de prevenção e combate à incêndio e pânico, inclusive alarme, detecção e todos os demais componentes.	m²	R\$ 3,50	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 5.139,12
8	Instalações de sistema de acesso, CFTV, antenas de tv, atendimento e segurança (alarme de intrusão, controle de acesso, atendimento eletrônico por senha/voz, detecção de metais, scanner e automação predial)	m²	R\$ 2,30	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 3.377,14
9	Instalações de sonorização	m²	R\$ 2,66	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 3.905,73
10	Projeto estrutural, inclusive fundação e levantamento topográfico e sondagem	m²	R\$ 12,50	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 18.354,00
12	Termo de compatibilização dos projetos	m²	R\$ 1,33	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 1.952,87
13	Planilha orçamentária (planilha de quantitativos, memória de cálculo, composições de custos, cronograma físico financeiro, cotações de preços e memorial descritivo - descrição do projeto e especificações técnicas)	m²	R\$ 5,11	1.468,32	1º Grau de Jurisdição	R\$ 7.503,12
<b>VALOR TOTAL (1º Grau de Jurisdição):</b>		R\$ 75.515,70 (setenta e cinco mil quinhentos e quinze reais e setenta centavos)				
<b>EMPRESA BENEFICIÁRIA</b>		AB PROJETOS E CONSULTORIA - ENGENHARIA, ARQUITETURA E MEIO AMBIENTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.466.507/0001-87				
<b>DADOS BANCÁRIOS</b>		Banco: Banco do Brasil; Agência: 3506-8; Conta Corrente: 28.385-1				

**1.2.** Os serviços a serem desenvolvidos pela contratada deverão abranger:



**Prefeitura Municipal de Matozinhos**  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Governo**  
**Diretoria de Compras, Licitações e Contratos**  
Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG  
(31) 3712-4512 / 4083 / 7525 | [comprasdiretas@matozinhos.mg.gov.br](mailto:comprasdiretas@matozinhos.mg.gov.br)

## **CONTRATO 281/PMM/2025**

**Contrato n. 281/2025**, que entre si celebram o  
**MUNICÍPIO DE MATOZINHOS/MG** e a empresa  
**ABRIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE MATOZINHOS/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 18.771.238.0001-86, com sede administrativa na Praça Bom Jesus, nº 99, Centro, Matozinhos - MG, CEP: 35720-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano Sr. **Brayann Kevinny Rodrigues Magalhães** abaixo assinado, por força de delegação de competência contida no Decreto Municipal nº 3.640/2022 e Portaria nº 11.172/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **ABRIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 42.875.401/0001-35, sediado(a) na Rua Poços de Calda, nº 84, Bairro São Pedro, CEP: 32.809-331, email: [abril@abrilcs.com.br](mailto:abril@abrilcs.com.br) telefone (31) 3507-6000/9.8410-9901 doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado por seu socio administrador Sr. **Glenn Barcellos Tamm**, brasileiro, administrador de empresas, CPF inscrito sob o nº 850.xxx.856-xx, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 123/PMM/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Dispensa nº 31/PMM/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a Contratação emergencial de empresa especializada para a execução de obras de contenção, recuperação de processo erosivo em via pública, reconstrução de pavimentação asfáltica e implantação de sistema de drenagem em trecho na Rua Bonfim, localizada no bairro Florestal, no município de Matozinhos/MG, conforme Decretos Municipais nº 3934/25, 3.985/25 e 4.027/25, Laudos Pericial elaborado pelas Secretarias Municipais de Obras e Desenvolvimento Urbano e Defesa Civil Municipal, nas condições descritas no Termo de Referência, Cronograma físico financeiro e planilha de composição de custo (apresentada pela **licitante contratada**) anexos deste contrato.

**1.2.** Constituem peças integrantes do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, ETP, Laudos, Relatório Técnico, Modelo Geométrico e Interpretações Geológicas, Estudo Hidrológicos, Projetos, Relatório de Sondagem e Percussão e Memorial Descritivo e outros.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**2.1.** O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 3.934/25, 3.985/25 e 4.027/25.

**2.2.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na legislação e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** O local de execução dos serviços é aquele previsto no Termo de Referência anexo a este



**Prefeitura Municipal de Matozinhos**  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Governo**  
**Diretoria de Compras, Licitações e Contratos**  
Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG  
(31) 3712-4512 / 4083 / 7525 | [comprasdiretas@matozinhos.mg.gov.br](mailto:comprasdiretas@matozinhos.mg.gov.br)

**ANEXO I DO CONTRATO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA.**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

Contratação emergencial de empresa especializada para a execução de obras de contenção, recuperação de processo erosivo em via pública, reconstrução de pavimentação asfáltica e implantação de sistema de drenagem em trecho na Rua Bonfim, localizada no bairro Florestal, no município de Matozinhos/MG.

**1.SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS**

Abaixo, segue a planilha com os quantitativos.

ITEM	CÓDIGO	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
			<b>PROJETO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS - BAIRRO BOM JESUS</b>		
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES E CANTEIRO DE OBRAS</b>		
1.1	RO-01091	CPU-SETOP-MG	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m2	198,00
1.2	ED-50137	CPU-SETOP-MG	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CONTAINER, INCLUSIVE CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), EXCLUSIVE LOCAÇÃO DO CONTAINER	un	4,00
1.3	ED-50150	CPU-SETOP-MG	LIGAÇÃO DE ÁGUA PROVISÓRIA PARA CANTEIRO, INCLUSIVE HIDRÔMETRO E CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM AÇO GALVANIZADO DN 20MM (1/2") - PADRÃO CONCESSIONÁRIA	un	1,00
1.4	ED-50151	CPU-SETOP-MG	LIGAÇÃO PROVISÓRIA COM ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, PADRÃO CEMIG, CARGA INSTALADA DE 15,1KVA ATÉ 30KVA, TRIFÁSICO, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	un	1,00
1.5	ED-16348	CPU-SETOP-MG	LOCAÇÃO DE CONTAINER COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TIPO 1, PARA ESCRITÓRIO DE OBRA, COM MEDIDAS REFERENCIAIS DE (6) METROS COMPRIMENTO, (2,3) METROS LARGURA E (2,5) METROS ALTURA ÚTIL INTERNA, INCLUSIVE AR CONDICIONADO E LIGAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS, EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO E LIGAÇÕES PROVISÓRIAS EXTERNAS	mês	3,00





**Prefeitura Municipal de Matozinhos**  
**Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Governo**  
**Diretoria de Compras, Licitações e Contratos**  
Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG  
(31) 3712-4512 / 4083 / 7525 | [comprasdiretas@matozinhos.mg.gov.br](mailto:comprasdiretas@matozinhos.mg.gov.br)

6.1.12	102486	CPU-SINAPI-MG	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,4 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	0,14
6.1.13	100982	CPU-SINAPI-MG	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	144,00
6.1.14	95876	CPU-SINAPI-MG	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	3.556,80
6.1.15	2809216	CPU-DNIT-MG	DEMOLIÇÃO DE VIA,BITOLA MÉTRICA, 1.667 DORMENTES DE MADEIRA/KM, TRILHO TR 37, BARRA COM 12 M DE COMPRIMENTO, COM SEPARAÇÃO E EMPILHAMENTO.	km	0,08
6.1.16	93598	CPU-SINAPI-MG	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	3.000,00
<b>6.2</b>			<b>DRENAGEM</b>		
6.2.1	102993	CPU-SINAPI-MG	CANAleta MEIA CANA PRÉ-MOLDADA DE CONCRETO (D = 60 CM) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_05/2025	M	184,00
6.2.2	92855	CPU-SINAPI-MG	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	12,00
6.2.3	92849	CPU-SINAPI-MG	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	85,00
6.2.4	92851	CPU-SINAPI-MG	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	11,00
6.2.5	ED-48551	CPU-SETOP-MG	BOCA DE LOBO DUPLA (TIPO B - CONCRETO), QUADRO, GRELHA E CANTONEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA-FORA	UN	4,00
6.2.6	19.16.09	CPU-SUDECAP-MG	CAIXA DE PASSAGEM TIPO B, D= 1200MM - PADRÃO SUDECAP	UN	1,00
6.2.7	2003476	CPU-SICRO3-MG	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS 01 - COM GRELHA DE CONCRETO - TCC 01 - AREIA EXTRAÍDA E BRITA PRODUZIDA	UN	1,00
6.2.8	19.13.02	CPU-SUDECAP-MG	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO, TIPO B (CONCRETO) - PADRÃO SUDECAP	UN	1,00
<b>7</b>			<b>LAUDO CAUTELAR</b>		
7.1	01.12.02	CPU-SUDECAP-MG	VISTORIA CAUTELAR - 101M2 < ÁREA CONSTRUÍDA <= 200M2	UN	10,00

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo produtos/serviço de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4.007, de 30 de maio de 2025.

**1.3. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO**

## TERMO DE CONTRATO

**Contrato nº 2026.000008.37101.01**

**Processo nº 2025-X3PRZ**

**ID CidadES/TCE nº 2026.500E0600016.16.0002**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA/ARQUITETURA E DISCIPLINAS CORRELATAS, NOS TERMOS DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA SRP Nº 02/2025, DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025 E DA PROPOSTA DA CONTRATADA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, E A EMPRESA HYDRAGEO ENGENHARIA LTDA.**

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.750.791/0001-89, com sede na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 705, Forte São João, Vitória/ES, CEP: 29.017.010, neste ato representado pelo seu Subsecretário de Estado de Gestão Administrativa, Sr. **RONALDO DIAS JUNIOR**, nomeado pelo Decreto nº 301-S, de 12 de fevereiro de 2025, publicada no DIO de 13 de fevereiro de 2025, delegação à Portaria nº 033-S de 14 de março de 2025, publicada no DIO de 18 de março de 2025, Matrícula Funcional nº 5065542, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **HYDRAGEO ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.934.399/0001-49, com sede à Rua Dr. Luiz Migliano, nº 1986 - Conjunto 716, Jardim Caboré, São Paulo/SP, CEP: 05.711-001, neste ato representada pelo seu procurador legal, Sr. **ALEXANDRE HORIYE FERREIRA**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, em decorrência da **Ata de Registro de Preços nº 005/2025**, regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1.** O presente Contrato tem por objeto a contratação, sob demanda e por item, de empresa especializada na elaboração de projetos de engenharia/arquitetura e disciplinas correlatas,

compreendendo, conforme o item contratado e o Termo de Referência (TR): estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos e executivos, compatibilização multidisciplinar, memoriais descritivos e de cálculo, cadernos de especificações, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais peças técnicas, inclusive arquivos nativos/editáveis e modelos digitais (ex.: DWG/RVT/IFC), em conformidade com o Edital da Concorrência SRP nº 02/2025, com o TR, com o Projeto Básico e com a Ata de Registro de Preços.

**1.1.1.** As entregas observarão as normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas), as diretrizes de compatibilização previstas no TR, e os padrões de formatação, bem como as ART(s) correspondentes junto ao Sistema Confea/Crea.

**1.1.2.** Quando expressamente exigido como parte dos produtos, as planilhas orçamentárias e composições deverão utilizar referências oficiais (SINAPI/SEINFRA/TCU, ou outras previstas no TR) exclusivamente para fins de estimativa e controle orçamentário do projeto, não se confundindo com execução de obra.

**1.2.** Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA (incluindo os percentuais de desconto por item), o Projeto Básico, o Termo de Referência e demais documentos do processo que o instruem.

**1.3.** Tabela-síntese dos Itens/Quantitativos (vinculada à ARP e ao TR):

**1.3.1.** O preço unitário registrado resulta da aplicação do desconto ofertado sobre o valor-base e abrange todos os custos diretos e indiretos, tributos, deslocamentos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, nos termos do TR.

**1.3.2.** As quantidades estimadas possuem caráter previsional e poderão ser contratadas total ou parcialmente, conforme conveniência e oportunidade da Administração, sem direito a indenização pela parte não contratada.

**1.3.3.** A definição dos locais de implantação, dos marcos de entrega e dos prazos por etapa ocorrerá em Ordem de Serviço (OS) ou instrumento equivalente, observadas as condições do TR.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
<b>3</b>	<b>CONSTRUÇÃO CIVIL - EDIFICAÇÕES COM BAIXA COMPLEXIDADE (Galpões, Prédios Administrativos e similares)</b>				
3.1	Projeto de Arquitetura	m²	3.014,00	75,45	227.420,17
3.2	Projeto das Instalações Elétricas	m²	3.014,00	17,06	51.423,73
3.3	Projeto das Instalações Hidráulicas	m²	3.014,00	13,84	41.706,43
3.4	Projeto de Drenagem Predial	m²	3.014,00	5,76	17.363,72
3.5	Projeto Estrutural	m²	3.014,00	57,79	174.180,36
3.6	Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico	m²	3.014,00	3,61	10.887,36
3.7	Projeto de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	A1	24,00	1.351,36	32.432,65
3.8	Projeto de Climatização	m²	3.014,00	7,00	21.090,69
3.9	Projeto para Instalação de Redes de Gases	A1	-	1.321,60	-
3.10	Projeto Acústico e de Sonorização	A1	-	2.960,75	-

3.11	Projeto de Redes Estruturadas (telefonia e lógica)	m²	3.014,00	2,56	7.709,34
3.12	Projeto de Monitoramento por Câmeras (CFTV)	m²	3.014,00	14,57	43.905,62
3.13	Projeto Técnico de Detalhamento	unid	13,00	5.714,45	74.287,91
3.14	Plano de Controle Ambiental (PCA)	unid	-	16.843,01	-
3.15	Projeto "As Built"	A1	-	1.393,27	-
3.16	Projeto para Acessibilidade	A1	8,00	2.958,25	23.665,99
3.17	Maquete Virtual	cj	3,00	50.560,36	151.681,09
3.18	Projetos para Reforma, Revitalização e Restauração	m²	-	71,47	-
3.19	Orçamento Detalhado e Memorial Descritivo	m²	2.853,00	4,57	13.044,80
<b>TOTAL:</b>					<b>890.799,86</b>

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 2.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- I** – disponibilizar à CONTRATADA, tempestivamente, dados, estudos, levantamentos, premissas, diretrizes, padrões e demais documentos necessários à elaboração dos projetos, bem como indicar os pontos de contato técnicos;
- II** – designar fiscalização/gestão contratual, que acompanhará a execução, registrará em sistema/atas todas as ocorrências e determinará providências para saneamento de falhas, sem prejuízo das responsabilidades da CONTRATADA;
- III** – emitir Ordens de Serviço (OS) e/ou documentos equivalentes com definição de escopo por item, marcos, prazos e formatos de entrega, além de analisar/atestar os produtos apresentados, no prazo previsto no TR/contrato;
- IV** – efetuar os pagamentos devidos, nas condições, prazos e forma previstos, vinculados ao aceite dos entregáveis (por etapa/produto) observadas as retenções legais;
- V** – assegurar acesso da CONTRATADA, quando necessário, a locais para levantamentos, vistorias e reuniões técnicas, inclusive a informações do ambiente operacional, desde que não sigilosas ou, se sigilosas, sob termo de confidencialidade;
- VI** – analisar e deliberar sobre solicitações, relatórios e documentos encaminhados pela CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos, motivando tecnicamente eventuais rejeições e indicando ajustes;
- VII** – comunicar à CONTRATADA ocorrências que possam afetar a execução (ex.: alterações de premissas, restrições de acesso, mudanças de diretrizes), determinando as providências necessárias;
- VIII** – aplicar penalidades cabíveis em caso de inadimplemento, observado o devido processo legal, sem prejuízo de outras medidas administrativas ou judiciais;
- IX** – fornecer esclarecimentos e decidir questões omissas no âmbito de sua competência, resguardando a isonomia e o interesse público.



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal  
Diretoria de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios  
Gerência de Instrução e Formalização de Atas, Contratos e Convênios

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054958/2025 - SES-DF, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A EMPRESA KINGLINE GERENCIAMENTO DE PROJETOS E SERVIÇOS LTDA**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES**

1.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa **KINGLINE GERENCIAMENTO DE PROJETOS E SERVIÇOS LTDA**, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº 24.989.868/0001-24, com sede no endereço Alameda Caulim, 115 – sala 125, bairro Cerâmica, em São Caetano do Sul – SP, CEP: 09.531-195, e-mail: abner@kingline.eng.br; william@kingline.eng.br, Telefone: (11) 4318-5464 / (11) 97120-0676, representada por **WILLIAM HENRIQUE VIEIRA GONÇALVES**, portador (a) do RG 42.xxx.xxx-8/SSP-SP, inscrito (a) no CPF nº 3xx.xxx.xxx-24, e por **ABNER RODRIGO TOLEDO MARIA**, portador (a) do RG 29.xxx.xxx-2/SSP-SP, inscrito (a) no CPF nº 3xx.xxx.xxx-09 na qualidade de representantes legais, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO**

2.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência 37 (176572242), Edital de Concorrência nº 90002/2024 (177104052), Proposta da empresa (177412292), da Lei n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. O Contrato tem por objeto a **prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura**, voltados à elaboração, sob demanda, de estudos, anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos, com compatibilização interdisciplinar em ambiente BIM, destinados às unidades de saúde sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, nos termos do Termo de Referência 37 (176572242), Edital de Concorrência nº 90002/2024 (177104052), Proposta da empresa (177412292), da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada para elaboração de <b>estudos e projetos executivos de arquitetura e engenharia</b> , utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling), para os estabelecimentos de saúde sob gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES DF). O objetivo é atender às necessidades de <b>modernização, ampliação e reestruturação</b> das infraestruturas prediais.	Serviço	1

3.2. A prestação dos serviços atenderá às necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, na condição de órgão gerenciador, conforme especificações e quantidades discriminadas conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - ATÉ 200M²	m²	24.500
2	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - 201 A 500M²	m²	7.000
3	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - 501 A 1.000M²	m²	3.500
4	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - ACIMA DE 1.000M²	m²	9.000
5	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - ATÉ 200M²	m²	5.000
6	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - 201 A 500M²	m²	5.000
7	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - 501 A 1.000M²	m²	3.500
8	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - ACIMA DE 1.000M²	m²	9.000
9	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - ATÉ 200M²	m²	7.500
10	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - 201 A 500M²	m²	5.000
11	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - 501 A 1.000M²	m²	3.500
12	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - ACIMA DE 1.000M²	m²	9.000

13	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM ATÉ 500 m²	m²	5.000
14	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM de 501 a 2.000 m²	m²	3.000
15	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM de 2.001 a 5.000 m²	m²	3.000
16	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM acima de 5.001 m²	m²	8.000
17	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - ATÉ 500 m²	m²	28.000
18	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - de 501 a 2.000 m²	m²	3.500
19	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - de 2.001 a 5.000 m²	m²	3.000
20	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - acima de 5.001 m²	m²	9.500
21	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de paisagismo com orçamento até 2.000 m²	m²	7.500
22	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de paisagismo com orçamento de 2.001 a 5.000 m²	m²	2.500
23	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de paisagismo com orçamento acima de 5.000 m²	m²	9.000
24	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sinalização e identidade visual	m²	45.000
25	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de acessibilidade	m²	45.000
26	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de fundação (infraestrutura)	m²	8.000
27	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de estrutura (superestrutura) até 500 m²	m²	8.000
28	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de estrutura (superestrutura) acima de 501 m²	m²	8.000
29	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações elétricas prediais	m²	45.000
30	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações de rede estruturada de telefonia (voz) e lógica (dados)	m²	45.000
31	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistemas prediais de VSS e controle de acesso	m²	45.000
32	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio (PCI) aprovado no Corpo de Bombeiros	m²	45.000
33	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações hidrossanitárias prediais (ÁGUA E ESGOTO) e drenagem pluvial (AP)	m²	45.000
34	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistemas prediais de climatização e exaustão	m²	45.000
35	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de impermeabilização	m²	45.000
36	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistema de som e vídeo	m²	10.000
37	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações de SPDA	m²	10.000
38	Serviços topográficos, compreendendo os levantamentos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos, regularização fundiária, entre outros	m²	45.000
39	Investigações Geotécnicas (sondagem), compreendendo estudos de simples reconhecimento dos solos destinados à elaboração de projetos para construção civil	m²	375
40	Compatibilização de projetos com área de até 5.000 m²	m²	45.000
41	Compatibilização de projetos com área acima de 5.001 m²	m²	10.000
42	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura sênior/coordenação	mês	18
43	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura sênior/coordenação	hora	1.280
44	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura pleno	mês	54
45	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura pleno	hora	640
46	Serviço técnico especializado – Engenharia segurança trabalho	mês	5



47	Serviço técnico especializado – Engenharia segurança trabalho	hora	640
48	Auxiliar técnico de engenharia	hora	1.280
49	Técnico em edificações com encargos complementares	mês	18
50	Auxiliar de escritório com encargos complementares	mês	18
51	Veículo leve – Produtivo	CHP	7.128
52	Veículo leve – Improdutivo	CHI	2.376

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O Regime de Execução do Contrato será empreitada por preço unitário.

##### 4.2. Da Subcontratação

4.2.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto.

4.2.2. Somente serão subcontratadas etapas do serviço, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da CONTRATADA, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços e entrega dos serviços contratados;

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.4. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.5. O CONTRATADO apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.2.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.2.7. É expressamente proibida, sem a prévia anuência do CONTRATANTE, a transferência/subcontratação no todo ou em parte do objeto deste contrato.

##### 4.3. ESCOPO GERAL DA SOLUÇÃO

4.3.1. A contratação abrangerá, entre outros:

4.3.1.1. Levantamentos técnicos e diagnósticos físicos-funcionais;

4.3.1.2. Anteprojetos com alternativas de solução e análise de viabilidade;

4.3.1.3. Projetos básicos conforme art. 6º, VIII da Lei nº 14.133/2021;

4.3.1.4. Projetos executivos detalhados por disciplina técnica;

4.3.1.5. Modelagem tridimensional BIM compatibilizada;

4.3.1.6. Memoriais, planilhas, cadernos técnicos e cronogramas físico-financeiros;

4.3.1.7. Emissão de ARTs, RRTs e validação das soluções propostas com base em checklist técnico-normativo.

##### 4.4. Metodologia de Execução e Obrigações Contratuais

4.4.1. A execução será dividida em Ordens de Serviço específicas para cada unidade ou conjunto de unidades. Cada OS conterá:

4.4.1.1. Escopo técnico por disciplina;

4.4.1.2. Memorial descritivo e lista de produtos entregáveis;

4.4.1.3. Cronograma físico detalhado;

4.4.1.4. Prazos máximos por etapa;

4.4.1.5. Formatos de entrega (RVT, IFC, DWG, PDF, XLS);

4.4.1.6. Modelagem em LOD 350 a 400 e documentação “as built” final.

4.4.2. Essas ordens poderão ser complementadas ou ajustadas durante a execução, mediante autorização da fiscalização, para contemplar alterações motivadas por variáveis técnicas ou operacionais.

##### 4.5. Acréscimos ou Reduções nos Serviços

4.5.1. Durante a execução, poderão ser identificadas demandas adicionais ou reduções de escopo, não previstas inicialmente. Nesse caso, serão emitidas novas ordens de serviço complementares, com os devidos ajustes quantitativos, respeitando os limites legais e contratuais.

##### 4.6. Procedimento de Avaliação das Ordens de Serviço

4.6.1. As ordens de serviço emitidas deverão ser analisadas e aprovadas pela fiscalização técnica da contratante. Eventuais divergências ou manifestações por parte da contratada deverão ser formalizadas no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis. Persistindo impasses, a resolução será conduzida conforme os mecanismos de solução de controvérsias previstos nos artigos 151 a 154 da Lei nº 14.133/2021.

##### 4.7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

###### 4.7.1. Condições de execução

4.7.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.7.1.1.1. A execução dos serviços será realizada mediante emissão formal de **Ordem de Serviço (OS)**, a ser analisada e aprovada pela fiscalização designada pela CONTRATANTE, que deverá validar o cronograma proposto, o escopo técnico e o prazo de execução compatível com a complexidade da intervenção elétrica.

4.7.1.1.2. O **Cronograma Padrão de Execução**, constante deste Contrato, poderá ser ajustado em razão das especificidades operacionais e de infraestrutura de cada unidade de saúde, desde que as alterações não impliquem em ampliação superior a 20% (vinte por cento) dos prazos inicialmente definidos. Os ajustes dependerão de anuência expressa entre as partes, com ciência da fiscalização técnica.

4.7.1.1.3. A CONTRATADA deverá alocar **mão de obra técnica especializada** para todas as atividades a serem executadas, incluindo engenheiro eletricista responsável técnico, eletricitistas qualificados, auxiliares operacionais e demais profissionais necessários à execução segura e eficiente dos serviços, com atuação compatível com as exigências normativas.

4.7.1.1.4. Os serviços deverão ser compatibilizados com os horários operacionais das unidades de saúde, assegurando que sua execução não prejudique o funcionamento assistencial, administrativo ou de apoio técnico. Caberá à CONTRATADA realizar o dimensionamento das equipes conforme a complexidade do serviço e o prazo estabelecido, com agilidade de mobilização e capacidade de resposta a intercorrências.

4.7.1.1.5. No caso de necessidade de substituição de componentes não previstos, o prazo máximo para execução e conclusão da manutenção será de até **10 (dez) dias**

úteis, contados a partir do recebimento da OS e da constatação técnica, respeitado o fluxo de autorização da fiscalização contratual.

4.7.1.1.6. A CONTRATANTE poderá rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, mediante emissão de **termo circunstanciado de não conformidade**, devidamente motivado e registrado nos autos da execução contratual.

4.7.2. **Locais e horários da prestação do serviço**

4.7.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda-feira a sábado das 07:00 às 19:00 ou em outro de comum acordo.

4.7.2.2. Os endereços das unidades atendidas serão fornecidos posteriormente à empresa contratada, podendo ser modificados e/ou atualizados a qualquer tempo, conforme a necessidade da CONTRATANTE.

4.7.3. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

4.7.3.1. Durante o **último mês de vigência contratual**, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização da CONTRATANTE o **Relatório Final de Execução dos Serviços**, organizado por unidade de saúde, contendo o histórico detalhado de todas as ordens de serviço executadas, os documentos técnicos correspondentes e o levantamento de pendências e ações corretivas eventualmente em andamento.

4.7.4. **Especificação da garantia do serviço**

4.7.4.1. O prazo de garantia contratual aplicável aos serviços de manutenção preventiva e corretiva em subestações de média tensão será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento definitivo de cada Ordem de Serviço, devidamente atestada pela fiscalização da SES/DF.

4.7.4.2. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela correção, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer falhas, vícios, defeitos técnicos ou não conformidades decorrentes de erro de execução, uso inadequado de materiais, omissão de procedimento ou falha de diagnóstico.

4.7.4.3. A extensão do prazo em relação ao disposto no art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) justifica-se pela natureza crítica do objeto, pela complexidade dos sistemas envolvidos e pela necessidade de preservar a continuidade operacional das unidades de saúde do Distrito Federal.

4.7.4.4. Durante a vigência da garantia, a contratada deverá manter condições técnicas e logísticas para atendimento de eventuais chamados corretivos, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1. O valor total do Contrato é de **R\$ 8.535.173,75 (oito milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cento e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - ATÉ 200M²	m²	24.500	R\$ 6,69	R\$ 163.856,00
2	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - 201 A 500M²	m²	7.000	R\$ 5,02	R\$ 35.112,00
3	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - 501 A 1.000M²	m²	3.500	R\$ 4,03	R\$ 14.098,00
4	Levantamento cadastral e atualização dos projetos arquitetura em BIM - ACIMA DE 1.000M²	m²	9.000	R\$ 3,65	R\$ 32.832,00
5	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - ATÉ 200M²	m²	5.000	R\$ 6,69	R\$ 33.440,00
6	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - 201 A 500M²	m²	5.000	R\$ 5,02	R\$ 25.080,00
7	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - 501 A 1.000M²	m²	3.500	R\$ 4,03	R\$ 14.098,00
8	Levantamento cadastral e atualização dos projetos estruturais em BIM - ACIMA DE 1.000M²	m²	9.000	R\$ 3,65	R\$ 32.832,00
9	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - ATÉ 200M²	m²	7.500	R\$ 6,69	R\$ 50.160,00
10	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - 201 A 500M²	m²	5.000	R\$ 5,02	R\$ 25.080,00
11	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - 501 A 1.000M²	m²	3.500	R\$ 4,03	R\$ 14.098,00
12	Levantamento cadastral e atualização dos projetos de Instalações em BIM - ACIMA DE 1.000M²	m²	9.000	R\$ 3,65	R\$ 32.832,00
13	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM ATÉ 500 m²	m²	5.000	R\$ 24,83	R\$ 124.146,00
14	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM de 501 a 2.000 m²	m²	3.000	R\$ 24,41	R\$ 73.233,60
15	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM de 2.001 a 5.000 m²	m²	3.000	R\$ 23,19	R\$ 69.562,80
16	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de arquitetura em BIM acima de 5.001 m²	m²	8.000	R\$ 21,97	R\$ 175.772,80
17	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - ATÉ 500 m²	m²	28.000	R\$ 24,83	R\$ 695.217,60
18	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - de 501 a 2.000 m²	m²	3.500	R\$ 24,41	R\$ 85.439,20
19	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - de 2.001 a 5.000 m²	m²	3.000	R\$ 23,19	R\$ 69.562,80

20	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de Arquitetura – reforma, revitalização e adequação em BIM - acima de 5.001 m²	m²	9.500	R\$ 21,97	R\$ 208.730,20
21	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de paisagismo com orçamento até 2.000 m²	m²	7.500	R\$ 2,58	R\$ 19.380,00
22	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de paisagismo com orçamento de 2.001 a 5.000 m²	m²	2.500	R\$ 2,05	R\$ 5.130,00
23	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de paisagismo com orçamento acima de 5.000 m²	m²	9.000	R\$ 1,82	R\$ 16.416,00
24	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sinalização e identidade visual	m²	45.000	R\$ 1,52	R\$ 68.400,00
25	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de acessibilidade	m²	45.000	R\$ 2,38	R\$ 107.046,00
26	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de fundação (infraestrutura)	m²	8.000	R\$ 9,12	R\$ 72.960,00
27	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de estrutura (superestrutura) até 500 m²	m²	8.000	R\$ 11,81	R\$ 94.483,20
28	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de estrutura (superestrutura) acima de 501 m²	m²	8.000	R\$ 8,91	R\$ 71.318,40
29	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações elétricas prediais	m²	45.000	R\$ 7,46	R\$ 335.502,00
30	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações de rede estruturada de telefonia (voz) e lógica (dados)	m²	45.000	R\$ 3,66	R\$ 164.502,00
31	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistemas prediais de VSS e controle de acesso	m²	45.000	R\$ 1,37	R\$ 61.560,00
32	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio (PCI) aprovado no Corpo de Bombeiros	m²	45.000	R\$ 9,58	R\$ 430.920,00
33	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações hidrossanitárias prediais (ÁGUA E ESGOTO) e drenagem pluvial (AP)	m²	45.000	R\$ 8,10	R\$ 364.572,00
34	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistemas prediais de climatização e exaustão	m²	45.000	R\$ 4,26	R\$ 191.520,00
35	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de impermeabilização	m²	45.000	R\$ 2,00	R\$ 89.946,00
36	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de sistema de som e vídeo	m²	10.000	R\$ 2,30	R\$ 22.952,00
37	Serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de instalações de SPDA	m²	10.000	R\$ 0,99	R\$ 9.880,00
38	Serviços topográficos, compreendendo os levantamentos planimétricos, altimétricos e planialtimétricos, regularização fundiária, entre outros	m²	45.000	R\$ 0,68	R\$ 30.438,00
39	Investigações Geotécnicas (sondagem), compreendendo estudos de simples reconhecimento dos solos destinados à elaboração de projetos para construção civil	m²	375	R\$ 128,39	R\$ 48.145,05
40	Compatibilização de projetos com área de até 5.000 m²	m²	45.000	R\$ 1,19	R\$ 53.694,00
41	Compatibilização de projetos com área acima de 5.001 m²	m²	10.000	R\$ 0,84	R\$ 8.360,00
42	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura sênior/coordenação	mês	18	R\$ 27.093,28	R\$ 487.678,97
43	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura sênior/coordenação	hora	1.280	R\$ 152,78	R\$ 195.552,00
44	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura pleno	mês	54	R\$ 20.006,59	R\$ 1.080.355,74
45	Serviço técnico especializado – Engenharia e/ou arquitetura pleno	hora	640	R\$ 111,55	R\$ 71.392,00
46	Serviço técnico especializado – Engenharia segurança trabalho	mês	5	R\$ 20.437,93	R\$ 102.189,64
47	Serviço técnico especializado – Engenharia segurança trabalho	hora	640	R\$ 116,12	R\$ 74.318,34
48	Auxiliar técnico de engenharia	hora	1.280	R\$ 27,31	R\$ 34.962,94
49	Técnico em edificações com encargos complementares	mês	18	R\$ 2.768,35	R\$ 49.830,36
50	Auxiliar de escritório com encargos complementares	mês	18	R\$ 3.911,19	R\$ 70.401,36
51	Veículo leve – Produtivo	CHP	7.128	R\$ 31,83	R\$ 226.898,50
52	Veículo leve – Improdutivo	CHI	2.376	R\$ 5,91	R\$ 14.033,61
Valor Total das Despesas Diretas					R\$ 6.649.921,11
Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) = 28,35%					R\$ 1.885.252,64
<b>VALOR TOTAL DAS DESPESAS DIRETAS + BDI</b>					<b>R\$ 8.535.173,75</b>

## 5.2. Reajuste contratual

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/07/2025, aplicando-se o ÍNDICE NACIONAL DA CONSTRUÇÃO CIVIL (INCC), elaborado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2.3. O reajuste será realizado por apostilamento.



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO  
Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia  
Uberaba-MG, CEP 38025-440  
- <http://hcuftm.ebserh.gov.br/>

Processo nº 23521.006815/2025-85

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2025.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial **HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - HC-UFTM**, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0005-77, com sede na cidade de Uberaba (MG), na Av. Getúlio Guaritá, 130, Bairro Nossa Senhora da Abadia, CEP: 380025-440, neste ato representada por sua Superintendente, Dra. Luciana de Almeida Silva Teixeira, brasileira, médica, RG nº MG - 6.236.\*\*\* e CPF nº \*\*\*.332.526-\*\*, nomeada pela Portaria SEI nº 268, de 11 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1595, de 13 de julho de 2023 e por seu Gerente Administrativo Dr. Rodrigo Juliano Molina, brasileiro, médico, portador do RG nº 280.\*\*\*\*-0 – SSP/SP, CPF n.º \*\*\*.630.638-\*\*, nomeado pela Portaria nº 303, de 27 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1607 de 1º de agosto de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, processo administrativo n.º 23521.008605/2024-41, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e no Termo de Referência/Projeto Básico, sujeitando-se as partes às normas constantes no RLCE 2.0, na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia para reforma e ampliações para atender às necessidades de reestruturação física do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM), filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), especificado(s) no(s) do **GRUPO 01 (ITENS 1 A 25)** do Termo de Referência/Projeto Básico, anexo do Edital do , que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta registrada, independentemente de transcrição.

#### 2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>MEP – ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA CNPJ: 06.164.906/0001-28</b> <b>RUA MILTON GAVETTI, 369 - LONDRINA/PR CEP: 86.050-720 - FONE/ FAX (43) 3328 1020</b> <b>E-MAIL: CARLOS@MEPARQUITETURA.ARQ.BR</b> <b>REPRESENTANTE LEGAL: CARLOS EDUARDO PEREIRA MARCHESI</b>					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
01	01	Levantamento físico arquitetônico de edificação	m <sup>2</sup>	10.000,00	R\$ 100,00
	02	Orçamento avulso	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 60,00
	03	Projeto de Arquitetura	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 40,00
	04	Projeto de Automação de Processos e Sistemas	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 20,00
	05	Projeto de Comunicação Visual interna e externa	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 20,00
	06	Projeto de condicionamento acústico	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 0,00
	07	Projeto de fundação	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 10,00
	08	Projeto de gases medicinais e vácuo	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 7,00
	09	Projeto de instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 1,00
	10	Projeto de Instalação Elétrica para Iluminação Externa	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 1,00
	11	Projeto de instalações de águas pluviais	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 1,00
	12	Projeto de instalações de telecomunicações e cabeamento estruturado	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 4,00
	13	Projeto de instalações elétricas de baixa e média tensão	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 14,00
	14	Projeto de instalações hidráulicas	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 6,00
	15	Projeto de instalações prediais de gás combustível	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 0,00
	16	Projeto de instalações sanitárias	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 6,00
	17	Projeto de Levantamento Topográfico Planialtimétrico	m <sup>2</sup>	15.000,00	R\$ 1,00
	18	Projeto de Movimentação de terra, drenagem e pavimentação	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 1,00
	19	Projeto de sinalização de enfermagem	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 1,00
	20	Projeto de sonorização	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 0,00
	21	Projeto de Urbanismo	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 1,00
	22	Projeto Estrutural	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 10,00
	23	Projetos de Aquecimento, ventilação e Ar condicionado (AVAC)	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 14,00
	24	Projetos de instalações de vapor e água quente	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 4,00
	25	Projetos de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCIP)	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 4,00
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR

- 3.1. O órgão gerenciador será a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO.
4. **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 4.1. Durante a vigência da ata, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016 que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do RLCE 2.0 e da Norma - SEI n.º 2/2019/DAI-Ebserh; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.2.2. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão e entidade gerenciadora e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 – Plenário).
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
5. **VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**
- 5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
6. **VALIDADE**
- 6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 6.2. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes.
- 6.2.1. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.
- 6.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
7. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 7.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 171, VI, do RLCE 2.0;
- 7.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 7.1.3. na hipótese de previsão, no Termo de Referência/Projeto Básico anexo ao Edital, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do RLCE 2.0.
- 7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.
- 7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
8. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**
- 8.1. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 171 do RLCE 2.0.
- 8.2. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 8.2.1. Nesse caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas no RLCE 2.0 e na legislação aplicável.
- 8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 171 do RLCE 2.0.
9. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 9.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 9.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto n.º 11.462/2023.
- 9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
- 10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 10.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 10.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- 10.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023; ou
- 10.1.4. enquadrar-se em uma das hipóteses previstas no art. 69 do RLCE 2.0.
- 10.1.4.1. Na hipótese do item 10.1.4, caso o prazo do impedimento não ultrapasse a vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos do impedimento.
- 10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.4.1. por razão de interesse público;
- 10.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 10.4.3. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto n.º 11.462/2023.
- 11. DAS PENALIDADES**
- 11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo ao Edital.
- 11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes ou não participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante ou não participante a aplicação da penalidade.
- 11.3. O órgão ou entidade participante ou não participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
- 12. CONDIÇÕES GERAIS**
- 12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência/Projeto Básico anexo ao Edital.
- 12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 12.3. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Uberaba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser compostos pela conciliação.

Uberaba/MG, data da assinatura eletrônica.

<p><b>LUCIANA DE ALMEIDA SILVA TEIXEIRA</b> SUPERINTENDENTE HC-UFTM</p> <p><b>RODRIGO JULIANO MOLINA</b> GERENTE ADMINISTRATIVO HC-UFTM</p>	<p><b>CARLOS EDUARDO PEREIRA MARCHESI</b> MEP – ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA</p>
---	---



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Pereira Marchesi**, Usuário Externo, em 23/04/2025, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Juliano Molina**, Gerente, em 25/04/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).





Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Almeida Silva Teixeira, Superintendente**, em 25/04/2025, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48844866** e o código CRC **0179FD4D**.

Referência: Processo nº 23521.006815/2025-85 SEI nº 48844866



MINISTÉRIO DA  
GESTÃO E DA INOVAÇÃO  
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA  
**R\$ 6,74**

MEDIANA  
**R\$ 4,00**

MENOR  
**R\$ 0,43**

#### FILTROS APLICADOS

Objeto da Compra

CNPJ/CPF/NOME do Fornecedor

**Pregão Eletrônico - Trata-se de registro de preços para contratação de empresa especializada na elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia para reforma e ampliações para atender às necessidades de reestruturação física do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, de acordo com especificações, anexos, encartes e instruções complementares previstas no Edital de Licitação e Termo de Referência.**

Quantidade total de registros: 25

Registros apresentados: 1 a 25

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
90067/2024	00001	Pregão	78	ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA		UNIDADE	10.000	R\$16,38	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00002	Pregão	16985	CONSULTORIA E ASSESSORIA - ORCAMENTO		UNIDADE	20.000	R\$6	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00003	Pregão	78	ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA		UNIDADE	20.000	R\$45	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00004	Pregão	18490	ESTUDOS E PROJETOS - AUTOMACAO INDUSTRIAL		UNIDADE	20.000	R\$2,80	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025

90067/2024	00005	Pregão	17086	ESTUDOS E PROJETOS DE SISTEMAS DE SINALIZACAO / COMUNICACAO VISUAL		UNIDADE	20.000	R\$2,80	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00006	Pregão	78	ESTUDOS E PROJETOS DE ARQUITETURA		UNIDADE	20.000	R\$0,70	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00007	Pregão	140	ESTUDOS E PROJETOS DE FUNDACOES DIRETAS E PROFUNDAS		UNIDADE	20.000	R\$11,50	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00008	Pregão	248	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO DE GAS - INSTALACOES PRE-DIAIS / INDUSTRIAIS		UNIDADE	20.000	R\$7,50	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00009	Pregão	574	ESTUDOS E PROJETOS DE SISTEMAS DE ATERRAMENTO E PROTECAO CONTRA DESCARGAS ATMOSFERICAS		UNIDADE	20.000	R\$1,58	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00010	Pregão	213	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO ELETRICA		UNIDADE	20.000	R\$1,58	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00011	Pregão	264	ESTUDOS E PROJETOS - INSTALACOES PREDIAIS		UNIDADE	20.000	R\$1,58	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00012	Pregão	620	ESTUDOS E PROJETOS DE REDES DE TELECOMUNICACOES		UNIDADE	20.000	R\$4,74	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00013	Pregão	213	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO ELETRICA		UNIDADE	20.000	R\$14,22	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025

90067/2024	00014	Pregão	221	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO HIDRO-SANITARIA		UNIDADE	20.000	R\$6,32	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00015	Pregão	248	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO DE GAS - INSTALACOES PRE-DIAIS / INDUSTRIAIS		UNIDADE	20.000	R\$0,43	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00016	Pregão	221	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO HIDRO-SANITARIA		UNIDADE	20.000	R\$6,50	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00017	Pregão	21369	ESTUDOS E PROJETOS DE TOPOGRAFIA		UNIDADE	15.000	R\$1,20	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00018	Pregão	159	ESTUDOS E PROJETOS DE CORTES, ATERROS E ESCORAMENTOS		UNIDADE	20.000	R\$1,20	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00019	Pregão	264	ESTUDOS E PROJETOS - INSTALACOES PREDIAIS		UNIDADE	20.000	R\$1,20	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00020	Pregão	272	ESTUDOS E PROJETOS DE INSTALACAO DE SOM AMBIENTE		UNIDADE	20.000	R\$0,45	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00021	Pregão	51	ESTUDOS E PROJETOS URBANISTICOS / PAISAGISTICOS / ARQUITETO-NICOS		UNIDADE	20.000	R\$1,20	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00022	Pregão	175	ESTUDOS E PROJETOS DE ESTRUTURAS - CONCRETO ARMADO		UNIDADE	20.000	R\$11,50	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025

90067/2024	00023	Pregão	477	AR CONDICIONADO - ESTUDOS E PROJETOS DE SISTEMA		UNIDADE	20.000	R\$14	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00024	Pregão	24678	PROJETOS DE SISTEMAS DE GERACAO E DISTRIBUICAO DE VAPOR		UNIDADE	20.000	R\$4	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025
90067/2024	00025	Pregão	523	ESTUDOS E PROJETOS DE SISTEMAS DE PROTECAO CONTRA INCENDIO		UNIDADE	20.000	R\$4	MEP ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO	07/04/2025



HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO  
Avenida Getúlio Guaritá, nº 130 - Bairro Abadia  
Uberaba-MG, CEP 38025-440  
- <http://hcuftm.ebserh.gov.br/>

Processo nº 23521.006818/2025-19

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2025

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial **HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO - HC-UFTM**, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.126.437/0005-77, com sede na cidade de Uberaba (MG), na Av. Getúlio Guaritá, 130, Bairro Nossa Senhora da Abadia, CEP: 380025-440, neste ato representada por sua Superintendente, Dra. Luciana de Almeida Silva Teixeira, brasileira, médica, RG nº MG - 6.236.\*\*\* e CPF nº \*\*\*.332.526-\*\*, nomeada pela Portaria SEI nº 268, de 11 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1595, de 13 de julho de 2023 e por seu Gerente Administrativo Dr. Rodrigo Juliano Molina, brasileiro, médico, portador do RG nº 280.\*\*\*\*-0 – SSP/SP, CPF n.º \*\*\*.630.638-\*\*, nomeado pela Portaria nº 303, de 27 de julho de 2023, publicada no Boletim de Serviço nº 1607 de 1º de agosto de 2023, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução n.º 155/2022 do Conselho de Administração (RLCE 2.0), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, processo administrativo n.º 23521.008605/2024-41, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e no Termo de Referência/Projeto Básico, sujeitando-se as partes às normas constantes no RLCE 2.0, na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia para reforma e ampliações para atender às necessidades de reestruturação física do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFTM), filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), especificado(s) no(s) do **GRUPO 01 (ITENS 1 A 25)** do Termo de Referência/Projeto Básico, Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 90067/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta registrada, independentemente de transcrição.

#### 2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>TECHNISCHE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ 08.076.692/0001-63</b> <b>RUA ALCINDO GUANABARA, 24 SALA 1009, CENTRO - RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 20031-130</b> <b>E-MAIL: paulomills@gmail.com</b> <b>REPRESENTANTE LEGAL: PAULO MILLS MILMAN</b>					
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
02	26	Projeto de recuperação/reforço estrutural (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	15.000,00	R\$ 21,00
	27	Projeto de recuperação/reforço estrutural de fundações (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	15.000,00	R\$ 21,00
	28	Projeto de reestruturação arquitetura de envoltória - fachadas e coberturas (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 9,00
	29	Projeto de reestruturação das instalações de águas pluviais (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	36.614,04	R\$ 3,00
	30	Projeto de reestruturação das instalações de gases medicinais e vácuo (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	20.000,00	R\$ 4,00
	31	Projeto de reestruturação das instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico (PPCIP) (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	36.614,04	R\$ 6,00
	32	Projeto de reestruturação das instalações elétricas de baixa tensão (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	6.614,00	R\$ 9,00
	33	Projeto de reestruturação das instalações hidráulicas (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	36.614,04	R\$ 5,00
	34	Projeto de reestruturação das instalações sanitárias (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	36.614,04	R\$ 5,00
	35	Projeto de reestruturação predial patrimônio tombado (as built e retrofit)	m <sup>2</sup>	3.000,00	R\$ 16,00
<b>VALOR TOTAL GERAL</b>					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh, filial HOSPITAL DE CLÍNICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO.

#### 4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016 que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do RLCE 2.0 e da Norma - SEI n.º 2/2019/DAI-Ebserh; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2.2. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, o órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado



aos valores das contratações já previstas para o órgão e entidade gerenciadora e participantes ou já destinadas a aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU n.º 2957/2011 – Plenário).

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### 5. **VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### 6. **VALIDADE**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes.

6.2.1. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.

6.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### 7. **ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do art. 171, VI, do RLCE 2.0;

7.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. na hipótese de previsão, no Termo de Referência/Projeto Básico anexo ao Edital, de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do RLCE 2.0.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### 8. **NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 171 do RLCE 2.0.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Nesse caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas no RLCE 2.0 e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 171 do RLCE 2.0.

#### 9. **REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto n.º 11.462/2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

- 9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
10. **CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 10.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 10.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
  - 10.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023; ou
  - 10.1.4. enquadrar-se em uma das hipóteses previstas no art. 69 do RLCE 2.0.
    - 10.1.4.1. Na hipótese do item 10.1.4, caso o prazo do impedimento não ultrapasse a vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos do impedimento.
- 10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 10.4.1. por razão de interesse público;
  - 10.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 10.4.3. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto n.º 11.462/2023.
11. **DAS PENALIDADES**
- 11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico anexo ao Edital.
- 11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes ou não participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante ou não participante a aplicação da penalidade.
- 11.3. O órgão ou entidade participante ou não participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
12. **CONDIÇÕES GERAIS**
- 12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência/Projeto Básico anexo ao Edital.
- 12.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 12.3. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Uberaba/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser compostos pela conciliação.

Uberaba/MG, data da assinatura eletrônica.

<p><b>LUCIANA DE ALMEIDA SILVA TEIXEIRA</b> SUPERINTENDENTE HC-UFTM</p>	<p><b>PAULO MILLS MILMAN</b> TECHNISCHE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA</p>
<p><b>RODRIGO JULIANO MOLINA</b> GERENTE ADMINISTRATIVO HC-UFTM</p>	



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Mills Milman, Usuário Externo**, em 24/04/2025, às 09:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Juliano Molina, Gerente**, em 25/04/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Almeida Silva Teixeira, Superintendente**, em 25/04/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48844932** e o código CRC **12675851**.

MÉDIA

MEDIANA

MENOR

**R\$ 19.448,19 R\$ 9.949,50 R\$ 27,09**

Quantidade total de registros: 0

Registros apresentados: 2 a 2

#### FILTROS APLICADOS

Descrição

Ano da Compra

**ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERACAO E REFORCO DE ESTRUTURAS 2024, 2025**

## RESULTADO 2

### DADOS DA COMPRA

**Identificação da Compra:** 90067/2024

**Número do Item:** 00026

**Objeto da Compra:** Pregão Eletrônico - Trata-se de registro de preços para contratação de empresa especializada na elaboração de Projetos de Arquitetura e Engenharia para reforma e ampliações para atender às necessidades de reestruturação física do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, de acordo com especificações, anexos, encartes e instruções complementares previstas no Edital de Licitação e Termo de Referência.

**Quantidade Ofertada:** 15.000

**Valor Proposto Unitário:** -

**Valor Unitário do Item:** R\$ 27,49

**Código do CATMAT:** 205

**Descrição do Item:** ESTUDOS E PROJETOS DE RECUPERACAO E REFORCO DE ESTRUTURAS

**Descrição Complementar:**

**Unidade de Fornecimento:** UNIDADE

**Modalidade da Compra:** Pregão

**Forma de Compra:** SISRP

**Marca:**

**Data do Resultado:** 07/04/2025

### DADOS DO FORNECEDOR

**Nome do Fornecedor:** TECHNISCHE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

**CNPJ/CPF:** 08076692000163

**Porte do Fornecedor:** Pequena Empresa

### DADOS DO ÓRGÃO

**Número da UASG:** 155011 - HOSPITAL DE CLINICAS DO TRIANGULO MINEIRO

**Órgão:** EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

**Órgão Superior:** -





**PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça  
do Estado do Pará



## TERMO DE REFERÊNCIA

### SECRETARIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - SEENG

### Nº 001 – VERSÃO 05

**Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a realização de serviços de levantamentos técnicos, sondagem e elaboração de projetos de arquitetura e complementares para atendimento as demandas do TJPA**

**0037917-34.2025.8.14.0900**



## **1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023**

### **1.1. Da definição**

Credenciamento de empresas especializadas para a realização de serviços de levantamentos técnicos, sondagem e elaboração de projetos de arquitetura e complementares para atendimento às demandas do TJPA.

### **1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:**

- ☐ Fornecimento / Aquisição de bens
- ☐ Contratação de serviços
  - ☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva
  - ☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva
  - ☐ Natureza não contínua
- ☒ Contratação de serviços de arquitetura/engenharia
  - ☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva
  - ☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva
  - ☒ Natureza não contínua
- ☐ Contratação de serviços especiais
  - ☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva
  - ☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva
  - ☐ Natureza não contínua

### **1.3. O objeto é especificado como bem "de luxo"? - Portaria nº 2.029/2023-GP (TJPA)**

- ☒ Não
- ☐ Sim – Justificativa:

## **2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023**



<b>Lote 1</b>	<b>SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAAGEM Região Nordeste - Polo Belém</b>			
<b>1</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
1.1	-	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	<b>20</b>
1.2	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	<b>10</b>
1.3	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	<b>2</b>
1.4	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
2.1	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	<b>4</b>
2.2	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	<b>10</b>
2.3	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	<b>4</b>
2.4	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Levantamentos e Sondagem</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
3.1	-	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	<b>10.000</b>
3.2	21369	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	<b>20.000</b>
3.3	965	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	<b>100</b>
<b>Lote 2</b>	<b>SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAAGEM Região Sudeste - Polo Marabá</b>			
<b>1</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
1.1	-	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	<b>10</b>
1.2	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	<b>10</b>

1.3	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	<b>2</b>
1.4	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
2.1	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	<b>1</b>
2.2	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	<b>1</b>
2.3	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	<b>1</b>
2.4	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	<b>1</b>
<b>3</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Levantamentos e Sondagem</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
3.1	-	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	<b>5.000</b>
3.2	21369	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	<b>10.000</b>
3.3	965	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	<b>50</b>
<b>Lote 3</b>	<b>SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAAGEM Região Oeste - Polo Santarém</b>			
<b>1</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
1.1	-	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	<b>10</b>
1.2	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	<b>10</b>
1.3	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	<b>2</b>
1.4	-	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	<b>2</b>
<b>2</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
2.1	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	<b>4</b>

2.2	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	<b>10</b>
2.3	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	<b>4</b>
2.4	-	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Levantamentos e Sondagem</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
3.1	-	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	<b>5.000</b>
3.2	21369	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	<b>10.000</b>
3.3	965	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	<b>50</b>
<b>Lote 4</b>	<b>PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES</b>			
<b>1</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Projeto Arquitetônico</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
1.1	78	Projeto de Arquitetura (incluindo Comunicação Visual)	m²	<b>20.000</b>
1.2	51	Projeto de Urbanização e Paisagismo	m²	<b>20.000</b>
<b>2</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Projeto de Fundação e Estrutural</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
2.1	140	Projeto de Fundação	m²	<b>20.000</b>
2.2	175	Projeto Estrutural de Superestrutura	m²	<b>20.000</b>
2.3	191	Projeto Estrutural de Cobertura	m²	<b>20.000</b>
<b>3</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Projeto de Instalações Elétricas, Eletrônicas e Telecomunicações</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
3.1	213	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas edificadas	m²	<b>20.000</b>
3.2	213	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas urbanizadas	m²	<b>20.000</b>
3.3	574	Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	m²	<b>20.000</b>

3.4	20621	Projeto de Geração de Energia Elétrica através de Sistemas Fotovoltaicos	m <sup>2</sup>	20.000
3.5	620	Projeto de Telecomunicações (voz e dados)	m <sup>2</sup>	20.000
3.6	256	Projeto de Sonorização e Sistemas de Segurança (detecção, alarme e CFTV)	m <sup>2</sup>	20.000
<b>4</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Projeto Hidrossanitário, Drenagem e Combate a Incêndio</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
4.1	221	Projeto Hidrossanitário	m <sup>2</sup>	20.000
4.2	337	Projeto de Drenagem	m <sup>2</sup>	40.000
4.3	523	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	m <sup>2</sup>	20.000
<b>5</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
5.1	477	Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical	m <sup>2</sup>	20.000
<b>6</b>	<b>CATMAT / CATSERV</b>	<b>Planejamento de Obra e Orçamento Geral</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>
6.1	16985	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas edificadas	m <sup>2</sup>	20.000
6.2	16985	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas urbanizadas	m <sup>2</sup>	20.000

Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no código CATMAT/CATSER do COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

#### 3.1. Fundamentação:

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará necessita promover constante qualificação, adequação e ampliação de sua infraestrutura por meio da execução de obras de

adequação, modernização, ampliação e construção de novas edificações, para suas diversas unidades judiciárias e administrativas.

A qualificação e ampliação da infraestrutura objetiva promover o adequado funcionamento de suas unidades, atender as demandas institucionais, melhorar as condições de trabalho para servidores e magistrados, além de ampliar o acesso da população à justiça, com conforto, dignidade e eficiência.

A atuação eficiente e célere do Poder Judiciário depende, entre outros fatores, da existência de uma infraestrutura física adequada, segura e funcional. Nesse contexto, a contratação de projetos de engenharia e arquitetura revela-se essencial para o planejamento, a modernização, a manutenção e a expansão das unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), especialmente considerando as dimensões territoriais do Estado e a diversidade das realidades locais.

O desenvolvimento de projetos técnicos específicos é etapa indispensável para a execução de obras novas, reformas, ampliações e adequações de prédios já existentes, garantindo que essas intervenções ocorram de forma planejada, segura, conforme as normas técnicas e legais vigentes (a exemplo da ABNT, legislação urbanística, acessibilidade, eficiência energética e sustentabilidade ambiental).

Além disso, a contratação de tais serviços visa assegurar:

- Atendimento digno e eficiente ao jurisdicionado, por meio de ambientes confortáveis, acessíveis, seguros e adequados à prestação jurisdicional;
- Valorização do servidor público, com espaços laborais condizentes com a complexidade das funções desempenhadas e em conformidade com normas de saúde ocupacional;
- Redução de desperdícios e aumento da economicidade, já que projetos bem elaborados evitam retrabalho, aditivos desnecessários e garantem maior controle sobre prazos e custos de execução;
- Regularidade fiscal e urbanística, ao garantir que as construções estejam em conformidade com as exigências legais dos municípios e órgãos de controle;
- Padronização arquitetônica e funcional das unidades judiciárias, o que facilita a manutenção, o uso racional de recursos e a identidade visual do Poder Judiciário paraense.

Ademais, a demanda por novos projetos decorre de diagnósticos realizados pelo próprio TJPA, por meio de vistorias técnicas, levantamento de necessidades estruturais, criação de novas unidades judiciárias e realocação de serviços, bem como das exigências de órgãos de controle externo quanto à regularidade e eficiência da gestão do patrimônio público.

Portanto, a contratação de serviços especializados em engenharia e arquitetura é medida que se impõe não apenas como requisito técnico para futuras obras e intervenções, mas como instrumento de promoção da efetividade da justiça, em benefício direto da população paraense.

Considerando o Estudo Técnico Preliminar realizado, a análise das possíveis soluções para a contratação do serviço de desenvolvimento de projetos, as características técnicas, econômicas, logísticas e estratégicas, o mapa de riscos e as vantagens e desvantagens das possíveis soluções, a equipe de planejamento e apoio da contratação concluiu que a opção pela realização de credenciamento de empresas especializadas na elaboração de projetos de arquitetura e engenharia se apresenta como a alternativa mais vantajosa e eficiente para o atendimento das demandas do TJPA, especialmente considerando a necessidade de agilidade, flexibilidade, redução de riscos e impactos negativos nos casos de descumprimento de contrato, além da fundamental necessidade de desenvolvimento de diversos projetos em paralelo.

Em termos legais, a realização de credenciamento se fundamenta no Art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, onde está prevista a possibilidade de utilização do credenciamento na hipótese da realização de contratações paralelas e não excludentes, desde que em condições padronizadas.

As condições de padronização são aquelas que definem critérios técnicos e operacionais aplicáveis a todos os credenciados, de forma isonômica e igualitária, como a metodologia de cálculo das áreas a serem contratadas, por unidade, metro quadrado, etc; detalhamento dos itens que serão contratados, como os deslocamentos, levantamentos e sondagens, especificação das espécies de projetos, como de fundação, instalações elétricas, etc.; prazos e padrões técnicos de entregas, formas de pagamento, penalidades e demais obrigações.

Neste caso, há um valor unitário fixo por cada metro quadrado a ser contratado, ou por cada unidade, sendo o pagamento e o valor final ajustado realizado de acordo com a extensão ou dimensão de cada serviço realizado, permanecendo inalterada a condição de contratação.

Essa padronização evita a aplicação de critérios distintos para objetos de mesma natureza, assegura previsibilidade e facilita a gestão contratual, promovendo maior eficiência, economicidade e controle sobre as contratações públicas.

### **3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2025, conforme detalhamento a seguir:**

<b>ID PAC no PNCP:</b>	<b>Data de publicação no PNCP:</b>	<b>Código da contratação no PAC:</b>	<b>Classe/Grupo:</b>
Não se aplica	Não se aplica	SEENG46A25	Não se aplica

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023**

Após análise das alternativas disponíveis para a contratação de serviços de elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, a equipe de planejamento concluiu que o credenciamento é a solução mais vantajosa e eficiente para o atendimento das demandas do TJPA.

As modalidades tradicionais (contratação pontual, registro de preços e contratação sob demanda) apresentaram limitações quanto à agilidade, à distribuição equilibrada da carga de trabalho entre fornecedores, e à mitigação de riscos contratuais.

Já o credenciamento permite:

- Contratações simultâneas e não excludentes, com diversos fornecedores atuando em paralelo;
- Padronização das condições de contratação, com critérios objetivos definidos em edital (ex: valores por metro quadrado);
- Redução de custos administrativos, evitando múltiplas licitações;
- Maior flexibilidade e agilidade, essencial à dinâmica da manutenção da infraestrutura judiciária;
- Distribuição da demanda, evitando concentração em um único fornecedor e aumentando a resiliência operacional;
- Transparência e possibilidade de novos credenciamentos;
- Depuração natural do mercado, com descredenciamento de prestadores ineficientes.

A solução está amparada legalmente no art. 74, IV e art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, que autorizam o uso do credenciamento quando houver interesse na ampliação do número de contratados e na execução paralela dos serviços.

Considerando que o objeto da contratação compreende a elaboração de projetos e serviços técnicos, cujas quantidades e escopos variam conforme as demandas específicas do TJPA, adota-se o regime de empreitada por preço unitário. Esse regime é o mais adequado, pois permite o pagamento proporcional aos quantitativos efetivamente executados, assegurando flexibilidade orçamentária e economicidade à Administração.

Para fins de equilíbrio econômico e prevenção de preços inexequíveis, os valores estimados foram definidos com base em tabelas de referência e editais similares, aplicando-se redutor de 25% conforme art. 59, §4º da mesma Lei, eliminando, assim, o único possível benefício da competição por preço em uma licitação tradicional.

A solução adotada está consolidada da seguinte forma:

##### **Fase 1 – Credenciamento**



- 1.1. Registro do Requerimento de Credenciamento (Anexo 02 do Termo de Referência)
- 1.2. Sorteio Público para definição da ordem dos inscritos
- 1.3. Análise documental dos 15 primeiros colocados no sorteio para cada lote
- 1.4. Publicação provisória da lista de habilitados e inabilitados provisórios
- 1.5. Fase recursal
- 1.6. Homologação
- 1.7. Convocação para prestação dos serviços conforme a demanda/necessidade
- 1.8. Contratação

## **Fase 2 – Execução**

Para os Lotes 1, 2 e 3 – Serviços Prévios:

Etapa Única – 30 dias corridos

Para o Lote 4 – Projetos:

Etapa 1 – Projeto Legal – 30 dias corridos

Etapa 2 – Projeto Executivo – 30 dias corridos

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023**

**Requisito 1:** A empresa contratada deve possuir experiência comprovada na execução de serviços similares, demonstrada por meio de atestado(s) técnico(s) compatíveis com o objeto da contratação.

**Requisito 2:** A empresa deve contar com uma equipe técnica qualificada e multidisciplinar, composta por profissionais habilitados, com registro no CREA ou CAU, conforme exigências legais.

**Requisito 3:** A empresa deve possuir expertise comprovada no desenvolvimento de projetos em metodologia BIM (Building Information Modeling).

### **5.1. Da sustentabilidade**

**( X ) Financeira:**

Como valor estimado para as contratações decorrentes do presente credenciamento, utilizou-se tabelas de preços de referência e de editais de credenciamento similares, realizados entre 2024 e 2025, visando evitar distorções com a utilização de valores majorados ou excessivamente reduzidos.

Nesse sentido, foram identificados e utilizados para o cálculo dos preços apresentados as seguintes referências:

**a) Tabelas de Preços de Referência:**

- CEHOP –Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura –Aracaju/SE–Referência 2025.
- DER –Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo -Referência 2024, Revisão R0.
- SENGE –Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará, com o valor da HPT (Hora Padrão Técnica) definido com base na tabela SINAPI -Referência Janeiro/2025.

**b) Editais de Credenciamento Similares:**

- Governo do Amapá -Credenciamento Nº 01/2024 -SEINF.
- Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI) -Edital Nº 010/2024-CPC/SESAPI-PI.

Como forma de compensar a ausência da disputa de preço e considerando o Art. 59, inciso V, § 4º da Lei Nº 14.133, onde se define que *“No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”*, optou-se pela aplicação de um redutor de 25% no preço médio obtidos com base nas tabelas de referência indicadas e nos editais de credenciamento similares, para se chegar aos valores estimados apresentados.

Destaca-se que a formação dos preços estimados com base na utilização de tabelas de preços de referência e de editais de credenciamento similares foram detalhados, encaminhados para validação pelo setor competente deste Tribunal por meio do expediente TJPA-MEM-2025/24332.

Neste sentido, apesar de não haver a disputa de preços de um pregão, nos valores utilizados, há definição de valores baseados em tabelas oficiais vigentes e editais de credenciamento similares, com o redutor de 25% previsto na lei, havendo desta forma a sustentabilidade financeira também nesta contratação por credenciamento.

**c) Custo Global e Ciclo de Vida**

- Avaliação do custo global da obra, contemplando não apenas a implantação, mas também a operação e a manutenção ao longo do tempo.
- Especificação de soluções construtivas que reduzam custos futuros com manutenção corretiva e consumo de insumos.

**( X ) Ambiental:**

**a) Eficiência Energética**

- Previsão de soluções passivas de climatização e iluminação (ventilação cruzada, iluminação natural, orientação solar adequada).
- Previsão de sistemas de energia fotovoltaica, sempre que tecnicamente viável.

**b) Gestão e Uso Racional da Água**

- Previsão de sistemas para reuso de águas cinzas e captação de águas pluviais.
- Uso de dispositivos economizadores de água (torneiras, descargas, chuveiros).
- Aproveitamento paisagístico com espécies vegetais de baixa demanda hídrica.

**c) Acessibilidade e Inclusão**

- Atendimento integral às normas de acessibilidade (NBR 9050), garantindo autonomia e segurança a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Projeto de sinalização tátil e visual adequado.

**d) Escolha de Materiais Sustentáveis**

- Especificação de materiais com menor impacto ambiental (reciclados, recicláveis, de baixo carbono ou de origem certificada).
- Evitar o uso de materiais que contenham substâncias tóxicas ou de difícil descarte.

**e) Gestão de Resíduos na Obra**

- Inclusão de diretrizes para plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC) no projeto executivo.
- Previsão de canteiros organizados, com separação e destinação correta de resíduos.

**f) Soluções Baseadas na Natureza**

- Integração de áreas verdes, jardins de chuva, telhados verdes ou outras soluções paisagísticas que colaborem para o conforto térmico e a drenagem urbana.

**( X ) Social:**

- a)** A contratada deve não constar no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições semelhantes às de escravidão, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011.
- b)** A contratada e seus dirigentes não devem ter sido condenados por violar as leis de combate à discriminação racial ou de gênero, bem como as leis relacionadas ao trabalho infantil e ao trabalho escravo. Essa exigência está em conformidade com os artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988, o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, o Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (que promulga o Protocolo de Palermo) e as Convenções da OIT nos 29 e 105.
- c)** Preferencialmente, as empresas deverão promover a diversidade e inclusão em sua equipe e práticas de trabalho, garantindo representatividade e equidade.
- d)** As empresas deverão, preferencialmente, seguir padrões éticos em suas práticas comerciais e de comunicação, respeitando os direitos humanos e evitando práticas discriminatórias.
- e)** É vedado às agências possuir no seu quadro de funcionários, empregados menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

- f) Deverá ser observada a política de empregabilidade de reabilitados e portadores de deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
  - g) As empresas deverão adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos e de redução de desperdícios.
- ( ) Outros:
- ( ) Não se aplica

#### **5.2. Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021**

**( X ) NÃO SE APLICA**

#### **5.3. Da vedação de contratação de marca ou produto**

**( X ) NÃO SE APLICA**

#### **5.4. Da exigência de amostra**

**( X ) NÃO SE APLICA**

#### **5.5. Da exigência de carta de solidariedade**

**( X ) NÃO SE APLICA**

#### **5.6. Da subcontratação – art. 54, da IN nº 02/2024**

**( X )** Não será admitida a subcontratação.

**Justificativa:** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Credenciamento, nos termos do art. 74, § 4º, da Lei 14.133/2021, que dispõe: “é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade”.

( ) Será admitida a subcontratação do objeto.

( ) Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

#### **5.7. Da garantia da fase de seleção do fornecedor**

( X ) NÃO SE APLICA

a. **Garantia para participação da licitação**

( X ) NÃO SE APLICA

b. **Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado**

( X ) NÃO SE APLICA

**5.8. Da prova de conceito**

( X ) NÃO SE APLICA

**5.9. Da garantia de execução**

Não será exigida garantia contratual, em observância ao disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que confere à Administração **faculdade**, e não obrigatoriedade, quanto à exigência desse instrumento.

A opção pela não exigência justifica-se pela natureza do objeto, consistente na elaboração de projetos e estudos de arquitetura e engenharia, de caráter intelectual e técnico-especializado, cujo pagamento se dará **após a entrega e aprovação dos produtos pela fiscalização**. Essa forma de remuneração já assegura proteção suficiente ao interesse público, uma vez que o risco financeiro da execução recai sobre o contratado até a efetiva aceitação dos serviços.

Ademais, as contratações decorrerão de credenciamento previamente realizado por este Tribunal, modalidade que pressupõe **rotatividade, múltiplos prestadores e demandas pontuais**. Nessa configuração, a exigência de garantia contratual acarretaria **burocratização desnecessária**, dificultando a agilidade na solicitação e na execução dos serviços, além de desestimular a participação de profissionais e empresas habilitadas no cadastro, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade.

Assim, considerando que a exigência de garantia contratual é **facultativa**, e que a natureza e o risco do objeto não a justificam, **optou-se por sua dispensa**, visando simplificar os procedimentos, reduzir custos administrativos e garantir celeridade nas contratações decorrentes do credenciamento.

**6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023**

( X ) NÃO SE APLICA

Não foram identificados riscos passíveis de ações mitigadoras de responsabilidade da contratada.

**Obrigatória, nos casos de:**

- ( ) Serviços de grande vulto
- ( ) Serviços de engenharia em regimes de contratação integrada e semi-integrada

**Facultativa, mas será aplicada no presente caso:**

- ( ) Aquisições e serviços diversos

**7. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023**

**7.1. Catálogo eletrônico de padronização**

[ ] Sim

[ X ] Não

**Justificativa:** O TJPA não possui catálogo próprio.

**7.2. Especificação**

**Lote 1 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Nordeste**

**Lote 2 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Sudeste**

**Lote 3 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Oeste**

Esses lotes se referem a serviços prévios necessários para a elaboração de projetos, voltados à realização de levantamentos e sondagem do terreno. Tais serviços são realizados de forma prévia, por empresas especializadas e de forma independente dos serviços de desenvolvimento de projetos.

Destaca-se que a definição dos municípios que compõem cada região, a identificação dos modais e quantitativos necessários para a contratação dos itens de mobilização e desmobilização para cada município estão apresentados nas tabelas dos Anexos 01.01 - Região Nordeste, 01.02 - Região Sudeste e 01.03 - Região Oeste.

A execução do conjunto dos serviços prévios contratados deverá ser realizada em Etapa Única com prazo de 30 dias corridos.

O detalhamento dos serviços constantes nos lotes referentes a Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem, incluindo a descrição das atividades previstas e a relação dos produtos gerados, constam no Anexo 04 – Escopo.

Todos os elementos que compõem projetos devem ser elaborados por profissionais legalmente habilitados, sendo indispensável o registro das respectivas Responsabilidades Técnicas, identificação dos autores e suas assinaturas em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos.

#### **Lote 4 – Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares**

Este lote se refere a efetiva atividade de elaboração de projetos. Os serviços de elaboração de projetos deverão ser desenvolvidos em nível de PROJETO LEGAL ou PROJETO EXECUTIVO, de acordo com a Etapa de desenvolvimento, salientando que cada Etapa de desenvolvimento apresenta prazo de execução de 30 dias corridos:

**Etapa 1 – Projeto Legal – 30 dias corridos:** Engloba as fases de Estudo Preliminar, Anteprojetos, Projeto Básico e Projeto Legal. O desenvolvimento dos projetos terá como base as orientações iniciais fornecidas à contratada e será acompanhado pelo fiscal técnico destacado para o projeto, o qual será responsável por dirimir eventuais dúvidas e pela aprovação dos estudos e soluções propostas ao longo do processo de desenvolvimento da etapa, sendo permitido ao mesmo solicitar produtos intermediários para acompanhamento do desenvolvimento do projeto, neste caso, por óbvio, não sendo exigido produtos finalizados. A Etapa 1 engloba o levantamento do conjunto de informações jurídicas, legais, programáticas e técnicas, que objetivam determinar as restrições e possibilidades que regem e limitam o produto imobiliário pretendido, o desenvolvimento e consolidação do partido arquitetônico e estrutural e início dos demais projetos complementares, juntamente com o orçamento, consolidando todas as informações que permitam verificar de forma mais consistente a viabilidade física, legal e econômica do projeto, elaborados em nível suficiente para a devida aprovação nos diversos órgãos e concessionárias que se mostrarem necessários. A etapa se encerra com a aprovação do produto pela fiscalização do TJPA juntamente com a entrega do devido PROTOCOLO de todos os projetos passíveis de aprovação legal junto aos órgãos ou concessionárias.

**Etapa 2 – Projeto Executivo – 30 dias corridos:** Consiste na definição dos projetos e detalhamento de todos os elementos do empreendimento de modo a gerar um conjunto de informações necessárias para a perfeita caracterização das obras/serviços a serem executadas, avaliação dos custos, métodos construtivos, prazos de consolidação dos orçamentos de obra e de instalações, como também a devida APROVAÇÃO LEGAL de todos os projetos protocolados na etapa anterior, gerando os documentos necessários à caracterização dos serviços e materiais utilizados, além da apresentação de todo o planejamento de obra e memoriais descritivos que servirão de base para a elaboração do termo de referência para contratação da execução da obra e aquisição de equipamentos. Os orçamentos deverão obedecer obrigatoriamente aos padrões vigentes no TJPA. Os projetos e orçamentos das várias disciplinas deverão estar compatibilizados, podendo a



Empresa ser responsabilizada por eventuais problemas de execução de obra em virtude de conflitos entre os projetos. O resultado deve ser um conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre todos os elementos, sistemas e componentes do empreendimento. A etapa se encerra com a aprovação do produto pela fiscalização do TJPA.

Cumprir destacar que os serviços ora relacionados incluem a aprovação dos projetos desenvolvidos nos órgãos e concessionárias competentes, quando necessário, tais como: Corpo de Bombeiros, CSA, CEA Equatorial, SEMA, IPHAN, Prefeituras Municipais etc.

O detalhamento dos serviços constantes no Lote 4, incluindo a descrição das atividades previstas e a relação dos produtos gerados, constam no Anexo 04 – Escopo.

Todos os elementos que compõem projetos devem ser elaborados por profissionais legalmente habilitados, sendo indispensável o registro das respectivas Responsabilidades Técnicas, identificação dos autores e suas assinaturas em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos.

Os produtos que envolvam desenhos técnicos, deverão ser desenvolvidos em software BIM. Para estes casos deverão ser entregues obrigatoriamente os arquivos digitais nos seguintes formatos:

- RVT, em razão de o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA possuir licença vigente para este software;
- IFC, visando assegurar a interoperabilidade entre diferentes plataformas e a longevidade dos dados produzidos;
- DWG, para compatibilização e uso em softwares de CAD;
- PDF, como versão final de visualização e conferência, incluindo assinatura eletrônica do responsável técnico.

Os demais documentos, tais como planilhas, relatórios, memoriais, especificações, entre outros, deverão sempre ser entregues em seus formatos originais e também na extensão PDF, com a devida assinatura eletrônica do responsável técnico. Além disso, deverão ser entregues os arquivos originais das fotos e imagens em formato JPG.

## **8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023**

### **8.1 Condições de entrega ou execução dos serviços**

Os recebimentos provisório e definitivo do objeto contratado observarão os parâmetros do disposto nos Arts. 140 da Lei nº 14.133/2021 e 46, II, da IN nº 1/2023-GP deverão, ainda, ser realizados conforme as disposições a seguir:

- a. Cabe à contratada comunicar à fiscalização a conclusão dos serviços ou de suas etapas e solicitar o seu recebimento.
- b. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c. A contratante emitirá termo de recebimento (provisório ou definitivo) somente ao final do acompanhamento da Secretaria de Engenharia e da verificação de conformidade de todos os itens que compõem o objeto.

#### **8.1.1. Local de execução dos serviços**

**Lote 1 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Nordeste**

**Lote 2 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Sudeste**

**Lote 3 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Oeste**

Os serviços prévios de levantamentos e sondagem constantes nos lotes 1, 2 e 3, serão realizados nas unidades do TJPA, ou em locais de seu interesse, localizados nos municípios definidos para a região de cada lote.

Os locais específicos serão definidos de acordo com cada contratação, e os custos para mobilização e desmobilização serão contratados por meio dos itens dos grupos “1 – Mobilização e Desmobilização – Deslocamento Rodoviário” e “2 – Mobilização e Desmobilização – Deslocamento Fluvial” de cada lote, sendo contratados com base nos itens e quantitativos definidos para o município onde o serviço será realizado, conforme Anexos 01.01 - Região Nordeste, 01.02 - Região Sudeste e 01.03 - Região Oeste.

**Lote 4 – Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares**

Este lote se refere a efetiva atividade de desenvolvimento dos projetos, com as atividades sendo realizadas nas instalações da contratada ou no local onde a empresa entender ser conveniente, não existindo a necessidade de definição do local de execução dos serviços por parte do TJPA.

#### **8.1.2. Local de entrega dos serviços**

Deverá ser priorizado o recebimento dos produtos por via eletrônica, contudo, a critério da fiscalização, na conclusão de cada etapa do projeto, poderão ser solicitadas até três vias impressas do material gerado e até três vias do mesmo em mídia digital (CD, DVD, pen drive), com a devida identificação do projeto, salientando que as impressões necessárias durante o desenvolvimento da etapa e todas as impressões exigidas e

necessárias para as aprovações nos órgãos públicos serão de responsabilidade da contratada, não sendo considerada para tal as três vias previstas na conclusão das etapas.

Quando solicitado pela fiscalização, o material impresso deverá ser entregue em pasta tipo fichário, com suas plantas, relatórios, declarações, ART's e RRT's, devidamente assinadas pelos responsáveis técnicos.

Os materiais relativos às maquetes eletrônicas deverão ser impressos em papel fotográfico e entregues em até 03 (três) vias encadernadas em tamanho A3 ou A4 conforme for solicitado, o mesmo material também deverá ser entregue em mídia digital (CD ou DVD), devendo constar na referida mídia os arquivos das imagens geradas em formato jpg e os arquivos das maquetes eletrônicas em formato max, rvt ou skp.

O Local de entrega dos serviços, documentação para pagamento e demais documentos deverão ser realizados através do protocolo administrativo localizado no prédio Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - End.: Av. Almirante Barroso nº 3089 – Bairro: Sousa – Belém-PA, tendo como destinatário a Secretaria de Engenharia e Arquitetura indicando o Fiscal da Secretaria de Engenharia e Arquitetura responsável pelo acompanhamento do Projeto/serviço contratado.

## **8.2 Condições de recebimento**

O recebimento dos serviços será realizado em duas fases: Recebimento Provisório e Recebimento Definitivo:

### **a. Recebimento Provisório:**

O recebimento provisório deverá ocorrer no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da comunicação formal da contratada informando a conclusão da etapa e a entrega dos documentos.

Nessa ocasião, a contratada deverá encaminhar à fiscalização todos os documentos exigidos no **Anexo 05 – Checklist de Serviços e Projetos**, devidamente organizados, consolidados e compatibilizados entre as diversas disciplinas contratadas.

Ressalta-se que o Recebimento Provisório consiste na simples verificação documental do material entregue, com o objetivo de confirmar se foram apresentados todos os produtos exigidos para a etapa contratada, conforme o Checklist (Anexo 05). Não se trata de análise qualitativa do conteúdo ou aprovação técnica dos serviços entregues.

Caso sejam identificadas pendências, omissões, inadequações técnicas ou ausência de qualquer documento obrigatório, a entrega será formalmente **rejeitada**, e o prazo de execução da etapa continuará em curso, devendo a contratada providenciar os ajustes ou complementações necessárias para reapresentação.

Caso exista algum item previsto no Anexo 05 que não se aplique ao projeto específico, sua não aplicação deverá ser justificada pela contratada, sendo esta justificativa analisada pela fiscalização.

A partir da confirmação do Recebimento Provisório, será iniciado o processo de Recebimento Definitivo da etapa.

#### **b. Recebimento Definitivo:**

O Recebimento Definitivo corresponde à análise técnica qualitativa e detalhada de todos os produtos entregues, a ser realizada pela fiscalização no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento provisório.

Caso sejam verificadas impropriedades ou não conformidades técnicas nos serviços, a entrega poderá ser rejeitada, total ou parcialmente, a critério da fiscalização, com notificação formal à contratada para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

Estando o material em conformidade, seja na forma inicialmente entregue ou após os ajustes eventualmente solicitados, será confirmado o Recebimento Definitivo da etapa.

Para fins de recebimento definitivo, além da aprovação técnica da fiscalização, a contratada deverá fornecer o **Termo de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais** constante do **Anexo 06** deste Termo de Referência, cedendo ao TJPA, de forma total, irrevogável e irretratável, os direitos patrimoniais sobre os projetos e demais produtos desenvolvidos, nos termos da legislação aplicável.

Após o Recebimento Definitivo, a contratada poderá emitir a nota fiscal referente à etapa, que deverá ser encaminhada à fiscalização, acompanhada da documentação pertinente, para as providências de liquidação e pagamento.

### **9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023**

#### **Garantia dos serviços**

A garantia dos serviços será de 05 (cinco) anos, conforme previsão legal do Art. 618 da lei nº 10.406/2002 (Código Civil), Art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e da lei nº 14.133/2021, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

A responsabilidade técnica deverá ser comprovada através da emissão pelo profissional de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao órgão de classe competente com a sua devida baixa após a conclusão.

Conforme as resoluções nº 1.025 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e nº 91 do CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, a responsabilidade administrativa, civil ou criminal do profissional e/ou pessoa jurídica responsável não se extingue com a finalização/baixa da ART/RRT do projeto/serviço contratado.

A qualquer momento, mesmo após o recebimento definitivo, a empresa ou responsável técnico pela elaboração dos projetos/serviços contratados poderão ser notificados pelo TJPA para prestar informações, laudos ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sendo constatada a necessidade da realização de correções no material entregue pela contratada após a realização do Recebimento Definitivo, a contratada deverá realizar as correções necessárias no prazo máximo de 5 dias úteis, contados a partir da notificação emitida pela fiscalização do TJPA.

O CREDENCIADO se compromete a prestar os serviços com a máxima qualidade, eficiência e conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo que todos os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos exigidos e em conformidade com as normas vigentes aplicáveis.

Em caso de identificação de qualquer falha, erro ou inadequação nos serviços prestados, o Credenciado deverá solucionar o problema de forma imediata e eficaz, sem causar qualquer prejuízo à CONTRATANTE, arcando com todos os custos necessários para a correção.

O credenciado se responsabiliza ainda por eventuais danos decorrentes de sua atuação indevida ou defeituosa, inclusive aqueles relacionados a atrasos, custos adicionais ou prejuízos operacionais da CONTRATANTE, assumindo todas as responsabilidades legais e contratuais pertinentes à regularização do serviço, inclusive no que concerne à responsabilização perante terceiros.

A solução deverá ser realizada no prazo mais curto possível, respeitando os termos acordados no contrato e o interesse da CONTRATANTE em garantir a continuidade das suas atividades de maneira ininterrupta e sem prejuízos financeiros.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023**

### **Condições de execução:**

Os serviços serão executados de acordo com as demandas identificadas pelo TJPA, condicionados ao aceite da empresa credenciada e formalizado por meio de Ordem de Serviço previamente autorizada.

O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A emissão e envio da Ordem de Serviço para a empresa contratada configura o início da Fase de Execução do contrato.

Destaca-se que a Fase de Execução do contrato apresenta diferenças entre os lotes relativos a Serviços Prévios (Lotes 1, 2 e 3) e o lote relativo a Serviços de Projetos (Lote 4), sendo:

### **Para os Lotes 1, 2 e 3 – Serviços Prévios**

**Etapa Única – 30 dias corridos:** Os serviços prévios de levantamentos e sondagem serão realizados em Etapa Única de 30 dias corridos, incluindo os dias necessários para deslocamento e para desenvolvimento dos documentos técnicos necessários.

#### **Para o Lote 4 – Projetos**

**Etapa 1 – Projeto Legal – 30 dias corridos:** Engloba as fases de Estudo Preliminar, Anteprojetos, Projeto Básico e Projeto Legal. O desenvolvimento dos projetos terá como base as orientações iniciais fornecidas a contratada e será acompanhado pelo fiscal técnico destacado para o projeto, o qual será responsável por dirimir eventuais dúvidas e pela aprovação dos estudos e soluções propostas ao longo do processo de desenvolvimento da etapa, sendo permitido ao mesmo solicitar produtos intermediários para acompanhamento do desenvolvimento do projeto, neste caso, por óbvio, não sendo exigido produtos finalizados. A Etapa 1 engloba o levantamento do conjunto de informações jurídicas, legais, programáticas e técnicas, que objetivam determinar as restrições e possibilidades que regem e limitam o produto imobiliário pretendido, o desenvolvimento e consolidação do partido arquitetônico e estrutural e início dos demais projetos complementares, juntamente com o orçamento, consolidando todas as informações que permitam verificar de forma mais consistente a viabilidade física, legal e econômica do projeto, elaborados em nível suficiente para a devida aprovação nos diversos órgãos e concessionárias que se mostrarem necessários. A etapa se encerra com a aprovação do produto pela fiscalização do TJPA juntamente com a entrega do devido PROTOCOLO de todos os projetos passíveis de aprovação legal junto aos órgãos ou concessionárias.

**Etapa 2 – Projeto Executivo – 30 dias corridos:** Consiste na definição dos projetos e detalhamento de todos os elementos do empreendimento de modo a gerar um conjunto de informações necessárias para a perfeita caracterização das obras/serviços a serem executadas, avaliação dos custos, métodos construtivos, prazos de consolidação dos orçamentos de obra e de instalações, como também a devida APROVAÇÃO LEGAL de todos os projetos protocolados na etapa anterior, gerando os documentos necessários à caracterização dos serviços e materiais utilizados, além da apresentação de todo o planejamento de obra e memoriais descritivos que servirão de base para a elaboração do termo de referência para contratação da execução da obra e aquisição de equipamentos. Os orçamentos deverão obedecer obrigatoriamente aos padrões vigentes no TJPA. Os projetos e orçamentos das várias disciplinas deverão estar compatibilizados, podendo a Empresa ser responsabilizada por eventuais problemas de execução de obra em virtude de conflitos entre os projetos. O resultado deve ser um conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre todos os elementos, sistemas e componentes do empreendimento. A etapa se encerra com a aprovação do produto pela fiscalização do TJPA.

#### **Da dinâmica de execução**

## **Reuniões:**

### **Reunião inicial**

Antes do início de cada projeto, deverá ser realizada reunião entre a equipe de FISCALIZAÇÃO e a EQUIPE RESPONSÁVEL da empresa contratada, para definição das diretrizes iniciais e planejamento da execução do serviço/projeto.

### **Reuniões periódicas:**

Além da reunião inicial, de acordo com a necessidade identificada na reunião inicial, deverá ser combinada a realização de reuniões periódicas para acompanhamento do desenvolvimento do serviço/projeto. Nestas ocasiões poderão ser dirimidas eventuais dúvidas e realizadas as aprovações de soluções propostas.

### **Reuniões pontuais:**

Sempre que identificada a necessidade e solicitado pela fiscalização ou pela contratada, deverão ser realizadas reuniões pontuais para tratar de questões relativas ao serviço/projeto.

Sempre que possível, as reuniões deverão ser realizadas via Teams, podendo ser gravadas para, quando necessário, haver consultas posteriores.

### **Controle de arquivos e revisões:**

A contratada deverá realizar a entrega dos produtos de forma organizada e nominados conforme padrão definido pela Secretaria de Engenharia e Arquitetura do TJPA, a ser fornecido à contratada.

### **Compatibilização dos projetos:**

A contratada deverá verificar a adequação e conformidade de todos os elementos e equipamentos (arquitetônicos, estruturais, sistemas elétricos e hidráulicos, de climatização, paisagismo, projetos de vedações, arquitetura de interiores e outros pertinentes) da edificação, eliminando as interferências identificadas entre todos os sistemas e projetos antes das entregas destes.

### **Definição de projeto:**

A definição de especificações de materiais, subsistemas e métodos construtivos a serem adotados deverão ser discutidas entre as equipes da contratada e da contratante, considerando, além das questões de custo, questões de ordem técnica e a avaliação do impacto global da solução apresentada.

### **Aprovação das etapas:**

A contratada deverá efetuar as entregas dos produtos previstos para a etapa dentro do prazo estipulado, com os produtos sendo acompanhados de documento de formalização da entrega com a identificação do projeto, da etapa, dos profissionais envolvidos e dos produtos que estão sendo entregues.



A contratada deverá efetuar a entrega dos produtos devidamente REVISADOS, COMPATIBILIZADOS E COMPLETOS, considerando todos os itens contratados e que integrem a Ordem de Serviço em questão. Entregas de produtos inacabados, incompletos, onde seja identificada a falta de revisão e/ou compatibilização, ou a entrega parcial dos itens, SERÁ REJEITADA e o período de análise dos produtos será considerado como PERÍODO DE ATRASO da contratada. A entrega de produtos nas condições de inadequações descritas anteriormente poderá ser interpretada como ação proposital da contratada e passará a ser tratado como inexecução parcial do objeto, estando passível de aplicação das penalidades previstas.

Entregue a documentação pela contratada, caberá à fiscalização a devida revisão e aprovação. Ao final da revisão de cada Etapa, a fiscalização deverá emitir RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, onde poderá aprovar o material entregue ou indicar a necessidade de correções e/ou complementações. Neste último caso, a contratada deverá providenciar o atendimento aos itens apontados no relatório no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos.

### **Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais:**

A empresa contratada, seus sócios, representantes e responsáveis técnicos se obrigam a assinar o Termo de Cessão Total de Direitos Autorais Patrimoniais constante do **Anexo 06 deste Termo de Referência**, cedendo ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, de forma total, irrevogável e irretratável, todos e quaisquer direitos autorais de natureza patrimonial sobre os projetos, estudos, levantamentos, memoriais, orçamentos, especificações técnicas e demais produtos desenvolvidos no âmbito da contratação, nos termos das legislações aplicáveis.

A cessão abrange o direito do TJPA de utilizar, reproduzir, adaptar, alterar, reutilizar e divulgar os projetos, sem qualquer restrição de tempo, local, idioma ou forma de utilização, observado o devido crédito aos autores.

A assinatura do termo constante no Anexo 06 é condição indispensável para o recebimento definitivo dos serviços.

#### **10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação**

☒ (X) Necessidade de formalização contratual

☐ ( ) Formalização via empenho

☐ ( ) Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

Não se aplica.

#### **10.2. Obrigações da Credenciada/Contratada**

- a. A inscrição no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos. A Credenciada se compromete a executar o objeto de acordo com o estabelecido no edital e Termo de Referência, observando os parâmetros, rotinas, normas, legislação pertinente e recomendações de boas técnicas.

- b. Deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento e no edital. A Administração verificará a manutenção dessas condições previamente à assinatura do contrato.
- c. Compromete-se a executar fielmente o objeto do contrato, bem como a assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços, sendo a responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do serviço, reparando, corrigindo, removendo, reconstruindo ou substituindo, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.
- d. Ser a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação. O valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes, além de eventuais taxas, impostos, necessidades de serviços auxiliares e outros necessários à perfeita execução do objeto contratado.
- j. Declarar a inexistência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de credenciamento, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- k. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- e. É proibido manter contato direto ou independente com as partes ou seus advogados no processo administrativo em questão, exceto nos casos em que a legislação permitir a presença do(a) advogado(a). A falsidade da declaração sujeitará o(a) credenciado(a) às sanções legais.
- f. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do TJPA ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.
- g. Prestar prontamente todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos setores administrativos responsáveis pelo credenciamento, assim como pelo fiscal contratual ou autoridade superior.
- h. Manter atualizados o endereço do correio eletrônico, do estabelecimento comercial e os números de telefone, que possibilitem contato imediato, não sendo aceitas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento de telefonemas e/ou mensagens;
- i. Comunicar o fato à Administração caso, por motivo superveniente, não possa exercer as atividades previstas no Edital, para suspensão do cadastro.
- l. Disponibilizar os equipamentos e os materiais necessários à realização dos serviços, inclusive aqueles referentes à utilização das ferramentas de TIC e procedimentos operacionais utilizados pela Administração.

- m. Estar sujeito às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e neste Termo de Referência, além das demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. A não assinatura do instrumento contratual ou equivalente, após convocação, sujeita a credenciada às sanções e à perda do direito à contratação.
- n. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- o. Providenciar a correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE referentes ao objeto contratado, observando o prazo estabelecido pela fiscalização;
- p. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;
- q. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato;
- r. Fornecer toda a documentação necessária para a realização dos pagamentos, incluindo notas fiscais, relatórios de serviços prestados e comprovantes de regularidade fiscal;
- s. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a contratada deverá entregar à fiscalização, os seguintes documentos:
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- t. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste Contrato sem o consentimento, por escrito, do CONTRATANTE;
- u. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do Contrato;
- v. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

### **10.3. Obrigações do TJPA**

- 10.3.1. Realizar o procedimento auxiliar de credenciamento, a contratação e a gestão contratual, em estrita conformidade com os normativos legais, regulamentares e editais aplicáveis;
- 10.3.2. Receber e analisar a documentação de habilitação dos(as) interessados(as), promovendo diligências para esclarecimentos e saneamento de falhas formais, quando cabível;

- 10.3.3. Responder, nos prazos legais, a pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos administrativos relacionados ao edital de credenciamento, adotando as providências previstas em lei;
- 10.3.4. Homologar o resultado da habilitação e promover a inclusão das empresas habilitadas na lista oficial de credenciados;
- 10.3.5. Publicar e manter atualizada a lista de credenciados(as) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico institucional, em no máximo a cada 3 (três) meses;
- 10.3.6. Estabelecer e aplicar critérios objetivos e isonômicos para a distribuição da demanda entre as credenciadas, garantindo a equidade, a impessoalidade e a eficiência na prestação dos serviços;
- 10.3.7. Convocar formalmente as empresas credenciadas conforme a ordem de preferência definida no edital;
- 10.3.8. Verificar a manutenção das condições de habilitação da credenciada previamente à convocação e assinatura contratual;
- 10.3.9. Formalizar a contratação de cada serviço por meio da assinatura do instrumento contratual;
- 10.3.10. Gerenciar e fiscalizar a execução dos serviços, promovendo o acompanhamento sistemático da atuação das credenciadas e assegurando o cumprimento das condições pactuadas, conforme o edital e este Termo de Referência e seus anexos;
- 10.3.11. Realizar o recebimento provisório e definitivo dos serviços prestados, atestando a conformidade serviços entregues nos prazos e condições estabelecidos neste TR;
- 10.3.12. Efetuar o pagamento pelos serviços prestados, a partir do Recebimento Definitivo da etapa, de acordo com o prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência e mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada da documentação exigida;
- 10.3.13. Promover, quando necessário, alterações contratuais nos termos da legislação vigente, com fundamento e motivação adequada nos autos;
- 10.3.14. Aplicar, conforme o caso, as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos instrumentos contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 10.3.15. Processar pedidos de descredenciamento formulados pelas empresas, promovendo sua exclusão da lista de credenciados;

- 10.3.16. Publicar todos os atos e documentos obrigatórios do procedimento (Edital, Termo de Referência, lista de credenciados(as), alterações contratuais, etc.) nos canais oficiais e no PNCP;
- 10.3.17. Promover a gestão ativa do credenciamento, com a adoção de mecanismos de governança, controle e atualização permanente da lista de empresas, zelando pela qualidade técnica, regularidade documental, rastreabilidade das convocações e atendimento aos princípios da Administração Pública.
- 10.3.18. Quando for o caso, viabilizar o acesso dos representantes e empregados da contratada às suas dependências para a realização dos serviços;
- 10.3.19. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;
- 10.3.20. Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para correção e certificando-se de que as soluções adotadas sejam as mais adequadas;
- 10.3.21. Verificar e cobrar a regularidade fiscal da contratada antes de cada pagamento;
- 10.3.22. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no Termo de Referência, caso sejam identificadas infrações administrativas passíveis de aplicação de penalidades;
- 10.3.23. Emitir decisão formal sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 10.3.24. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado;
- 10.3.25. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.3.26. Realizar avaliações qualitativas dos serviços entregues pela contratada;
- 10.3.27. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **10.4. Das Obrigações Gerais referentes à Proteção de Dados**

- 10.4.1. As definições e obrigações desta contratação seguirão a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), bem como as demais normas e leis aplicáveis à proteção de dados, especialmente as editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais - ANPD.
- 10.4.2. O CONTRATANTE (TJPA) será considerado o titular dos dados pessoais.
- 10.4.3. As partes CONTRAENTES serão consideradas agentes de tratamento com os seguintes papéis:
- 10.4.3.1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA: será a controladora dos dados pessoais.
- 10.4.3.2. CONTRATADA: será a operadora dos dados pessoais, sendo seu dever tratá-los respeitando a finalidade da contratação.
- 10.4.4. É proibido às partes utilizar qualquer informação pessoal fornecida em decorrência da execução do contrato para fins diferentes daqueles previstos no objeto do contrato, sujeitas à responsabilização administrativa, cível e criminal.
- 10.4.5. As partes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente dados pessoais e sensíveis, fornecidos em decorrência da execução do contrato, conforme estabelecido na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedada a transferência dessas informações a outras empresas ou pessoas, exceto em casos de obrigações legais ou para cumprir o objeto do contrato.
- 10.4.6. As partes serão responsáveis administrativa e judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares dos dados pessoais fornecidos em decorrência da execução do contrato, por descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.
- 10.4.7. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como CPF, RG, endereço eletrônico, endereço residencial e cópia do documento de identificação.
- 10.4.8. A CONTRATADA reconhece a existência da Lei Geral de Proteção de Dados e compromete-se a ajustar todos os procedimentos internos conforme o disposto na legislação, visando proteger os dados pessoais fornecidos pelo CONTRATANTE.
- 10.4.9. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, assim como situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilegal, adotando as medidas previstas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023**

### **11.1. Prazo de vigência - Credenciamento**

O edital de chamamento público para o credenciamento do objeto deste processo terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da divulgação do edital em Diário Oficial.

A vigência do credenciamento foi estabelecida em 12 (doze) meses, considerando que esta é a primeira vez que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota o modelo de credenciamento para a contratação de projetos de engenharia e arquitetura. Esse prazo permitirá que a Administração avalie o desempenho do modelo, a aderência das empresas, a demanda efetiva e a eficiência do fluxo interno de contratação.

Além disso, o prazo de 12 meses não limita a continuidade das contratações, uma vez que a legislação permite a prorrogação da vigência, desde que mantido o interesse da Administração e as condições do credenciamento. Assim, o prazo anual favorece o monitoramento dos resultados, possibilita ajustes e correções no modelo, e garante maior segurança administrativa.

O período de vigência poderá ser prorrogado de acordo com a necessidade da administração, desde que se mostre vantajoso, e mediante a existência de créditos orçamentários, conforme art. 106, II da Lei nº 14.133/2021.

Nos termos da legislação pertinente, haverá republicação do Edital, para garantir a publicidade efetiva do procedimento.

## **11.2. Prazo de vigência - Contratos**

O prazo de vigência de cada contrato individual será determinado conforme o lote contratado e contará a partir da data de sua assinatura

- Para os Lotes 01, 02 e 03 – serviços prévios: 90 dias corridos;
- Para o Lote 04 – projetos: 180 dias corridos.

Os prazos de execução estabelecidos visam assegurar tempo hábil à conclusão da de contratação individual, pois, embora o prazo de execução dos serviços seja de 30 dias (lotes 01 a 03) ou 60 dias (lote 04), a vigência contratual necessita cobrir trâmites subsequentes à entrega do produto, tais como:

- **Revisões e Correções:** o prazo alongado permite que as revisões e correções sejam gerenciadas com o rigor técnico necessário, abrangendo a complexidade das múltiplas disciplinas.
- **Trâmites para Pagamento:** Após o Recebimento Definitivo, a contratada emitirá a nota fiscal, e o pagamento dos valores devidos ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias contados do ateste da nota fiscal. A extensão da vigência é essencial para garantir a regularidade do trâmite de liquidação e pagamento.
- **Aprovação em Órgãos e Concessionárias Competentes:** O escopo dos serviços pode incluir a necessidade de aprovação dos projetos desenvolvidos nos órgãos e concessionárias competentes, que possuem seus próprios prazos de análise e aprovação. O prazo alongado acomoda a morosidade inerente aos trâmites externos, que estão fora do controle direto da Contratada e do TJPA, mas são de responsabilidade da Contratada.
- **Eventuais Superveniências:** A extensão da vigência é prudente para acomodar quaisquer imprevistos ou necessidades de adequações, permitindo a gestão contratual eficiente.

## **11.3. Prazo de entrega ou execução dos serviços**



A Fase de Execução apresenta diferenças entre os lotes relativos a Serviços Prévios (Lotes 1, 2 e 3) e o lote relativo a Serviços de Projetos (Lote 4).

- **Para os Lotes 1, 2 e 3 – Serviços Prévios**

Etapa Única – 30 dias corridos

- **Para o Lote 4 – Projetos:**

Etapa 1 – Projeto Legal – 30 dias corridos

Etapa 2 – Projeto Executivo – 30 dias corridos

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023**

### **12.1. Estabelecimento de condições gerais**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

A comunicação entre contratada e contratante será realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, devendo-se optar preferencialmente pelo uso de mensagens via e-mail, visando a geração de registros documentais.

Toda e qualquer documentação produzida durante a execução contratual: ordens de serviço, notas de empenho, termos de recebimento, ofícios, notificações etc., serão encaminhadas preferencialmente via e-mail, e deverão ser respondidas de imediato pela contratada, indicando o recebimento da documentação.

Caso a contratada não responda à mensagem de correio eletrônico no prazo de 02 (dois) dias úteis, será contabilizada a leitura automática ao fim do referido período. Não serão acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento das mensagens.

O TJPA poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, cabendo:

- Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a realizar a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal;
- Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- Formalizar o processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade sobre a execução, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa contratada.

Constatada qualquer ocorrência de situação superveniente que comprometa a regularidade, a segurança ou a legalidade da contratação, a Fiscalização poderá determinar a suspensão da execução dos serviços observada as seguintes hipóteses:

- **Por motivo imputável à contratada:** quando a suspensão decorrer de falhas, irregularidades ou descumprimento de obrigações contratuais por parte da contratada.
- **Por interesse da Administração:** quando a suspensão decorrer de razões de conveniência ou oportunidade administrativas, devidamente justificadas. Nesta hipótese, serão observados os prazos e ajustes contratuais cabíveis.

Em qualquer das hipóteses, a retomada dos serviços dependerá de manifestação formal da Fiscalização, autorizando a continuidade da execução.

## **12.2. Equipe de gestão e fiscalização da contratação**

### **12.2.1. Gestor do Contrato**

Titular: Claudio Ormino Silva dos Santos - Matrícula: 194930

Substituto: Fabricio Nogueira Rodrigues - Matrícula: 70254

### **12.2.2. Fiscal Técnico**

Titular: Raul Lopes Marques - Matrícula: 151866

Titular: Claudia Sadeck Burlamaqui - Matrícula: 62537

Titular: Renata dos Santos Pina - Matrícula: 227935

Titular: Joaquim Augusto Gomes de Souza Meira - Matrícula: 151831

Titular: Marcos Anderson Guedes Fernandes - Matrícula: 143529

### **12.2.3. Fiscal Administrativo**

Não indicado

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023**

### **12.1. Prazo e forma para pagamento**

12.1.1. Os pagamentos apresentam diferenças entre os lotes relativos a Serviços Prévios (Lotes 1, 2 e 3) e o lote relativo a Serviços de Projetos (Lote 4).

12.1.2. **Para os Lotes 1, 2 e 3 – Serviços Prévios:** O pagamento será realizado em parcela única, correspondente a 100% (cem por cento) do valor contratado, após a conclusão e o recebimento definitivo da etapa única dos serviços, devidamente atestados e aprovados pela fiscalização técnica responsável.

12.1.3. **Para o Lote 4 – Projetos:** O pagamento será efetuado POR ETAPA (Etapa 1 – Projeto Legal e Etapa 2 – Projeto Executivo), em 2 PARCELAS DE 50% (cinquenta por cento), após a realização do recebimento definitivo dos serviços contratados e mediante a aprovação da etapa pela fiscalização técnica responsável.

- 50% após o recebimento definitivo da ETAPA 1 – Projeto Legal

- 50% após o recebimento definitivo da ETAPA 2 – Projeto Executivo

12.1.4. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pelo TJPA ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da nota fiscal. (Art. 50 da IN nº 01/2023)

12.1.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da empresa, após o ateste realizado na nota fiscal pela equipe de fiscalização designada pelo TJPA.

12.1.6. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

12.1.7. Caso a credenciada apresente o documento fiscal com erros ou inconsistências, este será devolvido para correção, devendo a empresa realizar os ajustes no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis e reapresentar o documento para a Equipe de Gestão e Fiscalização. Nessa hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data da reapresentação regular do documento fiscal válido.

12.1.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da empresa, será providenciada sua notificação, por e-mail, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

12.1.9. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJPA.

12.1.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o TJPA deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da empresa, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.1.11. Persistindo a irregularidade, o TJPA deverá adotar as medidas necessárias ao descredenciamento nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à empresa a ampla defesa e contraditório;

12.1.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo descredenciamento da empresa, caso esta não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.1.13. No caso de atraso pelo TJPA, os valores devidos à empresa serão atualizados monetariamente entre o tempo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

- 12.1.14. O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à empresa, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos pactuados;
- 12.1.15. No caso de atraso de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples;
- 12.1.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 12.1.17. Para fins de liquidação da despesa, o setor responsável deverá verificar se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente apresenta os seguintes elementos mínimos:
- i. Validade do documento fiscal no momento da apresentação;
  - ii. Data de emissão;
  - iii. Descrição detalhada dos serviços realizados, com indicação das quantidades;
  - iv. Valor unitário e valor total de cada item cobrado;
  - v. Valor total a ser pago;
  - vi. Destaque dos tributos incidentes e retenções legais, quando aplicável;
- 12.1.18. Além da Nota Fiscal ou documento equivalente, deve ser exigido comprovação da regularidade da credenciada no SICAF.

#### **12.2. Acordo de Nível de Serviço (ANS)**

**( X ) NÃO SE APLICA**

#### **12.3. Antecipação de pagamento**

**( X ) NÃO SE APLICA**

#### **12.4. Cessão de crédito**

**( X ) NÃO SE APLICA**

### **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023**

#### **14.1. Forma de seleção**

##### **(X) Contratação via Procedimento Auxiliar de Credenciamento**

A contratação decorrente deste procedimento será realizada mediante Instrumento Contratual, fundamentado via Inexigibilidade de licitação, conforme art. 74, IV da Lei nº 14.133/2021.

#### **14.2. Forma de parcelamento**

☐ Grupo único

☒ Grupos

☐ Grupos(s) e item(ns)

☐ Item(ns)

##### **Justificativa da escolha:**

O agrupamento dos serviços de levantamento topográfico, cadastral e de sondagem geotécnica, bem como criação e lotes específicos para cada região se justifica considerando a economia nos custos relacionados à mobilização e desmobilização das equipes envolvidas nos serviços, bem como, para permitir que empresas de diferentes regiões possam se candidatar a realizar os serviços previstos de acordo com a sua localização.

O agrupamento dos itens de projetos em apenas um lote se justifica considerando se tratar de itens interdependentes e indissociáveis. A elaboração de um projeto obedece a etapas de desenvolvimento que podem influenciar diretamente na solução escolhida por outra disciplina, logo, se faz necessário uma coordenação central para compatibilização de todas as soluções adotadas.

Dessa forma, optou-se pelo agrupamento dos itens em 4 lotes, sendo os 3 primeiros relativos aos serviços prévios de levantamentos e sondagem e o último relativo aos projetos de arquitetura e complementares, conforme abaixo:

**Lote 1 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Nordeste**

**Lote 2 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Sudeste**

**Lote 3 – Serviços Prévios de Levantamento e Sondagem – Região Oeste**

**Lote 4 – Projetos Executivos de Arquitetura e Complementares**

#### **14.3. Forma de entrega ou prestação do serviço**

- ( ) Integral
- ( ) Parcelado
- ( ) Continuado

**(X)** Mediante demanda

A convocação das empresas credenciadas, contratação e prestação dos serviços ocorrerão de acordo com a necessidade da demanda.

#### **14.4. Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte**

(X) Não se aplica, por se tratar de procedimento auxiliar de credenciamento, no qual não há caráter competitivo ou disputa entre os interessados.

### **14.5. DO CREDENCIAMENTO**

#### **14.5.1. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 14.5.1.1.** Poderão participar do processo de credenciamento as empresas (pessoas jurídicas) que atenderem às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital de credenciamento, e ainda, estiverem previamente cadastrados(as) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br.
- 14.5.1.2.** A participação no credenciamento implicará na aceitação integral e irrestrita de todas as condições previstas neste Termo de Referência e nos seus anexos.
- 14.5.1.3.** O(A) interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu (sua) representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 14.5.1.4.** É de responsabilidade da empresa conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à

correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**14.5.1.5.** Estará impedido(a) de participar do credenciamento a empresa que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes situações:

- que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- pessoa física
- empresa que esteja impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará.
- aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles(as) seja cônjuge, companheiro(a) ou parente(a) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- empresa cujo sócio (a) seja servidor(a), ocupante de cargo em comissão, terceirizado(a) ou estagiário(a) do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e/ou seus(suas) parentes(as), até o 3º grau.
- empresa que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**14.5.1.6.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato empresa cujo sócio (a) seja agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.5.1.7.** A manutenção da execução contratual com empresa em situação de irregularidade somente será admitida, de forma excepcional, por razões de economicidade, segurança nacional ou interesse público relevante, devidamente justificadas pela autoridade competente.

**14.5.1.8.** Todos os documentos exigidos no credenciamento devem estar em nome da empresa interessada, e no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente, quando for o caso. Para aqueles documentos sem data de



vencimento, sua validade será de 90 (noventa) dias corridos, contados da sua expedição.

- 14.5.1.9.** A empresa interessada será responsável pela veracidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do credenciamento e da consequente contratação, sob as penas da lei.

## **14.6. Exigências de habilitação:**

### **14.6.1. HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

#### **14.6.1.1. Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional**

##### **Para os Lotes 1, 2 e 3 – Serviços Prévios**

- a. Comprovação de registro e regularidade da empresa junto ao Conselho de Classe regional.
- b. Apresentação de ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA - ACT, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL - CAO, devidamente registrado (s) nos respectivos conselhos de classe, comprovando que a EMPRESA executou serviços similares em imóveis urbanos, atendendo aos quantitativos mínimos exigidos, conforme a especialidade Realização de LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, com área mínima de 3.000m².

##### **Para o Lote 4 – Projetos**

- a. Comprovação de registro e regularidade da empresa junto ao Conselho de Classe regional.
- b. Apresentação de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – ACT, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL - CAO, devidamente registrado nos respectivos conselhos de classe, comprovando que a EMPRESA executou serviços similares que atendam aos quantitativos mínimos exigidos.

Será aceita documentação referente a projetos de edificações de caráter:

- **Institucional e/ou Cultural**, como: Secretarias, autarquias e órgãos da administração pública direta ou indireta; Câmaras legislativas; Edifícios administrativos; Museus, bibliotecas e centros de documentação; Centros culturais, centros de convenções e espaços multiuso; Equipamentos turísticos de uso institucional; Teatros, auditórios e salas de espetáculo; Espaços destinados à memória, cultura ou patrimônio; Outras edificações de uso coletivo com função institucional ou cultural.

- **Corporativo e/ou Comercial**, como: Prédios de escritórios corporativos e empresariais; Lajes corporativas e edifícios comerciais; Centros empresariais e administrativos privados; Sedes de empresas, bancos, consultorias ou escritórios de advocacia; Edifícios de uso misto com prevalência da função administrativa; Outras edificações similares destinadas a atividade do setor terciário.

Segue relação das especialidades e áreas exigidas para comprovação da Capacidade Técnica para o Lote 4 – Projetos, devendo a empresa apresentar atestados com a toda a seguinte comprovação técnica:

- Elaboração de PROJETO ARQUITETÔNICO desenvolvidos em softwares BIM, em nível executivo, com área mínima de 1.000m<sup>2</sup>;
- Elaboração de ORÇAMENTO GERAL para obras com área mínima de 1.000m<sup>2</sup>;
- Elaboração de PROJETO DE ESTRUTURA, em nível executivo, com área mínima de 1.000m<sup>2</sup>;
- Elaboração de PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, em nível executivo, com área mínima de 1.000m<sup>2</sup>;
- Elaboração de PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO, em nível executivo, com área mínima de 1.000m<sup>2</sup>;
- Elaboração de PROJETO HIDROSSANITÁRIO, em nível executivo, com área mínima de 1.000m<sup>2</sup>.

#### **14.6.1.2. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional**

##### **Para os Lotes 1, 2 e 3 – Serviços Prévios**

- a. Comprovação de registro e regularidade do profissional indicado junto ao Conselho de Classe.
- b. Comprovação de vínculo do profissional com a empresa por meio da apresentação de:
  - Contrato/estatuto social se for sócio;
  - Carteira de trabalho e previdência social se for empregado;
  - Contrato firmado se for prestador de serviços;
  - Apresentação de declaração de compromisso de vinculação futura acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- c. Apresentação de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA - ACT, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT, devidamente registrado nos respectivos conselhos de classe regional, comprovando que o PROFISSIONAL executou serviços similares em imóveis urbanos, atendendo aos quantitativos mínimos exigidos, conforme a

especialidade Realização de LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, com área mínima de 3.000m².

#### **Para o Lote 4 – Projetos**

- a. Comprovação de registro e regularidade do profissional indicado junto ao Conselho de Classe.
- b. Comprovação de vínculo do profissional com a empresa por meio da:
  - Apresentação de contrato/estatuto social em caso de sócio;
  - Apresentação da carteira de trabalho e previdência social em caso de empregado;
  - Apresentação de contrato firmado em caso de prestador de serviços;
  - Apresentação de declaração de compromisso de vinculação futura acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- c. Apresentação de ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA - ACT, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT, devidamente registrado nos respectivos conselhos de classe, comprovando que o PROFISSIONAL executou serviços similares que atendam aos quantitativos mínimos exigidos.

Será aceita documentação referente a projetos de edificações de caráter:

- **Institucional e/ou Cultural**, como: Secretarias, autarquias e órgãos da administração pública direta ou indireta; Câmaras legislativas; Edifícios administrativos; Museus, bibliotecas e centros de documentação; Centros culturais, centros de convenções e espaços multiuso; Equipamentos turísticos de uso institucional; Teatros, auditórios e salas de espetáculo; Espaços destinados à memória, cultura ou patrimônio; Outras edificações de uso coletivo com função institucional ou cultural.
- **Corporativo e/ou Comercial**, como: Prédios de escritórios corporativos e empresariais; Lajes corporativas e edifícios comerciais; Centros empresariais e administrativos privados; Sedes de empresas, bancos, consultorias ou escritórios de advocacia; Edifícios de uso misto com prevalência da função administrativa; Outras edificações similares destinadas a atividade do setor terciário.

Segue relação das especialidades e áreas exigidas para comprovação da Capacidade Técnica para o Lote 4 – Projetos, devendo a empresa apresentar atestados com a toda a seguinte comprovação técnica:

- Elaboração de PROJETO ARQUITETÔNICO desenvolvidos em softwares BIM, em nível executivo, com área mínima de 1.000m²;
- Elaboração de ORÇAMENTO GERAL para obras com área mínima de 1.000m²;
- Elaboração de PROJETO DE ESTRUTURA, em nível executivo, com área mínima de 1.000m²;
- Elaboração de PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, em nível executivo, com área mínima de 1.000m²;
- Elaboração de PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO, em nível executivo, com área mínima de 1.000m²;
- Elaboração de PROJETO HIDROSSANITÁRIO, em nível executivo, com área mínima de 1.000m².

#### **14.6.2. HABILITAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:**

( X ) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura do certame;

( X ) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

( X ) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + realizável a longo prazo

Passivo circulante + passivo não circulante

SG = Ativo total

Passivo circulante + passivo não circulante

LC = Ativo Circulante

## Passivo circulante

( X ) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **capital mínimo ou patrimônio líquido** de no mínimo **10%** (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

### 14.6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**14.6.3.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.6.3.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**14.6.3.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**14.6.3.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**14.6.3.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**14.6.3.6.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**14.6.3.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 14.6.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA ESPECÍFICA:

#### 14.6.4.1. Consórcios

( ) Sim

( X ) Não

**Justificativa:** A participação de consórcios será vedada, considerando que a natureza e o objeto da presente contratação não demandam grande complexidade e nem envolvem valores de grande vulto.

#### 14.6.4.2. Cooperativas

( X ) Não

( ) Sim

Não será admitida a participação de cooperativas, uma vez que a natureza de seu objeto social não é compatível com o objeto da presente contratação, conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

#### **14.6.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- 14.6.5.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 14.6.5.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 14.6.5.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.6.5.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 14.6.5.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 14.6.5.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **14.7. REGRAS GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO**

##### **14.7.1. DO CRITÉRIO DE ESCOLHA, DA CONVOCAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

- a. As empresas interessados poderão se inscrever a qualquer tempo, durante o período de vigência do Edital, mediante envio de solicitação para o e-mail: **credenciamento.projetos@tjpa.jus.br**, devendo cumprir todos os requisitos estabelecidos e apresentar a documentação exigida, conforme **ANEXO 02 – REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO** deste Termo de Referência.
- b. O credenciamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, mas integrarão o sorteio inicial apenas as inscrições protocoladas até as 23h59min do último dia útil anterior à sessão pública.

c. O sorteio terá como finalidade estabelecer a ordem inicial de classificação dos participantes na Lista Única, garantindo isonomia, transparência e igualdade de oportunidades.

d. Inscrições posteriores ao sorteio serão incluídas automaticamente ao final da Lista Única, em ordem cronológica de protocolo.

#### **14.7.2. DA INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO:**

a. Após o protocolo do Requerimento de Credenciamento, a Comissão Especial de Credenciamento incluirá o nome do interessado na Lista Única, com o status inicial “Inscrito”.

#### **14.7.3. DO SORTEIO PÚBLICO:**

a. O sorteio será realizado em sessão pública, transmitida ao vivo, com ampla divulgação, definindo a ordem inicial da Lista Única.

b. A análise documental inicial recairá apenas sobre os 15 primeiros colocados no sorteio.

c. Os demais permanecerão na Lista Única, aguardando sua vez de análise, de acordo com a ordem estabelecida no sorteio/inscrição pós sorteio.

d. A análise documental dos inscritos será feita a critério da Administração, de acordo com a necessidade da unidade requisitante.

#### **14.7.4. DA LISTA ÚNICA:**

a. A Lista será única, contínua e dinâmica, abrangendo todos os inscritos.

b. Cada interessado terá um status definido e atualizado ao longo do processo, podendo ser:

- Inscrito – participante incluído na Lista Única, antes da análise documental;
- Em análise – participante cujo processo documental está em conferência pela Comissão;
- Habilitado – aprovado na análise documental;
- Inabilitado provisório– reprovado na análise documental, sujeito a recurso;
- Credenciado – Apto a ser convocado – homologado e disponível para convocação;
- Em execução – credenciado que recebeu a demanda e está executando o serviço;
- Credenciado – Apto à nova convocação – credenciado que já executou demanda e retorna à Lista Única;
- Inabilitado – participante que não atendeu definitivamente aos requisitos, mesmo após a fase recursal;
- Descredenciado – participante que, após o credenciamento:

- I - teve deferido pedido de desligamento;
  - II - perdeu as condições de habilitação exigidas;
  - III - descumpriu injustificadamente o contrato ou instrumento congênere;
  - IV - sofreu sanção que implique impedimento de licitar ou contratar, foi declarado inidôneo superveniente ao credenciamento;
  - V - descumpriu reiteradamente as regras de convocação.
  - VI - se enquadrou em outras hipóteses legais ou editalícias que inviabilizem sua permanência no procedimento auxiliar de credenciamento.
- c. Após a execução de uma demanda, o credenciado retornará automaticamente ao final da Lista Única.
- d. Novos interessados integrarão sempre a última posição da Lista Única, com status de inscritos, em ordem cronológica de protocolo.

#### **14.7.5. DA ANÁLISE DOCUMENTAL:**

- a. Durante a análise, o status do inscrito será alterado para “Em análise”.
- b. Poderão ser realizadas diligências para complementação de documentos dentro do prazo fixado pela Comissão.
- c. Ao final da análise, os status possíveis serão: Habilitado ou Inabilitado provisório.

#### **14.7.6. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO**

- a. Concluída a análise, será publicada no Portal da Transparência do TJPA a Lista Única com a atualização dos status.

#### **14.7.7. DA FASE RECURSAL**

- a. Da decisão que resulte em status “Inabilitado provisório” caberá recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da publicação do resultado.
- b. A Comissão poderá reconsiderar a decisão ou encaminhá-la à autoridade superior, que deverá decidir no prazo de até 10 (dez) dias úteis.
- c. A decisão final será publicada no Portal da Transparência, atualizando-se a Lista Única, com os status de habilitado e inabilitado.

#### **14.7.8. DA HOMOLOGAÇÃO**

- a. Ultrapassada a fase recursal, a autoridade competente homologará os resultados, relativos aos participantes que estavam na condição de habilitados e inabilitados.
- b. Publicada a homologação, os habilitados terão seu status alterado para “Credenciado – Apto a ser convocado”.

#### **14.7.9. DA ATRIBUIÇÃO DE PROJETOS E PEDIDO PELA UNIDADE REQUISITANTE**



- a. Os projetos serão distribuídos exclusivamente entre os credenciados - Apto a ser convocado, respeitando a ordem da Lista Única.
- b. A unidade requisitante, via SEI, apresentará a demanda à Comissão Permanente de Credenciamento, indicando as especificações técnicas pertinentes.
- c. A Comissão verificará se o credenciado permanece com os requisitos de habilitação e, em caso positivo, enviará o expediente à Coordenadoria de Convênios e Contratos para a convocação.
- d. Na hipótese de não cumprimento dos requisitos, será convocado o próximo da Lista.
- e. O credenciado que não permanecer com os requisitos de habilitação, quando da convocação, será descredenciado.

#### **14.7.10. DA CONVOCAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- a. A convocação será feita por e-mail, com detalhamento técnico da demanda e posterior formalização do contrato/instrumento congênere. A comissão elaborará proposta de contratação detalhando escopo, quantitativos e valores (conforme **Anexo 03 – Parâmetros de Contratação**) e enviará à empresa credenciada.
- b. O credenciado deverá confirmar recebimento em até 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis uma vez.
- c. A ausência de confirmação implicará chamamento do próximo da Lista, sendo o convocado deslocado ao final.
- d. O credenciado terá seu status alterado para “Em execução” durante a prestação do serviço.
- e. Após a conclusão, o status será atualizado para “Credenciado – Apto à nova convocação”.
- f. O credenciado que recusar ou não responder no prazo referido Na alínea “b” será colocado ao final da Lista, com status “Credenciado – Apto a ser convocado”; em nova recusa, será considerado descredenciado.

#### **14.7.11. DO RODÍZIO:**

- a. O rodízio seguirá rigorosamente a ordem da Lista Única.

#### **14.7.12. DA TRANSPARÊNCIA:**

- a. A Lista Única será publicada e atualizada no Portal da Transparência do TJPA, contendo a posição e o status de cada inscrito.

b. Toda movimentação (análise, habilitação, atribuição de projetos, execução concluída, inclusão de novos inscritos) será registrada na Lista, assegurando publicidade e isonomia.

#### **14.7.13. DAS REGRAS ADICIONAIS:**

- a. Novos interessados, após o sorteio inicial serão incluídos ao final da Lista Única, em ordem cronológica.
- b. Ocorrendo as hipóteses de descredenciamento, será convocado o próximo credenciado.
- c. Sempre que necessário, poderá ser aberta nova janela de análise para inclusão de interessados adicionais.
- d. O presente credenciamento observará os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.
- e. Casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento na legislação aplicável e nos princípios da Administração Pública.

#### **14.7.14. DO PROCEDIMENTO PRÁTICO - EXEMPLO ILUSTRATIVO:**

- 40 interessados se inscrevem até 30/09/2025 → status “Inscrito”.
- Sorteio público define a ordem (1º a 40º).
- Análise documental: 15 primeiros → status “Em análise”.
- Resultado: 12 habilitados provisórios, 3 inabilitados provisórios.
- Homologação: 12 passam a “Credenciado – Apto a ser convocado”.
- Convocação: 1º convocado → status “Em execução”.
- Após conclusão: status “Credenciado – Apto a ser convocado”.
- Rodízio: todos convocados uma vez; só então retornam ao status “Apto a ser convocado”.

#### **14.7.15. DOS MARCOS:**

**Inscrito** — após o protocolo do Requerimento de Credenciamento e inclusão na Lista Única; sai de “Inscrito” para “Em análise” quando estiver entre os 15 primeiros definidos pelo sorteio (ou em nova janela de análise).

**Em análise** — quando a Comissão inicia a conferência documental; ao término, o resultado possível é “Habilitado” ou “Inabilitado provisório”.

**Habilitado** — ao final da análise; permanece até o encerramento da fase recursal; após a homologação, muda para “Credenciado – Apto a ser convocado”.

**Inabilitado provisório** — decorre de resultado desfavorável da análise; cabe recurso em 3 dias úteis (decisão em até 10 dias úteis). Mantida a inabilitação após recursos, classifica-se como “Inabilitado”.

**Inabilitado** — consolida-se após a fase recursal, quando o participante não atende definitivamente aos requisitos.

**Credenciado – Apto a ser convocado** — após a homologação.

**Em execução** — a partir da formalização do contrato ou instrumento congênere até a conclusão do serviço.

**Credenciado – Apto à nova convocação** — após a conclusão do serviço, com **recebimento definitivo**; o credenciado retorna automaticamente ao final da Lista;

**Descredenciado** — quando materializadas as hipóteses do subitem 14.7.4.

CRÉDENCIAMENTO Nº 0000  
CONTROLE DE CREDENCIADOS  
DATA: 10/09/2025

Posição	Nome do Participante	Protocolo	Data de Inscrição	Status atual	Inscrito	Em análise	Inabilitado provisório	Inabilitado	Credenciado – Apto a ser convocado	Em execução	Aguardando nova notificação	Não habilitado	Descredenciado	Observações
1	Edson de Tal	001/2025	15/09/2025	Inscrito	✓									
2	Maria Silva	002/2025	16/09/2025	Em análise		✓								
3	João Pereira	003/2025	15/09/2025	Habilitado provisório			✓							
4	Ana Costa	004/2025	17/09/2025	Credenciado – Apto a ser convocado					✓					
5	Pedro Santos	005/2025	18/09/2025	Em execução						✓				

## 14.8. Alterações Unilaterais do Edital:

**14.8.3.1.** A Administração poderá alterar, a qualquer tempo, as condições do credenciamento, incluindo critérios técnicos, preços, requisitos de habilitação e regras de convocação, desde que justificado por interesse público e com ampla publicidade;

**14.8.3.2.** As alterações serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do órgão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis antes da entrada em vigor.

## 14.8.4. Aceitação Tácita e Descredenciamento:

**14.8.4.1.** A manutenção do credenciamento implica aceitação automática das novas condições, salvo pedido formal de descredenciamento pelo interessado no prazo de 5 dias úteis após a publicação das alterações;

**14.8.4.2.** O descredenciamento não exime o credenciado de obrigações referentes a contratações já formalizadas.

#### **14.8.5. Manutenção das Condições de Habilitação:**

**14.8.5.1.** Os credenciados devem manter atualizados no sistema de credenciamento os documentos fiscais, técnicos e qualificativos, sob pena de descredenciamento após notificação e prazo concedido para regularização.

#### **14.8.6. Publicidade e Transparência:**

**14.8.6.1.** Todas as alterações, resultados de análises e lista de credenciados serão publicados no PNCP, garantindo acesso igualitário às informações.

### **15. REAJUSTE - art. 30, §1º, inciso XVI da IN nº 01/2023**

#### **15.1. Critério de reajuste e índice aplicável:**

15.1.1. Os preços registrados serão reajustados anualmente, contados da data do mapa referencial de preços validado, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou por outro índice que venha a substituí-lo;

15.1.2. Em caso de extinção do índice, será adotado outro que melhor reflita a variação do custo dos insumos pertinentes ao objeto contratado.

#### **15.2. Periodicidade:**

15.2.1. Os valores referentes aos serviços a serem prestados no presente Credenciamento serão reajustados a cada período de 12 meses, contados a partir da data constante do mapa referencial de preços validado.

### **16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XVII da IN nº 01/2023**

O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 796.600,00 (setecentos e noventa e seis mil e seiscentos reais) para 12 (doze) meses de vigência contratual.

#### **16.1. Métrica do Valor Estimado**

( ) Mediana

( X ) Média (padrão)

( ) Menor Preço

Lote 1	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM Região Nordeste - Polo Belém				
1	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário	Unid.	Quant. Estimado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1.1	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	20	1.422,00	28.440,00
1.2	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	10	2.844,00	28.440,00
1.3	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	2	4.266,00	8.532,00
1.4	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	1	5.688,00	5.688,00
2	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial	Unid.	Quant. Estimado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
2.1	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	4	22,12	88,48
2.2	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	10	221,05	2.210,50
2.3	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	4	400,00	1.600,00
2.4	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	10	568,75	5.687,50
3	Levantamentos e Sondagem	Unid.	Quant. Estimado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	10.000	5,16	51.600,00

3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	20.000	0,36	7.200,00
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	100	1.068,08	106.808,00
<b>Lote 2</b>	<b>SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM Região Sudeste - Polo Marabá</b>				
<b>1</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
1.1	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	10	1.422,00	14.220,00
1.2	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	10	2.844,00	28.440,00
1.3	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	2	4.266,00	8.532,00
1.4	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	1	5.688,00	5.688,00
<b>2</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
2.1	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	1	22,12	22,12
2.2	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	1	221,05	221,05
2.3	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	1	400,00	400,00
2.4	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	1	568,75	568,75
<b>3</b>	<b>Levantamentos e Sondagem</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	5.000	5,16	25.800,00
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	10.000	0,36	3.600,00

3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	50	1.068,08	53.404,00
<b>Lote 3</b>	<b>SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM Região Oeste - Polo Santarém</b>				
<b>1</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
1.1	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	10	1.422,00	14.220,00
1.2	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	10	2.844,00	28.440,00
1.3	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	2	4.266,00	8.532,00
1.4	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	2	5.688,00	11.376,00
<b>2</b>	<b>Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
2.1	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	4	22,12	88,48
2.2	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	10	221,05	2.210,50
2.3	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	4	400,00	1.600,00
2.4	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	10	568,75	5.687,50
<b>3</b>	<b>Levantamentos e Sondagem</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	5.000	5,16	25.800,00
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	10.000	0,36	3.600,00
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	50	1.068,08	53.404,00

Lote 4 PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES					
1	Projeto Arquitetônico	Unid.	Quant. Estimado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1.1	Projeto de Arquitetura (incluindo Comunicação Visual)	m²	20.000	22,21	444.200,00
1.2	Projeto de Urbanização e Paisagismo	m²	20.000	2,33	46.600,00
2	Projeto de Fundação e Estrutural	Unid.	Quant. Estimado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
2.1	Projeto de Fundação	m²	20.000	3,02	60.400,00
2.2	Projeto Estrutural de Superestrutura	m²	20.000	10,42	208.400,00
2.3	Projeto Estrutural de Cobertura	m²	20.000	8,22	164.400,00
3	Projeto de Instalações Elétricas, Eletrônicas e Telecomunicações	Unid.	Quant. Estimado	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
3.1	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas edificadas	m²	20.000	8,34	166.800,00
3.2	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas urbanizadas	m²	20.000	1,91	38.200,00
3.3	Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	m²	20.000	1,96	39.200,00
3.4	Projeto de Geração de Energia Elétrica através de Sistemas Fotovoltaicos	m²	20.000	3,09	61.800,00
3.5	Projeto de Telecomunicações (voz e dados)	m²	20.000	3,61	72.200,00
3.6	Projeto de Sonorização e Sistemas de Segurança (detecção, alarme e CFTV)	m²	20.000	4,26	85.200,00



<b>4</b>	<b>Projeto Hidrossanitário, Drenagem e Combate a Incêndio</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
4.1	Projeto Hidrossanitário	m²	20.000	8,14	162.800,00
4.2	Projeto de Drenagem	m²	40.000	1,92	76.800,00
4.3	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	m²	20.000	3,54	70.800,00
<b>5</b>	<b>Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
5.1	Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical	m²	20.000	4,35	87.000,00
<b>6</b>	<b>Planejamento de Obra e Orçamento Geral</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant. Estimado</b>	<b>Valor Unit. (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
6.1	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas edificadas	m²	20.000	4,61	92.200,00
6.2	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas urbanizadas	m²	20.000	0,62	12.400,00

#### **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**A contratação será atendida pela seguinte dotação:**

Gestão/Unidade: 02

Fonte de Recursos: 1759

Programa de Trabalho:

1º Grau: 04.102.02.061.1417.7542, 04.102.02.061.1417.8173

2º Grau: 04.102.02.061.1417.7543, 04.102.02.061.1417.8174

Apoio: 04.102.02.061.1417.7544, 04.102.02.061.1417.8175

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.00 e 3.3.90.39.00.00.00.00

Exercício financeiro (ano atual): R\$ 718.387,49

## **18. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023**

18.1. O credenciando ou credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN nº 003/2024-GP):

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de credenciamento ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não assinar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, após ter sido convocado e ter dado aceite na convocação;
- g) ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante o Credenciamento ou a execução do contrato;
- i) fraudar o Credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Aos credenciandos ou credenciados que praticarem infrações administrativas previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa: moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- b) as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.4. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, o Credenciado:

18.4.1. Será sancionado com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

18.4.1.1. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

18.4.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b) dar causa à inexecução total do contrato (de seis meses a três anos);
- c) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de credenciamento ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e) não assinar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, após ter sido convocado e ter dado aceite na convocação (de seis meses a um ano);
- f) Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado (de três meses a um ano).

18.4.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos,

quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

- a) aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou de praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou de cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento; e
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.4.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do empenho:

18.4.5. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato nos seguintes percentuais e condições:

- a. De 20% (vinte por cento) do valor da parcela do objeto não entregue, no caso de inexecução parcial do contrato;
- b. De 30% (trinta por cento) do valor total do empenho, no caso de inexecução total do contrato;
- c. De 30% (trinta por cento) do valor do contrato, no caso de não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando, após convocado e tendo respondido que iria prestar o serviço, não o prestou no prazo concedido.

18.4.5.1. A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a. Atrasar a conclusão da entrega do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias, tendo sido efetuada entrega parcial no prazo estipulado ou com atraso inferior a 30 (trinta) dias.

18.4.5.2. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

- a. Atrasar a entrega a totalidade do objeto em prazo superior a 30 (trinta) dias.

18.4.6. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE, entre outras hipóteses:

- a. Em 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da Ordem de Serviço, para atrasos de até 30 dias.
- b. Em 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da Ordem de Serviço, após o prazo 30 (trinta) dias.

18.4.7. O valor das multas aplicadas será recolhido em favor do TJPA, observando-se a seguinte ordem de preferência:

- a. pagamento espontâneo, por meio de Guia de Devoluções e Ressarcimentos GDR que deverá ser emitida pela própria CONTRATADA no site do TJPA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.
- b. dedução dos pagamentos devidos pelo TJPA;
- c. desconto do valor da garantia prestada e
- d. cobrado judicialmente, após inscrição em Dívida Ativa, conforme instruções da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA.

18.4.8. Além das multas compensatórias por inexecução parcial ou total do contrato e das multas de mora estabelecidas, serão aplicadas multas por descumprimento de obrigação contratual, entre outras hipóteses, nos seguintes percentuais e condições:

- a. 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do empenho, quando a CONTRATADA entregar o objeto com especificações incompatíveis com as exigidas no contrato ou no edital e seus anexos.

18.4.9. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à contratada for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN nº 003/2024-GP).

## **19. DA PADRONIZAÇÃO**

Modelo: fevereiro / 2025

Data de retirada no Portal das Contratações: 11/02/2025

## **20. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE**

Belém/PA, 31 de outubro de 2025

**Fabício Nogueira Rodrigues - Matrícula 70254**

Integrante Requisitante

**Lucas Danin de Figueiredo - Matrícula 59420**

Integrante Técnico

**Andreza Etheene Cavalcante Moura - Matrícula 135305**

Integrante Administrativo

**Lorena Larisse de Araújo Rego - Matrícula 122076**

Integrante Administrativo

PLANILHA GERAL DE QUANTITATIVOS E PREÇOS			Quantitativo Estimado	Valor Unitário Médio	Valor Unitário Reduzido (75%)	Valor Total
Lote 1	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM					
	Região Nordeste - Polo Belém					
1	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário					
1.1	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	20	1.896,00	1.422,00	28.440,00
1.2	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	10	3.792,00	2.844,00	28.440,00
1.3	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	2	5.688,00	4.266,00	8.532,00
1.4	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	1	7.584,00	5.688,00	5.688,00
2	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial					
2.1	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	4	27,75	20,81	83,24
2.2	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	10	298,60	223,95	2.239,50
2.3	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	4	533,33	400,00	1.600,00
2.4	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	10	758,33	568,75	5.687,50
3	Levantamentos e Sondagem					
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	10.000	6,89	5,16	51.600,00
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	20.000	0,49	0,36	7.200,00
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	100	1.424,11	1.068,08	106.808,00
Lote 2	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM					
	Região Sudeste - Polo Marabá					
1	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário					
1.1	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	10	1.896,00	1.422,00	14.220,00
1.2	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	10	3.792,00	2.844,00	28.440,00
1.3	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	2	5.688,00	4.266,00	8.532,00
1.4	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	1	7.584,00	5.688,00	5.688,00
2	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial					
2.1	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	1	27,75	20,81	20,81
2.2	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	1	298,60	223,95	223,95
2.3	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	1	533,33	400,00	400,00
2.4	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	1	758,33	568,75	568,75
3	Levantamentos e Sondagem					
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	5.000	6,89	5,16	25.800,00
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	10.000	0,49	0,36	3.600,00
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	50	1.424,11	1.068,08	53.404,00
Lote 3	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM					
	Região Oeste - Polo Santarém					
1	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário					
1.1	Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	10	1.896,00	1.422,00	14.220,00
1.2	Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	10	3.792,00	2.844,00	28.440,00
1.3	Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	2	5.688,00	4.266,00	8.532,00
1.4	Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	2	7.584,00	5.688,00	11.376,00
2	Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Fluvial					
2.1	Deslocamento Fluvial - Acima de 0 h e até 1 h	unid.	4	27,75	20,81	83,24
2.2	Deslocamento Fluvial - Acima de 1 h e até 6 h	unid.	10	298,60	223,95	2.239,50
2.3	Deslocamento Fluvial - Acima de 6 h e até 12 h	unid.	4	533,33	400,00	1.600,00
2.4	Deslocamento Fluvial - Acima de 12 h	unid.	10	758,33	568,75	5.687,50
3	Levantamentos e Sondagem					
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	5.000	6,89	5,16	25.800,00
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	10.000	0,49	0,36	3.600,00
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	50	1.424,11	1.068,08	53.404,00
Lote 4	PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES					
1	Projeto Arquitetônico					
1.1	Projeto de Arquitetura (incluindo Comunicação Visual)	m²	20.000	29,62	22,21	444.200,00
1.2	Projeto de Urbanização e Paisagismo	m²	20.000	3,11	2,33	46.600,00
2	Projeto de Fundação e Estrutural					
2.1	Projeto de Fundação	m²	20.000	4,03	3,02	60.400,00
2.2	Projeto Estrutural de Superestrutura	m²	20.000	13,90	10,42	208.400,00
2.3	Projeto Estrutural de Cobertura	m²	20.000	10,96	8,22	164.400,00
3	Projeto de Instalações Elétricas, Eletrônicas e Telecomunicações					
3.1	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas edificadas	m²	20.000	11,12	8,34	166.800,00
3.2	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas urbanizadas	m²	20.000	2,55	1,91	38.200,00
3.3	Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	m²	20.000	2,62	1,96	39.200,00
3.4	Projeto de Geração de Energia Elétrica através de Sistemas Fotovoltaicos	m²	20.000	4,12	3,09	61.800,00
3.5	Projeto de Telecomunicações (voz e dados)	m²	20.000	4,82	3,61	72.200,00
3.6	Projeto de Sonorização e Sistemas de Segurança (detecção, alarme e CFTV)	m²	20.000	5,68	4,26	85.200,00
4	Projeto Hidrossanitário, Drenagem e Combate a Incêndio					
4.1	Projeto Hidrossanitário	m²	20.000	10,86	8,14	162.800,00
4.2	Projeto de Drenagem	m²	40.000	2,57	1,92	76.800,00
4.3	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	m²	20.000	4,72	3,54	70.800,00
5	Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical					
5.1	Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical	m²	20.000	5,80	4,35	87.000,00
6	Planejamento de Obra e Orçamento Geral					
6.1	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas edificadas	m²	20.000	6,15	4,61	92.200,00
6.2	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas urbanizadas	m²	20.000	0,83	0,62	12.400,00



Assinado com senha por FABRICIO NOGUEIRA RODRIGUES, LUCAS DANIN DE FIGUEIREDO, ANDREZA ETHEENE CAVALCANTE MOURA e LORENA LARISSE DE ARAUJO REGO.  
Use 4358670.31031546-4550 - para a consulta à autenticidade em  
<https://apps.tpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4358670.31031546-4550>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 05/11/2025 12:44



TJUPAPRO202500572V01



MEMÓRIA DE CÁLCULO - VALOR UNITÁRIO

		Governo Amapá		SESAPI-PI		DER-ES (a)		CEHOP-SE (b)		SENGE-PA (c)				
		Credenciamento		Credenciamento		Tab. Referência		Tab. Referência		Tab. Referência		Valor HPT		
		2024		2024		2024		2025		2025		138,61		
Lote 1	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM Região Nordeste - Polo Belém		Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	V. Médio	V. Reduzido (75%)
3	Levantamentos e Sondagem													
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	12.3.6	7,61	PA-105.3	6,35	Tabela 1 - Item 2	6,13	Tabela 1 - Item 1.1	7,50			6,89	5,16
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	11.1.2	0,59					Tabela 41 - Item 1	0,40			0,49	0,36
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	12.1.1	1.424,11									1.424,11	1.068,08
Lote 2	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM Região Sudeste - Polo Marabá		Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	V. Médio	V. Reduzido (75%)
3	Levantamentos e Sondagem													
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	12.3.6	7,61	PA-105.3	6,35	Tabela 1 - Item 2	6,13	Tabela 1 - Item 1.1	7,50			6,89	5,16
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	11.1.2	0,59					Tabela 41 - Item 1	0,40			0,49	0,36
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	12.1.1	1.424,11									1.424,11	1.068,08
Lote 3	SERVIÇOS PRÉVIOS DE LEVANTAMENTOS E SONDAGEM Região Oeste - Polo Santarém		Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	V. Médio	V. Reduzido (75%)
3	Levantamentos e Sondagem													
3.1	Levantamento Cadastral das Edificações (incluindo Levantamento Fotográfico)	m²	12.3.6	7,61	PA-105.3	6,35	Tabela 1 - Item 2	6,13	Tabela 1 - Item 1.1	7,50			6,89	5,16
3.2	Levantamento Topográfico, Planialtimétrico e Cadastral de Terreno	m²	11.1.2	0,59					Tabela 41 - Item 1	0,40			0,49	0,36
3.3	Sondagem Geotécnica (furos)	unid.	12.1.1	1.424,11									1.424,11	1.068,08
Lote 4	PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES		Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	Itens Correspondentes	V. Unit.	V. Médio	V. Reduzido (75%)
1	Projeto Arquitetônico													
1.1	Projeto de Arquitetura (incluindo Comunicação Visual)	m²	1.1.6 + 2.17.1	27,10	PA-101	35,96	Tabela 1 - Item 1	30,43	Tabela 1 - Item 1.2	25,00			29,62	22,21
1.2	Projeto de Urbanização e Paisagismo	m²			PA-107.2	2,16	Tabela 2 - Item 9	4,87	Tabela 6 - Item 1	2,30			3,11	2,33
2	Projeto de Fundação e Estrutural													
2.1	Projeto de Fundação	m²	2.2.1	4,32	PE-104	4,19			Tabela 8 - Item 1	3,60			4,03	3,02
2.2	Projeto Estrutural de Superestrutura	m²	2.1.1	10,46	PE-101	13,78	Tabela 1 - Item 3	18,37	Tabela 9 - Item 1.1	13,00			13,90	10,42
2.3	Projeto Estrutural de Cobertura	m²	2.1.4	11,41	PE-102	9,23	Tabela 1 - Item 4	15,31	Tabela 9 - Item 1.2	7,90			10,96	8,22
3	Projeto de Instalações Elétricas, Eletrônicas e Telecomunicações													
3.1	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas edificadas	m²	2.10.1 + 2.11.1	12,64	PE-115.1	9,59	Tabela 1 - Item 7	12,40	Tabela 16 - Item 1	8,50	Tabela 4 - Item 11.1	12,47	11,12	8,34
3.2	Projeto de Instalações Elétricas e Luminotécnico para áreas urbanizadas	m²	2.10.3.1 + 2.11.1	2,91			Tabela 2 - Item 1	3,66	Tabela 16 - Item 3	1,10			2,55	1,91
3.3	Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA)	m²	2.12.1	3,80	PE-117.2	1,56	Tabela 1 - Item 16	3,15	Tabela 15 - Item 2	2,00			2,62	1,96
3.4	Projeto de Geração de Energia Elétrica através de Sistemas Fotovoltaicos	m²	2.10.9	4,12									4,12	3,09
3.5	Projeto de Telecomunicações (voz e dados)	m²	2.14.2	4,61	PE-119	3,60	Tabela 1 - Item 11	6,19	Tabela 17 - Item 1.1	3,50	Tabela 4 - Item 11.3	6,24	4,82	3,61
3.6	Projeto de Sincronização e Sistemas de Segurança (detecção, alarme e CFTV)	m²	2.14.5 + 2.15.1 + 2.15.2	7,92			Tabela 1 - Item 13 + 15	4,77	Tabela 17 - Item 1.2 + 1.3	3,80	Tabela 4 - Item 11.4	6,24	5,68	4,26
4	Projeto Hidrossanitário, Drenagem e Combate a Incêndio													
4.1	Projeto Hidrossanitário	m²	2.32 + 2.3.4 + 2.4.1	17,57	PE-106 + PE-108	8,38	Tabela 1 - Item 5	11,46	Tabela 11 - Item 1.1 + 1.2	7,20	Tabela 1 - Item 11.1 + 11.3	9,70	10,86	8,14
4.2	Projeto de Drenagem	m²	2.5.1	2,85	PE-110	2,28	Tabela 2 - Item 7	3,15	Tabela 11 - Item 1.3	2,00			2,57	1,92
4.3	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	m²	2.7.2	5,99	PE-112.2	6,23	Tabela 1 - Item 12	3,15	Tabela 13 - Item 2	5,50	Tabela 1 - Item 11.5	2,77	4,72	3,54
5	Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical													
5.1	Projeto de Climatização, Exaustão e Circulação Vertical	m²	2.13.1	5,07	PE-118.1	5,63	Tabela 1 - Item 14	4,99	Tabela 17 - Item 1.4	5,00	Tabela 6 - Item 1.2	8,32	5,80	4,35
6	Planejamento de Obra e Orçamento Geral													
6.1	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas edificadas	m²	5.1.1.1 + 5.1.2.1	6,03	O-100.1	6,59	Tabela 1 - Item 17	6,29	Tabela 53 - Item 1.1	5,70			6,15	4,61
6.2	Planejamento de Obra e Orçamento Geral para áreas urbanizadas	m²	5.4.1.1 + 5.4.2.1	0,82					Tabela 55 - Item 1	0,85			0,83	0,62

Observações:

- a. Com relação a tabela de referência DER-ES, no sentido de facilitar a localização dos itens no documento original, se optou pela adoção de numeração para tabelas e itens, sendo adotado Tabela 1 para a tabela Projetos para Edifícios Administrativos e Tabela 2 para a tabela Implementos Externos e Paisagismo. Os itens estão numerados de acordo com sua posição nas respectivas tabelas.
- b. Com relação a tabela de referência SEHOP-SE, no sentido de facilitar a localização dos itens no documento original, se optou pela adoção de numeração sequencial considerando todas as tabelas constantes no documento. Os itens estão numerados de acordo com sua posição nas respectivas tabelas.
- c. Com relação a tabela de referência SENG-PA, no sentido de facilitar a localização dos itens no documento original, se optou pela adoção de numeração sequencial considerando todas as tabelas constantes no documento. Os itens estão numerados de acordo com sua posição nas respectivas tabelas. Destaca-se ainda que nesta tabela os valores são referenciados com base no valor da HPT (Hora Padrão Técnica), dessa forma, adotou-se o preço SINAPI da hora do Engenheiro Civil de Obra Pleno (Código 90778) da do mês de fevereiro de 2025, correspondendo a R\$ 138,61, para cálculo dos itens da tabela.

Links de Acesso:

Governo Amapá - Credenciamento - 001/2024: <http://seinf.ap.gov.br/credenciamentos>  
SESAPI-PI - Credenciamento - 010/2024: <https://site.saude.pi.gov.br/credenciamento>  
DER-ES - Tabela de Referência - 2024: <https://der.es.gov.br/GrupoArquivos/tabela-referencial-de-servicos-projetos>  
CEHOP-SE - Tabela de Referência - 2025: <https://cehop-se.gov.br/tabelas-de-honorarios/>  
SENGE-PA - Tabela de Referência - 2025: <https://crespa.org.br/tabela-de-honorarios-2/>



Assinado com senha por FABRICIO NOGUEIRA RODRIGUES, LUCAS DANIN DE FIGUEIREDO, ANDREZA ETHEENE CAVALCANTE MOURA e LORENA LARISSE DE ARAUJO REGO.  
Use 4358670.31031531-4514 - para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4358670.31031531-4514>  
Documento gerado por DANIELE DIAS MARQUES \*Data e hora: 05/11/2025 12:44



TJPAPRO202500572V01

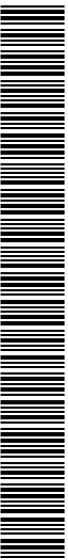




## Deslocamento Fluvial - Cotação e Cálculo de Preço por Valor Médio

Considerando o custo da passagem para 01 veículo:

Deslocamento Fluvial		R\$	Empresa	Telefone	Observações
<b>Acima de 0 h e até 1 h</b>	<b>V. Médio:</b>	<b>27,75</b>			
Polo Belém					
PA-154 - Salvaterra - C Arari (7min)	7min	16,00	Henvil Transportes	(91) 98029-4800	
Penhalonga - Colares (20min)	20min		Conam – Comércio e Navegação Moraes	(91) 3229-3179	Contato sem sucesso
Salvaterra - Soure (30min)	30min	41,00	Henvil Transportes	(91) 98029-4800	
Polo Santarém					
Anapu - Vitória do Xingu (15min)	15min	24,00	Rodonave Navegações	(93) 99904-1910	
Itaituba - Mirirituba (30min)	30min	30,00	Ferry Rio Tapajós	(93) 99176-8115	
<b>Acima de 1 h e até 6 h</b>	<b>V. Médio:</b>	<b>298,60</b>			
Polo Belém					
Belém - Muana (6h)	6h	400,00	Porto Salmista	(91) 99117-7474	
Belém - Ponta de Pedras (6h)	6h	400,00	Silvano Monteiro	(91) 98464-7965	
Carapajó - Cametá (1h30)	1h30min	212,00	Camila Navegação	(91) 99148-7872	
Camará - Santa C. Arari (1h30)	1h30min				Não identificado
Macapá - Afuá (2h30)	2h30min				Não permite o acesso de veículos
Icoaraci - Camará (4h30)	4h30min	303,00	Henvil Transportes	(91) 98029-4800	
Polo Santarém					
Tapará - Santarém (2h30)	2h30min	178,00	Camila Navegação	(93) 99121-4030	
<b>Acima de 6 h e até 12 h</b>	<b>V. Médio:</b>	<b>533,33</b>			
Polo Belém					
Macapá - Chaves (8h)	8h	500,00	B/M Rei Salomão	(91) 98422-2031	
Breves - Anajás (12h)	12h	500,00	Marivaldo	(91) 99151-1696	
Polo Santarém					
Santarém - Aveiro (12h)	12h	600,00	Ferry Boat Princesa de Aveiro	(93) 98113-5048	
<b>Acima de 12 h</b>	<b>V. Médio:</b>	<b>758,33</b>			
Polo Belém					
Belém - Macapá (26h)	26h	850,00	Ferry Boat Ana Marques	(91) 99359-6904	
Breves - Gurupá (16h)	16h	800,00	Ferry Boat Amazonas	(91) 99615-8515	
Belém - Breves (13h)	13h	800,00	Ferry Boat Amazonas	(91) 99182-4424	
Belém - Portel (15h)	15h	700,00	JCM Navegações	(91) 98754-1310	
Polo Santarém					
Santarém - Terra Santa (17h)	17h	600,00	Ferry Boat Cidade de Terra Santa	(92) 99202-1110	
Santarém - Porto de Moz (16h)	16h	800,00	Ferry Boat Amazonas	(91) 99615-8515	



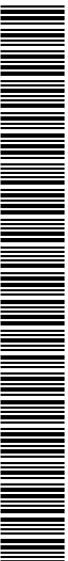
**Deslocamento Rodoviário - Composição de Preço (por km)**

Discriminação	Unid.	Custo Unitário	Consumo				Sub-total	Encargos Sociais já acrescidos dos valores de mão de obra	BDI	Custo Unitário	Preço Unitário
			M. Obra	Material	Equip.	Outros					
<b>Mobilização</b>	<b>km</b>										
Veículo utilitário tipo pick-up (sinapi 92138)	chp	98,87				0,020	1,98		0,57		
Veículo utilitário tipo pick-up (sinapi 92139)	chi	42,73				0,040	1,71		0,49		
<b>TOTAL</b>							<b>3,69</b>	<b>0,00</b>	<b>1,06</b>	<b>3,69</b>	<b>4,74</b>

Ref.: SINAPI fevereiro / 2025  
BDI: 28,82%

**Deslocamento Rodoviário - Cálculo de Preço**

Mobilização e Desmobilização - Deslocamento Rodoviário	Unid.	Preço Unitário por KM	Distância considerada	Preço por Item
Deslocamento Rodoviário - De 0 km até 400 km	unid.	4,74	400,00	1.896,00
Deslocamento Rodoviário - Acima de 400 km e até 800 km	unid.	4,74	800,00	3.792,00
Deslocamento Rodoviário - Acima de 800 km e até 1.200 km	unid.	4,74	1.200,00	5.688,00
Deslocamento Rodoviário - Acima de 1.200 km e até 1.600 km	unid.	4,74	1.600,00	7.584,00



ANEXO 02 - MEMÓRIA DE CÁLCULO - QUANTITATIVOS

					Anajás	Capanema	Castanhal	Limoeiro do Ajuar	Oeiras do Pará	Paragominas	São Francisco do Pará	Curionópolis	Eldorado do Carajás	São Domingos do Araguaia	São João do Araguaia	Almeirim	Brasil Novo	Novo Progresso	Rurópolis	Santarém	TOTAL	
					AE	UJ	AC	AP	AU	AT												
					180	1	400	400	150	550	1.150	250	0	650	650	250	250	330	430	280	0	4.640
					3	3	1.100	720	1.380	2.100	2.300	800	650	650	500	500	500	800	500	2.200	10	17
					2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					0	0	0	0														



TJPAPRO202500572V01





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Pregão Eletrônico 07/2023 - Proad 463/2023

Contrato TRT4 nº 73/2023-04

**CONTRATO TRT4 Nº 73/2023-04**  
**TERMO ADITIVO QUARTO AO CONTRATO**  
**PARA ELABORAÇÃO, SOB DEMANDA, DE**  
**PROJETOS ELÉTRICOS E AFINS, QUE**  
**ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL**  
**DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO E BUSS**  
**ENGENHARIA LTDA.**

RICARDO  
HOFMEISTER  
DE ALMEIDA  
MARTINS  
COSTA  
18/09/2025 13:49

JEFERSON  
ADRIANO  
BUSS  
19/09/2025 13:54

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**, inscrito no C.N.P.J.M.F. sob o nº 02.520.619/0001-52, com sede na Av. Praia de Belas, nº 1.100, em Porto Alegre/RS, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Exmo. Presidente, Desembargador RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA, e, de outro lado, **BUSS ENGENHARIA LTDA.**, inscrita no C.N.P.J.M.F. sob o nº 31.997.157/0001-67, com sede na Rua Grécia, 336, Itinga, em Araquari/SC, CEP 89.245-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por JEFERSON ADRIANO BUSS, inscrito no C.P.F.M.F. sob o nº 039.003.269-75, resolvem alterar o contrato, conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO** – Em razão do reajuste contratual pelo INCC, conforme Cláusula Vigésima do contrato, altera-se a Cláusula Décima Segunda, com as seguintes redações:

**“DO PREÇO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Em face do reajuste de **6,34%**, a partir de 01/12/2024, o valor total estimado pela execução dos serviços passará de R\$ 209.810,90 (duzentos e nove mil, oitocentos e dez reais e noventa centavos) para **R\$ 217.294,79 (duzentos e dezessete mil, duzentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos)** para o período de vigência de 11/09/2024 a 11/09/2025, e será de **R\$ 223.112,91 (duzentos e vinte e três mil, cento e doze reais e noventa e um centavos)** para o período de prorrogação de 11/09/2025 a 11/09/2026.

**Parágrafo Único.** A partir de 01/12/2024, os valores dos projetos, solicitados sob demanda, na forma do Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira, serão obtidos através da aplicação dos preços unitários (custo acrescido de BDI) constantes na planilha que segue:

item	descrição	unidade	preço (c/ BDI)
<b>1</b>	<b>ANTEPROJETO</b>		
1.1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BAIXA TENSÃO	m²	R\$ 1,38
1.2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SUBESTAÇÃO COMPACTA (POTÊNCIA DE 75 A 300 KVA)	un	R\$ 1.451,51
1.3	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SUBESTAÇÃO COM MEDIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO E POTÊNCIA ACIMA DE 300 KVA.	UN.	R\$ 2.612,58
1.4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - TELECOMUNICAÇÕES	m²	R\$ 0,89
1.5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SPDA	m²	R\$ 0,97
1.6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SEGURANÇA PATRIMONIAL E CFTV	m²	R\$ 0,38
<b>2</b>	<b>PROJETO BÁSICO</b>		





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**Pregão Eletrônico 07/2023 - Proad 463/2023**

**Contrato TRT4 nº 73/2023-04**

item	descrição	unidade	preço (c/ BDI)
2.1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BAIXA TENSÃO	m²	R\$ 6,95
2.2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO – SUBESTAÇÃO COMPACTA (75 A 300 KVA)	UN.	R\$ 7.257,55
2.3	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO – SUBESTAÇÃO COM MEDIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO E POTÊNCIA ACIMA DE 300 KVA.	UN.	R\$ 13.062,93
2.4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - TELECOMUNICAÇÕES	m²	R\$ 4,42
2.5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SPDA	m²	R\$ 4,86
2.6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SEGURANÇA PATRIMONIAL E CFTV	m²	R\$ 1,91
<b>3</b>	<b>ORÇAMENTO</b>		
3.1	ORÇAMENTO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BAIXA TENSÃO	m²	R\$ 2,08
3.2	ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO – SUBESTAÇÃO COMPACTA (POTÊNCIA DE 75 A 300 KVA)	UN.	R\$ 2.177,27
3.3	ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO – SUBESTAÇÃO COM MEDIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO E POTÊNCIA ACIMA DE 300 KVA.	UN.	R\$ 3.918,88
3.4	ORÇAMENTO de INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES	m²	R\$ 1,33
3.5	ORÇAMENTO de INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SPDA	m²	R\$ 1,45
3.6	ORÇAMENTO de INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL E CFTV	m²	R\$ 0,58
3.7	ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO	m²	R\$ 0,83
3.8	ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO – SUBESTAÇÃO COMPACTA (POTÊNCIA DE 75 A 300 KVA)	UN.	R\$ 870,91
3.9	ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO – SUBESTAÇÃO COM MEDIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO E POTÊNCIA ACIMA DE 300 KVA.	UN.	R\$ 1.567,56
3.10	ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO de INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE TELECOMUNICAÇÕES	m²	R\$ 0,54
3.11	ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO De INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SPDA	m²	R\$ 0,58
3.12	ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO De INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL E CFTV	m²	R\$ 0,23
<b>4</b>	<b>PROJETO EXECUTIVO</b>		
4.1	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - BAIXA TENSÃO	m²	R\$ 6,92
4.2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SUBESTAÇÃO COMPACTA (75 A 300 KVA)	un.	R\$ 7.257,55
4.3	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SUBESTAÇÃO COM MEDIÇÃO EM MÉDIA TENSÃO E DEMANDA ACIMA DE 300 KVA.	un.	R\$ 13.062,93
4.4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - TELECOMUNICAÇÕES	m²	R\$ 4,42
4.5	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SPDA	m²	R\$ 4,86
4.6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - SEGURANÇA PATRIMONIAL E CFTV	m²	R\$ 2,07
4.7	DESENVOLVIMENTO E DETALHAMENTO DE PROJETOS COMPLEMENTARES (AUTOMAÇÃO, COMANDO, ETC.)	UN. (prancha)	R\$ 1.661,96





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**Pregão Eletrônico 07/2023 - Proad 463/2023**

**Contrato TRT4 nº 73/2023-04**

item	descrição	unidade	preço (c/ BDI)
4.8	DESENVOLVIMENTO E DETALHAMENTO DE PROJETO COMPLEMENTAR DE ESTRUTURA PARA FIXAÇÃO E SUPORTE DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	UN. (prancha A0)	R\$ 4.071,04
<b>5</b>	<b>PRONTUÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>		
5.1	LAUDO TÉCNICO De INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EDIFICAÇÕES ATÉ 500 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 6.646,69
5.2	DIAGNÓSTICO DOS REQUISITOS DA NR10 - EDIFICAÇÕES ATÉ 500 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 5.319,80
5.3	ELABORAÇÃO DO PRONTUÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EDIFICAÇÕES ATÉ 500 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 5.907,78
5.4	LAUDO TÉCNICO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EDIFICAÇÕES DE 501 A 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 9.827,76
5.5	DIAGNÓSTICO DOS REQUISITOS DA NR10 - EDIFICAÇÕES DE 501 A 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 8.507,67
5.6	ELABORAÇÃO DO PRONTUÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EDIFICAÇÕES DE 501 A 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 9.860,79
5.7	LAUDO TÉCNICO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EDIFICAÇÕES COM MAIS DE 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 16.008,80
5.8	DIAGNÓSTICO DOS REQUISITOS DA NR10 - EDIFICAÇÕES COM MAIS DE 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 9.609,20
5.9	ELABORAÇÃO DO PRONTUÁRIO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EDIFICAÇÕES COM MAIS DE 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 14.575,93
5.10	LAUDO TÉCNICO SPDA, CONF. NBR 5419	UN.	R\$ 2.952,98
5.11	CÁLCULO DA ENERGIA INCIDENTE - ATPV	UN.	R\$ 680,09
<b>6</b>	<b>TAXAS E SERVIÇOS ADICIONAIS</b>		
6.1	ART - FAIXA 1	UN.	R\$ 95,89
6.2	ART - FAIXA 2	UN.	R\$ 252,66
6.3	DESPESA DE DESLOCAMENTO POR QUILOMETRO RODADO	KM	R\$ 1,15
6.4	DESPESA DE HOSPEDAGEM	DIÁRIA	R\$ 181,13
6.5	VISITA TÉCNICA PARA LEVANTAMENTO PRELIMINAR OU APOIO A FISCALIZAÇÃO, COM ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO ATÉ 500 M <sup>2</sup>	UN.	R\$ 930,11
6.6	VISITA TÉCNICA PARA LEVANTAMENTO PRELIMINAR OU APOIO A FISCALIZAÇÃO, COM ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO ENTRE 501 E 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 1.394,17
6.7	VISITA TÉCNICA PARA LEVANTAMENTO PRELIMINAR OU APOIO A FISCALIZAÇÃO, COM ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO SUPERIOR A 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 1.860,24
6.8	ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL PARA AUXÍLIO DE LEVANTAMENTO EM CAMPO - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO ATÉ 500 M <sup>2</sup>	UN.	R\$ 121,82
6.9	ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL PARA AUXÍLIO DE LEVANTAMENTO EM CAMPO - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO ENTRE 501 E 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 244,17





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

**Pregão Eletrônico 07/2023 - Proad 463/2023**

**Contrato TRT4 nº 73/2023-04**

item	descrição	unidade	preço (c/ BDI)
6.10	ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL PARA AUXÍLIO DE LEVANTAMENTO EM CAMPO - ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO SUPERIOR a 2.000 m <sup>2</sup>	UN.	R\$ 366,00
6.11	ANÁLISE DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (SPDA) - (ABNT NBR 5419-2:2015)	UN.	R\$ 952,50
6.12	MEDIÇÃO DE RESISTIVIDADE DO SOLO (NBR 7117-1:2020 E NBR 5419-3:2015)	UN.	R\$1.173,10

(...)"

**CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO** – O CONTRATANTE e a CONTRATADA ratificam o contrato ora aditado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alterados neste documento.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

Assinantes:

**Pelo CONTRATANTE:**

*Documento assinado digitalmente*

**RICARDO HOFMEISTER DE ALMEIDA MARTINS COSTA**  
Presidente do TRT da 4ª Região

**Pela CONTRATADA:**

*Documento assinado digitalmente*

**JEFERSON ADRIANO BUSS**  
CPF Nº 039.003.269-75



**PROAD 463/2023**

**CERTIDÃO DE ASSINATURA**

O seguinte documento foi assinado em 19/09/2025 por JEFERSON ADRIANO BUSS (CPF: 03900326975)

287 - TERMO ADITIVO - Termo Aditivo Quarto ao Contrato TRT4 nº 73/2023

Certidão gerada automaticamente pelo sistema.

